

PLATAFORMA  
ELEITORAL  
DO PAICV



*Cabo  
Verde  
para  
Todos*

Cabo Verde pa nôs tudu

**FRANCISCO  
CARVALHO**

*2026*





## **PLATAFORMA ELEITORAL DO PAICV**

**ELEIÇÕES LEGISLATIVAS  
2026**

1.	<b>Introdução</b> .....	5
2.	<b>As IX E X Legislaturas (2016-2026): Um Tempo Desperdiçado</b> .....	5
3.	<b>Um Mundo em Transformação &amp; O Surgimento de Novas Oportunidades</b> .....	8
4.	<b>A Nossa Visão Para Cabo Verde: Um Cabo Verde Para Todos</b> .....	9
5.	<b>Construindo um Cabo Verde Para Todos, com um Estado Necessário, uma Justiça e uma Segurança para Todos, uma Defesa como Pilar do Estado Contemporâneo, uma Diplomacia ao Serviço dos Interesses da Nação, uma Diáspora merecedora de Reconhecimento, e uma Comunicação Social Independente.</b> .....	10
5.1.	Reforma do Estado: Um Estado Necessário, com custos controlados, e que resolva os problemas .....	10
5.1.1.	A Redução do custo da Governação, como uma prioridade .....	11
5.1.2.	A Luta contra a Corrupção e o Combate ao Enriquecimento Ilícito, como corolários de uma Governação transparente .....	12
5.1.3.	A Promoção da Governação Digital e a Edificação de uma Administração Pública Moderna, Efectiva e Eficiente .....	13
5.1.4.	A inadiabilidade da Descentralização e a Desconcentração dos Serviços .....	14
5.1.5.	A Promoção da Participação Política e o Estímulo à Cidadania, para a Qualificação da Democracia .....	15
5.2.	Justiça Para Todos .....	16
5.2.1.	Modernizar o Sistema Judicial .....	16
5.2.2.	Reforçar o Tribunal de Contas, como Órgão independente de Controlo da Legalidade Financeira, e de Defesa do Interesse Público .....	18
5.2.3.	Fortalecer o Ministério Público e o Estado de Direito Democrático .....	19
5.2.4.	Reforçar o Serviço de Investigação Criminal Científica .....	20
5.2.5.	Modernizar os Serviços dos Registos, Notariado e Identificação .....	21
5.2.6.	Actuar na Reinserção Social e nos Serviços Prisionais .....	21
5.2.7.	Promover a Conciliação e Apostar na Mediação .....	22
5.3.	Segurança Para Todos .....	22
5.4.	Defesa Nacional: Um Pilar do Estado Contemporâneo .....	24
5.5.	Uma Diplomacia ao serviço dos supremos interesses do País & Uma Diáspora merecedora de reconhecimento .....	25
5.5.1.	Uma Diplomacia que priorize os superiores interesses do País .....	25
5.5.2.	Uma Diáspora merecedora de reconhecimento .....	26
5.6.	Garantir a Independência da Comunicação Social, para reforçar a Democracia: .....	27
5.6.1.	A Comunicação Social Pública.....	28
5.6.2.	A Imprensa Privada .....	28
6.	<b>Enfrentar as Questões Transversais, para construir um CABO VERDE PARA TODOS</b> .....	29
6.1.	Juventude: A “Força Motora” da Nação .....	29
6.2.	Desporto Para Todos .....	31
6.3.	A Igualdade de Género, como dimensão de um CABO VERDE PARA TODOS .....	33
6.4.	O Ambiente, como Pilar do Desenvolvimento Sustentável .....	34
6.5.	O Ordenamento do Território, como factor de qualificação territorial .....	35
6.6.	A Acção Climática – Uma imposição do futuro .....	36
6.7.	A Transição Energética - Uma prioridade .....	38
6.8.	Uma Gestão dos Recursos Hídricos que beneficie a Todos .....	39
6.9.	Uma Gestão de Resíduos, que potencie a transição para uma Economia Circular .....	41

<b>7.</b>	<b>Uma Nova Agenda Económica, para construir um CABO VERDE PARA TODOS</b>	<b>42</b>
7.1.	Redefinir os objectivos e estabelecer as prioridades	42
7.2.	Uma Economia impulsionada pela Inovação, com um Sector Privado como motor:	44
7.2.1.	O Empreendedorismo como factor de transformação	45
7.2.2.	A Transformação digital do tecido empresarial	46
7.3.	Um Ambiente Fiscal amigo do contribuinte e orientado para o desenvolvimento	46
7.4.	A Infraestruturação, como condição “ <i>sine qua non</i> ”, de uma Nova Agenda Económica	49
7.5.	Os Transportes, como condição de coesão territorial e factor de Soberania Nacional	50
7.6.	A Conectividade – Um Meio para o Desenvolvimento	52
7.7.	Uma nova Aposta em Sectores Estratégicos da Economia:	54
7.7.1.	Turismo: Cabo Verde como destino de referência	54
7.7.2.	Agricultura: Modernizar, empresarializar, e contribuir para um CABO VERDE PARA TODOS	56
7.7.3.	Ganhar o Mar & Desenvolver a “Economia Azul”	58
7.7.4.	Cultura: Valorizar a nossa Identidade e acrescentar valor ao nosso potencial	60
7.7.5.	Potencializar o desenvolvimento industrial e comercial	63
7.7.5.1.	A necessária retoma da aposta na industrialização	63
7.7.5.2.	Potencializar o comércio, os serviços e a restauração	64
<b>8.</b>	<b>Governar Para Todos</b>	<b>65</b>
8.1.	Educação Para Todos	65
8.1.1.	O Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário	66
8.1.2.	O Ensino Técnico e a Formação Profissional	67
8.1.3.	O Ensino Superior	68
8.1.4.	Ciências, Inovação e Tecnologia	70
8.2.	Saúde Para Todos	71
8.3.	Habitação Para Todos, num território mais equilibrado e inclusivo	73
8.4.	Uma Governação verdadeiramente inclusiva:	74
8.4.1.	Um Estado que ampara a Todos	74
8.4.2.	O Combate à pobreza, como desígnio nacional	77
8.4.3.	O Reforço do papel da Economia Social e Solidária	79

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos dez anos, o Governo trabalhou sem uma agenda para a Nação. O que vimos, nos últimos dez anos, foi um governo que parece mover-se ao sabor do vento, sem um propósito ou uma agenda claramente estabelecida para o futuro de Cabo Verde. Um governo sem uma visão consistente do mundo, sem uma estratégia abrangente para melhorar a vida de todos os cabo-verdianos, e que se concentrou em vender ilusões ao fim de dez anos de mandato.

Porém, Cabo Verde está num mundo em rápida mudança.

O mundo emergente apresenta enormes desafios, mas também oportunidades para nações como a nossa. A história cabo-verdiana demonstra que tudo é possível. Ao construir uma Nação que muitos, à data da Independência Nacional, consideravam inviável, os cabo-verdianos demonstraram, com o tempo, aliado à sua entrega e ao seu esforço, que tudo é possível, apesar das condições iniciais. Este momento deve, por isso, ser assumido como uma oportunidade para reavaliar a nossa situação, repensar um futuro e traçar um rumo novo e ousado, para construir um Cabo Verde Para Todos, mais próspero, mais inclusivo e com oportunidades partilhadas por todos.

Desde a independência, e apesar de ter partido do nada, a Nação articulou uma agenda de construção de um Estado com credibilidade aos olhos do mundo e dos cabo-verdianos, capaz de erradicar a fome e a desnutrição e de iniciar o processo de construção da sua capacidade produtiva. No final da década de 80, os líderes cabo-verdianos perceberam a necessidade de um novo rumo, com mais liberdade e mais sector privado. O resultado foi a abertura política e a da economia de mercado.

Em 2002-2003, foi delineada, em forte articulação com a Sociedade, uma Agenda de Transformação do País, com o epicentro na localização geoestratégica de Cabo Verde, para que o país se tornasse um Polo internacional de prestação de serviços de alto valor acrescentado. Em muitas frentes, foi um sucesso retumbante, e Cabo Verde transformou-se em muitas áreas, enquanto, em outras, lançou sementes para mudanças futuras. O PIB per capita mais do que triplicou num período de 15 anos, apesar das crises internacionais e dos anos de seca; a pobreza diminuiu substancialmente; o turismo desenvolveu-se e registou um crescimento anual de dois dígitos durante mais de uma década.

Enquanto Nação, podemos, assim como fizemos no passado, superar os desafios atuais e construir um Cabo Verde para TODOS. Mas, é fundamental que assumamos a Visão, que se efective a vontade para tal e, com coragem, seja edificada uma nova Agenda, estribada num Compromisso autêntico para a mudança e transformação estruturais.

Alcançar a nossa visão para o futuro exigirá coragem para implementar políticas inteligentes e determinação para promover intervenções estratégicas.

O plano do PAICV é atuar a três níveis:

- a) Encarar as questões transversais;*
- b) Edificar os Pilares de um Cabo Verde Para Todos; e*
- c) Apostar em mudanças estruturais e desenvolver novos sectores industriais e de serviços.*

O Governo deverá, desde logo, encarar os vários desafios transversais e importantes para a concretização da Agenda “Cabo Verde para Todos”, incluindo a elevação da qualidade e do padrão de vida de todos, bem como a inclusão social.

O Programa CABO VERDE PARA TODOS pretende que cada cabo-verdiano, independentemente das suas origens e condições sociais, seja um ator de desenvolvimento, motivado e mobilizado e, com o seu trabalho e as suas opiniões, contribua para a criação de riqueza e para o desenvolvimento do país. Isto demanda que cada cabo-verdiano esteja de boa saúde, que tenha recebido uma boa educação e formação (de acordo com as suas vocações e as necessidades do mercado de trabalho), que esteja imbuído de valores nacionais e que as suas competências sejam valorizadas na sociedade.

O Programa CABO VERDE PARA TODOS é extremamente ambicioso, mas realista, pois responde, com precisão e eficácia, às atuais preocupações do País e do Povo, e aporta mais esperança, mais confiança e, acima de tudo, garante mais dignidade aos Cabo-Verdianos.

Todo o cabo-verdiano, onde quer que esteja, e independentemente das suas opiniões, será lembrado.

## 2. AS IX E X LEGISLATURAS (2016-2026): UM TEMPO DESPERDIÇADO

As ações do Governo, durante os dois últimos Mandatos, atrasaram o nosso processo de desenvolvimento e colocaram em risco o nosso futuro coletivo.

Sem uma Visão, para o País, e na ausência de uma Agenda verdadeiramente estratégica, o Governo da IX Legislatura esteve focado em destruir o que o anterior havia feito. Com tal atitude, o Governo bloqueou, ou relegou ao esquecimento muitos projetos estruturantes encontrados; as reformas do Estado e da administração pública ficaram suspensas, e Cabo Verde perdeu 10 importantes anos do seu processo de desenvolvimento.

Efectivamente, o Governo concentrou-se em culpabilizar a Pandemia da COVID-19, os anos de seca e a Guerra na Ucrânia pelo seu mau desempenho.

Mas todos os cabo-verdianos devem entender que, primeiramente, a pandemia só atingiu Cabo Verde em 2020 (no final do primeiro mandato) e que a paralisação resultante teve início no final de março de 2020. Nessa altura, já haviam sido perdidos 4 anos (desde 2016).

Em segundo lugar, importa referir que as Secas, em Cabo Verde, nunca foram um fenómeno estranho ou raro, devendo, portanto, todo e qualquer Governo aptidão para enfrentar os seus impactos, coragem para decidir atempadamente e definição de prioridades, com medidas assertivas.

Essencialmente, durante estes longos dez anos, o que os Cabo-Verdianos viram foi um governo sem agenda de desenvolvimento, a remar ao sabor da maré.

Todos em Cabo Verde lembram-se dos slogans “*Nha Partido é Cabo Verde*” e “*Cabo Verde tem Solução*”.

Mas, passadas duas legislaturas e quase dez anos, a verdade é que o crescimento económico propalado não é sentido pelos cabo-verdianos, apesar da promessa de atingir 7% ao ano (cuja média se situou em 3,3% nestes 10 anos), a prometida dívida pública controlada transformou-se num aumento de cerca de 200 milhões, para cerca de 312 milhões de contos, sem que se conheçam investimentos estruturantes da autoria desta Governação.

Por isso mesmo, cerca de 2/3 da população cabo-verdiana avalia negativamente a actuação dessa Governação, na gestão da economia, de acordo com os últimos dados do Afrobarómetro<sup>1</sup>.

Também é preciso lembrar que os 45 mil empregos dignos prometidos para o primeiro Mandato (2016-2021) se traduziram na destruição de mais de 20 mil empregos (de 2016 a 2023), mesmo com o registo da saída massiva de jovens de Cabo Verde (sendo que 60% desses jovens saem à procura de emprego).<sup>2</sup>

Logo, é compreensível que 83% dos cabo-verdianos avaliem negativamente a performance do actual Governo na criação de empregos.

Por fim, é importante realçar que a inflação acumulada atingiu 22,99%, de acordo com a taxa de inflação projectada pelo FMI para 2025, sendo, por isso, absolutamente normal que 91% dos cabo-verdianos avaliem negativamente o Governo na manutenção de preços estáveis e que 78% avaliem também negativamente a governação nas condições de vida dos pobres.<sup>3</sup>

A verdade é que não se pode ignorar que, hoje, passados 10 anos, aumentaram as dificuldades pelas quais passam as Famílias Cabo-verdianas, sendo que muitas, sequer, conseguem ter três refeições por dia. Não se pode ficar indiferente à saída massiva de cabo-verdianos do país, particularmente dos jovens, que, sem oportunidades, se veem forçados a emigrar. Não se admite a cumplicidade silenciosa com a situação pela qual passam muitos cabo-verdianos nos Países de Acolhimento. Não se pode ficar indiferente à perda de vidas humanas – algumas jovens e até crianças – devido às dificuldades registadas no sector da saúde, particularmente no que tange às evacuações, ou por falhas nos sistemas de diagnóstico e na realização tardia de consultas.

Os cabo-verdianos têm sido sacrificados pelo isolamento a que muitas ilhas têm sido sujeitas, ficando, dia a dia, sem conexão e obrigados a assumir custos proibitivos para seus bolsos na aquisição de bilhetes.

É inadmissível o que tem sucedido, nesta Governação, com o Mundo rural, que está a definhar, por falta de água e de políticas, com um completo abandono dos Agricultores e Pescadores, deixando-os à sua sorte, quando existe todo este mar imenso que nos rodeia, cheio de oportunidades!

Hoje, tudo está politizado e as pessoas deixaram de acreditar no sistema político. Por isso, não se registou, ao longo de dez anos, qualquer progresso significativo.

<sup>1</sup> Dados do Afrobarómetro

<sup>2</sup> Idem, ibidem

<sup>3</sup> Idem, ibidem

Não podemos continuar assim! O futuro da Nação está em jogo. Devemos ter normas. Para que a democracia dê frutos, devemos promover o desenvolvimento contínuo das nossas instituições, que são a pedra-angular de uma transformação estrutural sustentada. A descontinuidade originou uma séria crise em Cabo Verde, politicamente induzida por este governo.

A nível da infraestruturização do país, e, não obstante o aumento da dívida pública, não se vislumbra, à excepção do Porto do Maio e do Terminal de Cruzeiros em São Vicente – com os problemas que lhes são inerentes – nenhum novo projeto estrutural implementado.

Portanto, os múltiplos projectos prometidos, desde 2016, e repetidos em 2021, como os Aeroportos e Aeródromos, os Parques Tecnológicos (à ordem de um Parque por Ilha), algumas Estradas Nacionais, o Hospital de Referência na Praia, os diversos Cais de Pesca, as várias Marinas e as muitas Salas de Espetáculo, não saíram do papel.

Vários anos foram perdidos e muitos recursos desperdiçados, demonstrando a incompetência dos Governos da IX e X Legislativas, liderados pelo MPD.

O Governo não teve uma agenda ou um plano claro para continuar a modernizar a infraestrutura do País, o que poderia ser o Pilar do crescimento económico sustentável. Em consequência disto, voltaram a ser frequentes os cortes de energia e a escassez de água em algumas partes do País. Os transportes foram se degradando, nestes 10 anos, com um sector mal gerido, seja a nível aéreo, seja a nível marítimo.

Cabo Verde enfrenta desafios estruturais devido ao seu tamanho diminuto e à sua dispersão territorial. Isso torna a disponibilidade de infraestrutura um desafio crítico que deve ser enfrentado com determinação e estratégias sólidas. As duas ações significativas do governo - seja a privatização da companhia aérea nacional, seja a concessão do transporte marítimo inter-ilhas - fracassaram. As decisões e a abordagem do atual governo não funcionaram e, provavelmente, não funcionarão.

Em relação aos TACV – hoje, Cabo Verde Airlines –, que foi “cavalo de batalha” do discurso político, desde 2016, a companhia aérea nacional está numa posição pior, por falta de visão e por menosprezo pelo que foi feito antes.

Entre as decisões descabidas estão o abandono dos voos domésticos, o pagamento de milhões de euros para devolver as aeronaves alugadas às rotas domésticas e regionais e a venda de 51% da Cabo Verde Airlines, por cerca de 48 mil contos, que, até hoje, não foram pagos.

Com efeito, a TACV foi privatizada em 2017 para, em 2021, ser “renacionalizada”, com perda de tempo e de recursos, pondo em causa a soberania do país e a dignidade dos cabo-verdianos. E isso foi feito sem que o País recebesse sequer um tostão, tendo de pagar 1,4 milhão de dólares, e sendo obrigado a assumir todas as dívidas. E isso foi feito cortando-se a ligação da Terra - Natal com a Diáspora Cabo-verdiana!

Por outro lado, foram desmantelados os voos domésticos – entregando-os, em monopólio, a uma Empresa Privada – que, depois de prestar um mau serviço, abandonou Cabo Verde, vindo o Governo obrigado a ir buscar 2 ATRs – um dos quais foi aquele de que se desfez em 2017 – em regime de wet-leasing, pagos a preço de ouro!

Ou seja, passados 10 anos, temos menos voos interilhas, um serviço pior, passagens muito mais caras e impactos negativos no sistema de evacuação! Foram anos perdidos e milhares de contos dos contribuintes cabo-verdianos desperdiçados, enquanto se continua a injetar dinheiro público na mesma.

O resultado: mais uma vez, Cabo Verde perdeu tempo e dinheiro.

Para além disso, no Sector Aéreo, o Governo concentrou-se em concessionar activos nacionais, como é o caso da *Cabo Verde Handling* e dos Aeroportos, em termos duvidosos.

Da mesma forma, o Governo cancelou o processo de subconcessão dos transportes marítimos interilhas a um consórcio de empresas nacionais, em curso em 2016, para concessionar a uma empresa que não participou das negociações iniciais, em condições intransparentes. O resultado hoje é que o transporte marítimo interilhas piorou, devido às más decisões do governo, e o sector privado nacional foi, mais uma vez, subalternizado.

A maioria das Empresas em Cabo Verde enfrenta sérios desafios económicos e os fundos de investimento ou de capital de risco não estão disponíveis de forma efectiva. Mesmo a ProCapital, criada há cerca de 4 anos, depois de 2016, provavelmente gastou mais com pagamentos a escritórios, carros para membros da direcção e salários do que com investimentos

direcionados às empresas. Entretanto, o País foi sendo informado, ainda antes da pandemia da COVID-19, de que o financiamento já não era um desafio para Cabo Verde. Na verdade, foi dito aos cabo-verdianos que o problema era o excesso de liquidez, com os famosos “*Há dinheiro que nunca mais acaba*” e “*bazucas financeiras*”!

O facto é que, nos últimos cinco anos, a situação piorou em muitos aspetos, em vez de melhorar, com o Governo a bazo-fiar-se com uma alta taxa de crescimento. Mas a pergunta a fazer é a seguinte: de onde vem o crescimento, para quem e de que qualidade?

Convém realçar que, embora o crescimento seja importante, por si só não pode traduzir “toda a verdade”.

A questão é a qualidade desse crescimento, a par da sua distribuição equitativa, em benefício de todos, com impacto positivo na vida de todos os cabo-verdianos. A prova é que, não obstante um crescimento menos forte, de acordo com o Banco Mundial, entre 2001 e 2015, a pobreza extrema foi reduzida em 67%. O Banco Mundial indicou, ainda, que Cabo Verde foi campeão mundial na redução da pobreza nesse período.

Então, é preciso perguntar aos cabo-verdianos:

*Preferem um crescimento para poucos ou um crescimento que afete, positivamente, a vida da maioria das pessoas?*

O facto é que, face a uma estratégia errada, nos últimos 10 anos, não houve um crescimento inclusivo, um crescimento de base ampla, um crescimento que beneficiasse a todos.

Relativamente à política externa, há um grande desnorte, desviando-se claramente da estratégia de neutralidade, cuidadosamente elaborada e implementada, ao longo de décadas, na defesa intransigente do interesse nacional e em parceria com países que nos ajudaram a alcançar os nossos objetivos. Em dez anos, a grande conquista de equidistância entre os vários poderes que dominam o mundo está sob ameaça e será sacrificada, se não se mudar o regime atual.

O que existe, neste momento, é um Governo sem uma Agenda Nacional. Os Governos liderados pelo MPD não conseguiram “elevar a fasquia” para conduzir a Nação ao patamar seguinte.

Na verdade, Cabo Verde estagnou.

A dívida nacional, da qual tanto reclamaram em 2016, explodiu, sem investimentos estruturantes.

A Camada Jovem, sem perspectivas, optou por emigrar, massivamente. A Saúde nunca conheceu dias tão maus. O Mundo Rural e a Agricultura foram, literalmente, abandonados! O Mar continua à espera de melhores dias, para demonstrar todas as suas potencialidades.

**É hora de construir um CABO VERDE PARA TODOS!**

Isso exigirá sentido de urgência, definição de prioridades, coragem de empreender reformas essenciais e uma mobilização geral da Nação Global cabo-verdiana, para a construção de um novo Pacto Social e a edificação de uma Agenda para o Futuro.

### **3. UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO & O SURGIMENTO DE NOVAS OPORTUNIDADES**

O Mundo está em transformação.

Temos uma população global a envelhecer rapidamente, uma nova revolução industrial e tecnológica, uma globalização frágil num mundo cada vez mais multipolar, alterações climáticas e ameaças ecológicas, mudanças nas relações de poder no sistema internacional, novas arenas de competição e políticas da era da informação.

Na verdade, o Mundo está a passar por grandes transformações globais.

Desde logo, a existência de um mundo multipolar, caracterizado pela ascensão de novas potências. Há, inequivocamente, um contexto geopolítico confuso, pois não se está na presença do mundo unipolar ou bipolar do passado, mas de um mundo com muitos centros de poder e de uma competição gradual por alianças e liderança.

Igualmente, é evidente a aceleração das transformações tecnológicas, impulsionada por empresas globais, numa espécie de

“economias de plataforma”, com muitos sectores impulsionados e controlados por monopólios globais de tecnologia, o que leva a prever a existência de alguns monopólios de controlo da economia global, com dimensões ainda desconhecidas, se se considerarem os países que poderão estar alinhados por detrás desses monopólios, à procura de mercados.

Ainda, a conscientização dos riscos que o planeta enfrenta, nesse momento, caso a humanidade não se concentre na sustentabilidade e faça da cooperação e da colaboração, suas principais ferramentas na construção de um futuro sustentável, entendendo-se as alterações climáticas e as ameaças ecológicas como problemas que demandam colaboração global.

Há, portanto, um novo paradigma global, com enfoque no multilateralismo, na tecnologia open source e em inovações abertas e acessíveis a todos, para enfrentar os maiores problemas da Humanidade.

Isso demanda, sem margem de dúvidas, a colaboração das potências industriais, que devem compreender o eventual impacto nos PEID e em outros países em desenvolvimento.

E, neste cenário, Cabo Verde tem de poder lidar com os impactos do elevado nível de vulnerabilidades a choques externos e crises internacionais, com a sua escassez de recursos naturais, com as mudanças climáticas e a crescente imprevisibilidade dos seus efeitos e com os altos custos da sua natureza arquipelágica.

Enquanto os desafios aumentam, Cabo Verde também tem de lidar com uma nova realidade. As inovações tecnológicas estão a ocorrer a um ritmo acelerado e as suas implicações para a competitividade nacional são claras.

O Mundo passa por mudanças tecnológicas radicais e progressivas!

Olhando para as últimas tendências tecnológicas, uma nova onda de forças tecnológicas está a tomar forma, redefinindo como a inovação, a inteligência e o impacto se cruzarão em 2026 e além!

**Da ESG (Ambiental, Social e Governança) para o crescimento sustentável da tecnologia, passando pela Inteligência artificial mais integrada nos negócios, pela Supercomputação com IA (Inteligência Artificial) e pela Cibersegurança mais adaptativa, todas as mudanças tecnológicas exigem uma Liderança inovadora e equilibrada!**

*Como poderá ser o futuro de Cabo Verde neste Mundo em transformação?*

Há muita coisa que uma pequena Nação Arquipelágica, altamente dependente do exterior, não pode decidir!

Mas, pode decidir as aspirações das suas Gentes e a sua Visão sobre que tipo de sociedade quer criar, para onde quer ir e como pode enfrentar melhor os desafios que se apresentam e as oportunidades que emergem. E o futuro será definido a partir das ambições que os cabo-verdianos tiverem para si próprios como Nação.

O objetivo do PAICV, o Partido da independência, da edificação do Estado, e da transformação nacional, é responder com coragem e inovação, motivado pelas ambições e expectativas dos cabo-verdianos, quer no país, quer na diáspora, e gerir, de forma criativa, os desafios enfrentados pelo nosso País, para que possa surgir uma Nação cabo-verdiana fortalecida nos próximos anos e décadas, como um exemplo em África e no mundo, construindo uma Nação sustentável que funcione para todos.

Ficar como estamos não é uma opção!

Mudar para melhor é uma verdadeira necessidade!

Assim, enquanto Nação, devemos ter a coragem de enfrentar as questões transversais, construir os pilares das reformas estruturais e realizar essas reformas!

Cabo Verde deve sonhar e alcançar um novo patamar!

#### **4. A NOSSA VISÃO PARA CABO VERDE: Um CABO VERDE PARA TODOS**

A Agenda “CABO VERDE PARA TODOS” assenta numa visão estratégica de transformação estrutural, orientada para o desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente.

Num contexto global marcado por desafios económicos, climáticos e geopolíticos, o País deve reafirmar o seu compro-

misso com a consolidação da democracia, o fortalecimento das instituições e a promoção de oportunidades, para todos os cabo-verdianos, no território nacional e na diáspora.

Assim, o propósito de construção de um “**Cabo Verde Para Todos**” constitui o eixo central desta Agenda, estruturada em políticas públicas que visam acelerar o crescimento económico, reduzir as desigualdades, reforçar a coesão social e territorial, e posicionar Cabo Verde como uma plataforma atlântica de referência, em inovação, conectividade e sustentabilidade.

Esta Agenda organiza-se em torno de prioridades setoriais articuladas, que refletem uma abordagem integrada da ação governativa.

No domínio das Relações Externas, das Comunidades e da Integração Regional, reforça-se a diplomacia económica e a valorização da diáspora. Na área Económica e Financeira promove-se a estabilidade macroeconómica, o investimento privado e a diversificação da economia.

A Reforma do Estado será fundamental para garantir maior eficiência, transparência, e proximidade aos cidadãos. Paralelamente, os investimentos em Infraestruturas, Energia, Resíduos Hídricos, Transporte, Conectividade, Turismo e Cultura, visam consolidar Cabo Verde como um hub logístico e turístico competitivo, e, por via da valorização da nossa identidade, enquanto Povo e como Nação, com um alto valor acrescentado.

Nos setores produtivos, a aposta na modernização da Agricultura e a determinação em “*Ganhar o Mar*”, reforçam a segurança alimentar e promovem a Economia Azul, potenciando um crescimento sustentável e inclusivo, com Todos.

A Defesa Nacional e a Segurança asseguram a soberania e a estabilidade interna, enquanto a Justiça promove o Estado de Direito e a confiança nas instituições.

O desenvolvimento humano é colocado no centro das políticas públicas, com especial enfoque na Educação, no Ensino Superior, na Ciência, Inovação e Tecnologias, na Saúde, na Habitação, e na Solidariedade, também como bandeiras de uma Governação, verdadeiramente, inclusiva.

Simultaneamente, políticas integradas de Ambiente, Ordenamento do Território, Acção Climática, e Gestão de Resíduos, garantem um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

E essa Agenda tem em conta a “Força Motora” da Nação – a nossa Juventude – que deve ser a beneficiária, em primeira linha, dos impactos de um “CABO VERDE PARA TODOS”, ao mesmo tempo que o Desporto, pelo seu potencial transversal.

Assim, reconhecendo o papel fundamental da identidade e do capital humano, a Agenda “CABO VERDE PARA TODOS” valoriza a Juventude e o Desporto como pilares essenciais das medidas de política, de forma transversal, enquanto factores de renovação, inovação, e projeção internacional.

Esta Agenda – “CABO VERDE PARA TODOS” – representa um compromisso coletivo com um futuro mais próspero, justo e sustentável para Cabo Verde, baseado na inovação, na boa governação e na participação ativa de TODOS os cidadãos.

## **5. CONSTRUINDO UM CABO VERDE PARA TODOS, COM UM ESTADO NECESSÁRIO, UMA JUSTIÇA E UMA SEGURANÇA PARA TODOS, UMA DEFESA COMO PILAR DO ESTADO CONTEMPORÂNEO, UMA DIPLOMACIA AO SERVIÇO DOS INTERESSES DA NAÇÃO, UMA DIÁSPORA MERECEDORA DE RECONHECIMENTO, E UMA COMUNICAÇÃO SOCIAL INDEPENDENTE.**

### **5.1. REFORMA DO ESTADO: UM ESTADO NECESSÁRIO, COM CUSTOS CONTROLADOS, E QUE RESOLVA OS PROBLEMAS**

O PAICV tem uma noção clara do Estado que o País precisa e os cabo-verdianos anseiam.

Por isso, assume, desde já, um forte compromisso com o tipo de Estado que pretende, e que se revela necessário, para a implementação da Agenda “Cabo Verde Para Todos”.

Assim, o próximo Governo do PAICV promoverá um amplo debate nacional, tendo em vista a promoção de uma grande redistribuição do poder, ciente de que todos os cabo-verdianos têm a convicção de que esta é imprescindível para o pro-

cesso de desenvolvimento do País, nas suas ilhas, e recusando, desde já, qualquer visão que oponha a administração central às regiões e ao poder local.

É urgente, na nossa perspectiva, transferir poderes a Pessoas Coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, para que possam assumir a cabal prossecução dos interesses próprios das populações nessas mesmas regiões.

Esta distribuição do poder é importante, por um lado, porque garante a aproximação dos cidadãos aos centros de decisão e, por outro, potencia uma maior participação na definição e na construção do futuro das próprias regiões, assegurando um maior equilíbrio no desenvolvimento.

Portanto, e com o tempo, é inevitável a instituição de Regiões Administrativas, que, como órgãos de poder político, administrativo e de gestão territorial, terão maior capacidade de promover o desenvolvimento integrado regional, em colaboração com os municípios e com a administração central, sempre priorizando os interesses e as necessidades das populações e a realidade do País.

Esta Reforma, que se pretende consensual, justifica-se também pelo facto de o nível municipal não ser o mais adequado para o planeamento económico e para a coordenação integrada das intervenções da Administração, pois é indesejável que uma gestão centralizada de recursos tem-se revelado ineficaz e incapaz de atenuar as profundas disparidades e os enormes desequilíbrios regionais existentes.

Por isso, o PAICV defende a criação das Regiões Administrativas, sem que isso se traduza numa forma de interferência do poder central no poder municipal, porquanto o respetivo processo de criação deve, inquestionavelmente, coincidir com uma reforma do Estado, marcada por uma efetiva vontade descentralizadora que, garantindo a unidade da soberania, procure a aproximação da Administração aos administrados.

Neste sentido, qualquer processo de regionalização deve ser enquadrado e, maxime, antecedido de uma ampla Reforma do Estado, que implique, necessariamente, o redimensionamento do sector público (Administração Directa, Indirecta e Autónoma) e a racionalização dos gastos públicos.

Aliás, é urgente a necessidade de reformas profundas, que apetrechem o Estado com instituições públicas apropriadas à sua dimensão física, económica e social, bem como à sua realidade sócio-política e sócio-cultural, e não de organismos que funcionem navegando à vista e seguindo impulsos conjunturais, desvirtuados da realidade e das expectativas do cidadão.

O objetivo deve concentrar-se na melhoria do desempenho do Estado e no aumento da sua capacidade de cumprir a Agenda “Um Cabo Verde Para Todos”, para construir um futuro melhor para todos.

Isso exigirá a construção de um Estado mais ágil, eficiente e eficaz na governação, a adequação dos seus órgãos, uma administração pública de elevado desempenho, bem como a garantia de total transparência e de responsabilização. Um elemento crítico do esforço deve incluir a redução do custo do Estado em relação ao PIB nacional.

Assim, Cabo Verde precisa de:

- **Um Poder Político que reforce o exercício do poder do Estado, colocando-o ao serviço do desenvolvimento integral do país**, nomeadamente a nível da Assembleia Nacional e do Poder Local, que deverão ter menos deputados, menos mandatos, novo sistema eleitoral e moralização das imunidades, prerrogativas e regalias;

- **A dotação das ilhas de instituições com competências e poderes efectivos**, próprios da promoção do desenvolvimento regional;

- **Uma profunda reforma do Sistema Judicial**, que conduza a uma efectiva confiança dos cidadãos no sistema, que consiga fazer com que, para além da reestruturação e recomposição das Instâncias e dos mecanismos jurisdicionais, a justiça seja um poderoso instrumento de afirmação do ambiente de liberdade, de justiça e de segurança;

- **Uma profunda reforma da Administração Pública**, para que ela actue em conformidade com a missão de servir o cidadão, com qualidade e celeridade.

#### 5.1.1. A REDUÇÃO DO CUSTO DA GOVERNAÇÃO COMO UMA PRIORIDADE

Uma característica crítica de Cabo Verde hoje é a qualidade da sua democracia. Contudo, o peso e o custo da governação aumentaram substancialmente. O objetivo final é fortalecer a nossa democracia, aproximar os governos das pessoas e atender às necessidades da população. Contudo, o nosso governo (a todos os níveis) é muito pesado e o custo é um fardo

para o país. Há necessidade de racionalização e, como tal, a reforma do Estado é uma das principais prioridades do PAICV. Queremos reduzir o tamanho e os custos e tornar o Estado mais eficiente e eficaz.

As ações específicas a serem tomadas nesse sentido incluirão:

**Reduzir o número de cargos do Governo.** O governo cresceu ao longo dos últimos 10 anos. Apesar das promessas deste governo de limitar o número de cargos, fez o oposto. Não existe um número mágico, mas existe a necessidade de realinhamento do governo com as questões que Cabo Verde enfrenta, para que cada instituto ou ministério tenha uma finalidade e um objetivo declarados. A nossa aposta é reduzir o número de cargos governamentais e reconfigurar a esfera executiva.

**Reduzir o número de agências.** Cabo Verde tem hoje demasiadas agências. Algumas são essencialmente duplicações, com clara demarcação de papéis e responsabilidades. É tempo de acabar com as duplicações e o desperdício, através da consolidação e da promoção de uma visão sistémica de atuação das agências e dos institutos.

**Reduzir o número de deputados na Assembleia Nacional.** A nossa Assembleia Nacional é a Casa do Povo e representa o compromisso da nossa Nação com a forma democrática de governo. Embora a Assembleia Nacional desempenhe um papel importante, não deve representar uma carga de custos desnecessária para os contribuintes. A nossa proposta é reformar a Assembleia Nacional e reduzir o número de deputados. O objetivo é aumentar a sua eficácia e eficiência, reduzindo custos. A nossa agenda de reformas para a Assembleia Nacional será pautada por princípios que valorizam o Parlamento, reforçam o Estado democrático e a cultura da democracia, ao mesmo tempo que se atenuam os custos suportados pelos contribuintes cabo-verdianos.

**Transferir os serviços da administração central para as Regiões.** No relacionamento entre os órgãos do Estado e os órgãos regionais, será aplicável o princípio da subsidiariedade, segundo o qual, fora do âmbito das atribuições exclusivas do Estado, a intervenção pública numa ilha far-se-á preferencialmente pela administração regional, por estar mais próxima e mais apta a intervir. A transferência de serviços da administração central para as Regiões deve conjugar-se com a transferência de funções por elas prosseguidas e envolve a afetação do respetivo pessoal aos quadros regionais. Excetuando as esquadras e os comandos policiais, os hospitais e centros de saúde, as conservatórias e os serviços de registo, os cartórios e os serviços de notariado públicos, o Governo regulará a transferência para as Regiões de serviços periféricos afetos ao exercício das funções cometidas às Regiões.

#### 5.1.2. A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO E O COMBATE AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, COMO COROLÁRIOS DE UMA GOVERNAÇÃO TRANSPARENTE

Cabo Verde precisa de combater a corrupção e o enriquecimento ilícito. Isso, mais do que uma opção, é uma necessidade, mas esse combate não pode se resumir a discursos bem-intencionados.

Nos últimos dez anos, Cabo Verde retrocedeu em matéria de transparência. A opacidade atingiu perigosos patamares. Tornou-se rotina que os negócios fossem feitos em segredo e sem licitações. O recrutamento para a Administração Pública sem concurso e a adjudicação directa de obras tornaram-se práticas correntes.

Combater a corrupção passa por estabelecer um regime de controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos – que assume uma importância fundamental no quadro das medidas legislativas de combate à corrupção, com especial relevo para a prevenção.

A aposta do próximo Governo, liderado pelo PAICV, é acabar com essa prática corrosiva e combater a corrupção.

O plano é abrir o Governo e promover maior responsabilização, maior capacidade de resposta e melhores serviços públicos.

É chegado o momento de Cabo Verde avançar, também nesta matéria, procedendo à melhoria deste Regime, tornando-o mais eficaz e operacional, e aprofundando os mecanismos de transparência e de responsabilização. Com isso, estaremos, com certeza, a contribuir para um reforço significativo da confiança na eficácia dos instrumentos de avaliação, de controlo e de ação por parte das instituições competentes, tanto no domínio criminal como no tributário.

Entre as Intervenções previstas, destacam-se as seguintes:

- **Alargamento do universo de pessoas sujeitas à obrigação de declaração de património**, que deve abranger,

para além dos titulares de cargos políticos e equiparados, todos os altos dirigentes da Administração directa e indirecta e os dirigentes da administração local;

- **Obrigatoriedade de apresentação da declaração final de rendimentos e património, durante três anos após a cessação de funções**, por forma a reforçar as garantias de idoneidade, mantendo-se também, durante esse período, a obrigação de actualização da declaração prevista para quem se encontra em exercício de funções;

- **Estabelecimento explícito** – tanto nos casos de não apresentação das declarações, como nos casos em que se tenha conhecimento ou haja suspeita de que estas são omissas ou inexactas – a par dos poderes de avaliação do Ministério Público, do dever de o Tribunal Constitucional comunicar tal facto à Autoridade Tributária;

- **Agravamento da taxa especial de imposto, aplicada a situações de acréscimo patrimonial não justificado;**

- **Introdução de um novo procedimento, para permitir a possibilidade de declaração judicial de apreensão cautelar dos rendimentos ou do património não justificados**, por forma a salvaguardar a eficácia de eventuais investigações por crimes graves (como os de tráfico de influência, corrupção activa e passiva, peculato, participação económica em negócio ou branqueamento de capitais, de que possa resultar a perda definitiva de bens a favor do Estado);

- **Intensificação e reforço do poder de avaliação, por parte do Ministério Público**, de modo a salvaguardar o objetivo de combate ao enriquecimento não justificado ou não declarado, e perseguir o crime com respeito pelos valores constitucionais e legais;

- **Alargamento da moldura penal do crime de fraude fiscal;**

- Criação de uma **Plataforma electrónica de registo desmaterializado das declarações de rendimentos e património** das entidades sujeitas a esse dever.

### 5.1.3. A PROMOÇÃO DA GOVERNAÇÃO DIGITAL E A EDIFICAÇÃO DE UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODERNA, EFECTIVA E EFICIENTE

Almeja-se uma Administração Pública cada vez mais moderna, eficiente e efectiva, para servir os cidadãos.

A exigência de regionalização deve-se, em grande parte, à percepção de uma centralização excessiva e à necessidade de os cidadãos percorrerem longas distâncias e perderem muito tempo para aceder aos serviços públicos.

A ideia do próximo Governo, liderado pelo PAICV, é garantir que o Governo esteja mais perto das pessoas, independentemente de onde estejam. O nosso plano é ter um Governo ágil, eficiente e eficaz, no cumprimento das suas funções e na resposta às necessidades dos cidadãos.

Assim, a modernização do Estado, a reorganização das estruturas e dos serviços, a reengenharia e a simplificação dos processos, a integração dos sistemas de informação, a formação dos recursos humanos, a facilitação do ambiente de negócios e da vida dos cidadãos, deverão constituir uma exigência da Reforma do Estado e de toda a Administração Pública, para garantia da melhoria de funcionamento das instituições, transparência na gestão, rigor na realização de despesas públicas, e facilitação de resposta aos cidadãos.

Assim, destacam-se as seguintes medidas:

**Fortalecimento e implementação de leis de acesso público.** Cabo Verde tem uma lei de acesso público à informação. No entanto, a lei é mal implementada e a maioria dos cidadãos nem sequer sabe que a lei existe. O nosso plano é fortalecê-la e facilitar a sua “apropriação” por todos os cidadãos.

Criação de um **Portal Online de documentos públicos, de modo a garantir que, por um lado, os Funcionários Públicos atuam de forma transparente e, por outro, que os cidadãos conhecem as decisões da Administração Pública**, sobre questões públicas, de forma rápida e simples, eliminando barreiras e burocracia desnecessárias.

**Dados Públicos Abertos**, mediante a adopção de medidas, políticas e iniciativas, para permitir a abertura de dados públicos, disponibilizando ao público dados recolhidos e produzidos por instituições públicas, bem como dados encomendados

com fundos públicos. O objetivo é divulgar dados públicos em formatos abertos, que permitam o uso, o reaproveitamento e a distribuição, gratuitamente, sujeitos apenas ao requisito de anonimato, desde que os utilizadores indiquem a origem dos dados e disponibilizem os seus trabalhos para partilha.

Criação do Portal Único de Serviços Digitais, que permita aos cidadãos e às Empresas aceder, de forma simples e desmaterializada, aos principais serviços públicos;

Garantia do acesso universal, através da Chave Móvel Digital, a todos os portais digitais do Estado, associada a mecanismos de autopreenchimento.

Para além disso, e a nível da capacitação da Administração Pública, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, assume a modernização, a capacitação e a valorização da Administração Pública, como desígnios.

E, por isso, propõe:

- Implementação, com regularidade, da **actualização salarial anual**, aos funcionários públicos;
- **Adopção de medidas de responsabilização e valorização dos dirigentes intermédios da Administração Pública**, evitando a concentração da competência, para decidir, nos graus mais elevados da hierarquia;
- **Promoção da utilização do modelo de avaliação dos serviços com distinção de mérito** associada aos melhores níveis de desempenho;
- **Promoção de modelos específicos de formação aos trabalhadores públicos**, pela Escola de Negócios e Governação;
- **Revisão do Regime de acesso à administração pública**, com a simplificação e agilização dos processos de recrutamento, mas garantindo, sempre, a igualdade no acesso;
- **Aperfeiçoamento do modelo de recrutamento e selecção de dirigentes superiores**, garantindo a transparência, o mérito e a igualdade de oportunidades, e permitindo à DNAP proceder à abertura oficiosa de concursos para dirigentes superiores.

#### 5.1.4. A INADIABILIDADE DA DESCENTRALIZAÇÃO E A DESCONCENTRAÇÃO DOS SERVIÇOS

Para um melhor aperfeiçoamento da nossa democracia, somos obrigados a agir em prol de uma maior descentralização e desconcentração, como instrumentos potenciadores de uma participação política mais extensiva dos cidadãos, ultrapassando a lógica da participação eleitoralista.

Temos de trabalhar para a efectivação de uma cidadania substantiva, considerando a nossa realidade arquipelágica, as especificidades de cada Região, as vulnerabilidades económicas, físicas, geográficas e sociais, bem como a diáspora da Nação cabo-verdiana.

A **descentralização** constitui um pilar estratégico para a modernização do Estado, o fortalecimento da democracia e a promoção do desenvolvimento equilibrado do território, devendo, por isso, ser assumida como um eixo estruturante da próxima governação, garantindo maior eficiência administrativa, proximidade com os cidadãos e melhor adequação das políticas públicas às realidades locais.

Com efeito, a descentralização promove a coesão territorial, potencia o combate às desigualdades regionais e incentiva o desenvolvimento económico local. E é inequívoco que Autoridades Locais com maior autonomia administrativa e financeira tendem a inovar na gestão pública, atraindo investimento e promovendo economias regionais dinâmicas.

Nesta perspetiva, constituirão medidas de política prioritárias as seguintes:

A nível da Reforma Legislativa e Administrativa, a aprovação de um novo “Pacote Legal”, para o Poder Local, que, de entre outros, garanta:

- a. **A revisão do quadro jurídico da administração local, com clarificação das competências exclusivas e parti-**

**lhadas entre os diferentes níveis de governo, e a instituição de mecanismos permanentes de coordenação intergovernamental;**

**b. A criação de um sistema nacional de monitorização da descentralização e a identificação de novas competências a descentralizar aos municípios.**

**A nível da Descentralização Financeira, o aumento dos recursos do Fundo de Financiamento Municipal, para 17%, em valores e em projectos, na perspectiva de aumentar o investimento público no âmbito local, garantindo, simultaneamente:**

a. A transferência progressiva de competências acompanhada da correspondente dotação orçamental;

b. A definição de critérios objetivos, para um tratamento diferenciado aos Municípios com uma maior incidência da pobreza, e na perspectiva de se uma maior coesão e equilíbrio territorial;

c. O reforço da capacidade das autarquias para arrecadar receitas próprias.

**A nível da capacitação institucional:**

**a. A modernização digital das administrações locais;**

**b. A criação de centros regionais de apoio técnico.**

**A nível da participação e governação aberta:**

**a. Implementação do orçamento participativo municipal.**

**b. Plataformas digitais de consulta pública.**

**c. Conselhos locais de desenvolvimento comunitário.**

**A nível da descentralização setorial, a par da criação de projetos-piloto de gestão descentralizada, a transferência progressiva de competências em algumas áreas, nomeadamente nas seguintes:**

a. Educação básica e gestão de infraestruturas escolares;

b. Cuidados primários de saúde;

c. Infraestruturas locais e saneamento;

d. Desenvolvimento agrícola e apoio às micro, pequenas e médias empresas;

e. Cultura, desporto e ação social comunitária.

#### **5.1.5. A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E O ESTÍMULO À CIDADANIA, PARA A QUALIFICAÇÃO DA DEMOCRACIA**

A democracia é a forma política mais apropriada para o exercício dos direitos e deveres, a organização da participação política e o pleno exercício da cidadania. Pelos resultados eleitorais, pela apatia manifestada em relação à vida política e partidária e a atos de elevado sentido cívico e político, devemos estar todos atentos, sobretudo ao crescente grau de abstenção.

Acrescenta-se, ainda, o modo como a governação é tida, algumas vezes — mais recentemente — numa frontal cultura política de autoritarismo, numa constante conflitualidade social e, naturalmente, com consequências imprevisíveis na volatilidade das alterações nas preferências partidárias e nas transferências de voto, o que é, ainda, agravado pela tentação crescente de divisão e enfraquecimento da oposição e do seu papel.

Não se pode, ainda, ficar indiferente ao próprio perfil dos eleitos, cujo compromisso com o eleitorado e com a dignidade da função, muitas vezes, não é de modo a transmitir confiança.

Essa reflexão é fulcral a propósito da democracia, da participação política e da cidadania, vista a necessidade de maior

atenção à problemática da abstenção, para que sejam iniciados um debate e uma análise profunda sobre as suas características (*nomeadamente em que grupo etário é mais significativa, em que categoria sócio-profissional é mais preponderante, etc.*).

As organizações representativas dos trabalhadores e da classe empresarial podem e devem desempenhar um papel importante na promoção da cidadania e no exercício do direito de voto. Contudo, impõe-se um diálogo e uma concertação muito mais estreitos, bem como uma maior proximidade no relacionamento institucional, com o objetivo de criar compromissos que gerem confiança e disponibilidade para a participação política dos cidadãos.

Deverão ser desenvolvidas políticas direcionadas para um engajamento efetivo dos jovens, através das suas organizações, na vida comunitária e na atividade política nacional, pelo que teremos de encontrar mecanismos e vias para uma maior auscultação na elaboração e execução de políticas que digam respeito à vida da Nação.

Sectores-chave devem ser objeto de uma atenção rigorosa, com grande abertura à escuta das percepções e das críticas ao funcionamento dos serviços (muito em particular na Saúde), em especial ao atendimento apropriado que deve ser dispensado aos utentes, e ser mais rigoroso no sistema de ensino, para que os estabelecimentos sejam um espaço privilegiado da relação construtiva entre os membros da comunidade educativa.

De modo geral, com as diversas instituições públicas e privadas, terão de ser concebidas e levadas a cabo políticas efectivas que conduzam o cidadão à satisfação das suas necessidades básicas.

## 5.2. JUSTIÇA PARA TODOS

O Sistema Judicial é um pilar fundamental das democracias e emerge como o garante do desenvolvimento e da transformação nacional.

Mas, é indesmentível que o Sistema Judicial enfrenta um gigantesco desafio, a nível das ineficiências na gestão dos processos e do sistema judicial, criando grandes atrasos, com impacto na vida dos Cidadãos e das Empresas, e no próprio funcionamento do Estado, em geral.

E, para muitos, justiça morosa é justiça negada.

Para além dos atrasos, Cabo Verde também enfrenta um aumento de pequenos crimes. Tornou-se galopante nas áreas urbanas e um desafio nas principais cidades como Mindelo e Praia. Daí, ser cada vez mais corrente a expectativa de que a Justiça seja encarada com uma abordagem multifacetada.

Também é importante fazer face ao crime emergente, especialmente às “organizações” do crime transnacional.

Por isso mesmo, urge avançar na verdadeira modernização do Sistema de Justiça Cabo-verdiano, como um imperativo inadiável para o fortalecimento do Estado de Direito Democrático em Cabo Verde!

Neste sentido, o próximo Governo de Cabo Verde, liderado pelo PAICV, actuará, com determinação, para:

### 5.2.1. MODERNIZAR O SISTEMA JUDICIAL

Num contexto marcado por profundas transformações sociais, económicas e tecnológicas, o modelo tradicional de administração da justiça revela limitações estruturais que comprometem a celeridade, a eficácia e o acesso equitativo dos cidadãos aos mecanismos de tutela jurisdicional.

A justiça contemporânea deixou de ser concebida apenas como função de decidir conflitos, passando a assumir também um papel estratégico na promoção da paz social, da cidadania e do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a modernização do sistema de justiça cabo-verdiano deve ser compreendida não como uma opção política contingente, mas como uma exigência constitucional e social.

Um dos principais factores que evidenciam a necessidade de modernização do sistema de justiça em Cabo Verde é a morosidade processual. O excessivo tempo de tramitação dos processos judiciais compromete a efetividade das decisões

e enfraquece a confiança dos cidadãos nas instituições. E, em muitos casos, transforma o direito reconhecido numa promessa vazia.

A demora na resolução dos litígios afeta, de forma particularmente gravosa, os cidadãos em situação de vulnerabilidade, agravando as desigualdades sociais e dificultando o acesso real à justiça.

Assim, o próximo Governo de Cabo Verde, liderado pelo PAICV, trabalhará para tornar a Justiça mais próxima, mais eficiente e mais célere, aumentando a transparência e a prestação de contas do serviço público de Justiça e contribuindo para melhorar a qualidade da Justiça, mediante a criação das condições legislativas, materiais e técnicas para o efeito. Esses são objetivos essenciais na defesa dos interesses do Estado e dos cidadãos.

Aumentar a confiança dos cidadãos e das empresas na Justiça é, justamente, um dos desígnios a perseguir, que, ademais, se revela crucial para o desenvolvimento social e económico do país.

Sem nunca pôr em causa o princípio da separação de poderes e a independência do poder judicial, que constituem verdadeiras traves-mestras do nosso Estado de Direito Democrático, é, absolutamente, decisivo que se invista na melhoria do serviço prestado, da imagem pública da Justiça e da perceção social sobre os serviços de Justiça.

A Constituição da República de Cabo Verde consagra o acesso à justiça como direito fundamental, impondo ao Estado o dever de garantir mecanismos eficazes de tutela dos direitos, das liberdades e das garantias.

Nesse sentido, a adoção de modelos mais flexíveis, inclusivos e resolutivos, como a mediação, a conciliação, a justiça restaurativa e a arbitragem, constitui um passo fundamental para a concretização de uma justiça mais próxima das comunidades e mais ajustada às necessidades sociais.

A transformação digital representa um dos eixos centrais da modernização da justiça. A implementação do processo judicial eletrónico, a informatização dos serviços judiciais, a utilização de plataformas digitais para atos processuais e a interoperabilidade entre instituições são medidas indispensáveis num país arquipélago como Cabo Verde.

A justiça digital não apenas contribui para a celeridade e a redução de custos, como também amplia o acesso dos cidadãos ao sistema judicial, especialmente dos que residem em ilhas ou em localidades afastadas dos principais centros urbanos.

A modernização do sistema de justiça exige igualmente o fortalecimento das instituições essenciais à função jurisdicional. Paralelamente, impõe-se a promoção de uma cultura de pacificação social, que valorize o diálogo, a corresponsabilização e a prevenção dos conflitos, pois a justiça moderna deve ser capaz de actuar não apenas de forma repressiva, mas também, a nível preventivo e resolutivo, contribuindo para a estabilidade social e para a consolidação da democracia.

A Modernização do Sistema de Justiça em Cabo Verde tem como finalidade promover uma justiça mais acessível, célere, transparente, eficiente e socialmente comprometida, alinhada aos princípios do Estado de Direito Democrático, do acesso efetivo à justiça e da proteção dos direitos fundamentais.

Neste sentido, e para ser concreta a Reforma no Sector da Justiça, têm de ser executadas as seguintes medidas:

a) **Definição de um programa plurianual de investimentos**, na área da Justiça, com vista à modernização e digitalização dos serviços de Justiça;

b) **Democratização do acesso à justiça**, com a implementação de um sistema efetivo de apoio judiciário (apto a abranger aqueles que efetivamente dele necessitam, concomitantemente à garantia de uma boa gestão dos recursos públicos e a qualidade da assessoria e assistência prestadas), por meio do fortalecimento das instituições essenciais à função jurisdicional, do reforço do controlo da legalidade e da gestão do erário público, da garantia de maior proteção jurídica aos cidadãos em situação de vulnerabilidade, da redução das situações de cobrança de valores excessivos, a título de custas judiciais.

c) **Promoção do combate à morosidade da justiça e do tratamento da litigância complexa**, através de uma estratégia que combine a intervenção legislativa, a adoção de novas técnicas de gestão processual e maior digitalização, para além de uma cultura de eficiência nos tribunais.

d) **Promoção de uma Justiça económica** que funcione de forma célere, eficaz e transparente, para garantir a

confiança dos cidadãos, dos investidores e dos agentes económicos, bem como para prevenir e combater a corrupção, a fraude e a evasão fiscais;

e) **Desenvolvimento de novos e inovadores mecanismos de simplificação e agilização processual**, designadamente através da revisão de intervenções processuais e da modificação de procedimentos e práticas processuais que não resultem da lei, mas que signifiquem passos processuais acrescidos resultantes da prática judiciária;

f) **Promoção de mecanismos mais céleres de prevenção e reparação de danos em matéria de urbanismo e proteção do ambiente;**

g) **Instituição de mecanismos que garantam uma resposta mais célere, com prazos máximos de decisão, nos processos onde estejam em causa questões da vida dos cidadãos** (ex. regulação do poder paternal, heranças), e com custos reduzidos, nomeadamente através de sistemas de resolução alternativa de litígios;

h) **Reforço do sistema de informatização dos processos judiciais, incluindo nos tribunais superiores**, mantendo-se o esforço de evolução na desmaterialização da relação entre o tribunal e outras entidades públicas;

i) **Promoção da citação eletrónica de todas as entidades administrativas** e a progressiva citação eletrónica das pessoas coletivas, com vista à eliminação da citação em papel;

j) **Promoção dos sistemas de mediação públicos, e o acesso à mediação, designadamente a nível das questões de Família e Menores, Laborais, e da Justiça Restaurativa**, e o reforço da ação dos **Centros de Arbitragem institucionalizados, para a resolução de conflitos administrativos**, enquanto forma de descongestionar os tribunais administrativos e fiscais;

k) **Reforço da qualidade e aumento da celeridade dos Serviços Notariais e de Registo** - quer a nível presencial, quer a nível desmaterializado - apostando na simplificação de procedimentos, em balcões únicos e em serviços online, concomitantemente à promoção da melhoria de condições dos Trabalhadores, revitalizando e aumentando a atractividade das respectivas carreiras e investindo na formação e na melhoria das condições de trabalho.

#### 5.2.2. REFORÇAR O TRIBUNAL DE CONTAS, COMO ÓRGÃO INDEPENDENTE DE CONTROLO DA LEGALIDADE FINANCEIRA E DE DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO

O fortalecimento do Tribunal de Contas, como órgão independente, dotado de autonomia funcional, administrativa e financeira, constitui um pilar essencial do Estado de Direito Democrático.

A sua independência, face aos demais poderes do Estado, é “*conditio sine qua non*” para o exercício imparcial, técnico e eficaz das competências que lhe são atribuídas, no âmbito do controlo da legalidade, da regularidade financeira e da boa gestão dos recursos públicos, para assegurar que a Administração Pública atue escrupulosamente, nos termos da Constituição e da Lei.

Neste quadro, a autonomia funcional, administrativa e financeira do Tribunal de Contas determina que o exercício de suas atribuições não pode ser condicionado por interferências políticas ou institucionais, para que o Tribunal possa fiscalizar, prevenir e sancionar práticas lesivas ao interesse público. Por isso, o Tribunal de Contas desempenha um papel determinante na promoção da responsabilização dos agentes públicos, na repressão de ilícitos financeiros e, nos termos constitucional e legalmente previstos, na promoção da ação penal ou na articulação com as entidades competentes, contribuindo para o combate à corrupção, à impunidade e à má gestão dos dinheiros públicos.

Ao atuar como garante da legalidade democrática, o Tribunal de Contas protege os direitos dos cidadãos, assegura a transparência na utilização dos recursos públicos e reforça a confiança da sociedade nas instituições do Estado.

Assim, o reforço institucional do Tribunal de Contas constitui uma opção estratégica de governação responsável, orientada para a integridade, a eficiência do Estado e a consolidação da democracia.

O próximo Governo assume como prioridade estratégica o reforço do Tribunal de Contas, enquanto órgão supremo de fiscalização da legalidade das finanças públicas, dotado de independência institucional e de autonomia funcional, administrativa e financeira, nos termos da Constituição e da Lei.

Assim, para reforçar a independência e a autonomia do Tribunal de Contas, como órgão central na proteção do interesse público, na defesa dos direitos dos cidadãos e na promoção da transparência, da responsabilidade e da boa governação, o próximo Governo implementará as seguintes medidas:

1. **Reforço do quadro constitucional e legal do Tribunal de Contas**, para garantir, expressamente, a sua independência e a sua plena autonomia funcional, administrativa e financeira, em conformidade com os princípios do Estado de Direito Democrático;

2. **Promoção da escolha dos Juizes do Tribunal de Contas, por concurso, envidando todos os esforços para a adequação legal desta solução;**

3. **Reforço da autonomia orçamental do Tribunal de Contas**, mediante dotação financeira adequada, estável e suficiente, que permita o exercício eficaz das suas competências de fiscalização, controlo e jurisdição financeira;

4. **Reforço dos poderes de fiscalização preventiva, concomitante e sucessiva**, mediante ampliação e aprofundamento dos mecanismos de controlo da legalidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia da gestão pública;

5. **Aprimoramento dos regimes de responsabilidade financeira e sancionatória** para garantir efectividade às decisões do Tribunal de Contas e a execução tempestiva das sanções aplicadas;

6. **Fortalecimento dos mecanismos de articulação institucional com o Ministério Público e os demais órgãos de justiça**, assegurando a comunicação obrigatória de indícios de ilícitos criminais e a promoção da ação penal, nos termos da Constituição e da lei;

7. **Valorização dos recursos humanos do Tribunal de Contas**, através da formação especializada, modernização dos métodos de auditoria e reforço das capacidades técnicas e tecnológicas;

8. **Promoção da transparência e do acesso público à informação**, através da divulgação dos relatórios, pareceres e decisões do Tribunal de Contas, como instrumento de controlo democrático e garante da participação cidadã.

### 5.2.3. FORTALECER O MINISTÉRIO PÚBLICO E O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO

Reforçar o Ministério Público, enquanto órgão independente, dotado de autonomia funcional, administrativa e financeira, garantindo condições efetivas para o exercício da ação penal, a defesa da legalidade democrática, dos direitos dos cidadãos e do interesse público, deve ser, mais do que um objetivo, um verdadeiro desígnio.

O Ministério Público constitui um pilar essencial do Estado de Direito Democrático, sendo indispensável à afirmação da legalidade, à proteção dos direitos fundamentais e à defesa do interesse público. A sua consagração como órgão independente, dotado de autonomia funcional, administrativa e financeira, representa uma garantia institucional contra interferências indevidas no exercício das suas atribuições, assegurando a imparcialidade, a objetividade e a eficácia da sua atuação.

A autonomia funcional permite ao Ministério Público exercer a ação penal e demais competências, com independência face aos demais poderes do Estado, garantindo que a aplicação da lei penal se faça de forma equitativa, sem seletividade ou condicionamentos de natureza política, económica ou social. Tal independência é fundamental para o combate à criminalidade, à corrupção, à impunidade e a todas as formas de violação da ordem jurídica.

A autonomia administrativa e financeira, por sua vez, é condição necessária para o pleno desempenho de suas funções constitucionais, permitindo a gestão eficiente dos recursos humanos e materiais, o planeamento estratégico da atuação institucional e o fortalecimento da capacidade investigativa e de intervenção do Ministério Público em defesa da sociedade.

Enquanto defensor da legalidade democrática, o Ministério Público assume um papel central na proteção dos direitos dos cidadãos, na promoção da justiça social e na salvaguarda dos interesses difusos e coletivos, incluindo a defesa do património público, do meio ambiente, da infância e da juventude, dos consumidores e de outros valores fundamentais tutelados pela Constituição e pela lei.

**O próximo Governo, liderado pelo PAICV, reconhece que a independência do Ministério Público é condição**

**indispensável para a afirmação da legalidade democrática e para a submissão de todos- cidadãos e titulares de cargos Públicos e Políticos - à Constituição e à Lei.**

**Mas, está ciente de que o exercício autónomo da ação penal assegura que a justiça seja aplicada de forma equitativa, prevenindo abusos de poder e garantindo a confiança dos cidadãos nas instituições do Estado.**

Assim, o fortalecimento do Ministério Público, com respeito integral à sua independência e autonomia, constitui um compromisso essencial de um governo que se orienta pelos princípios do Estado de Direito, da transparência, da responsabilidade pública e da efetiva proteção dos direitos e das liberdades fundamentais.

Para reforçar a independência e a autonomia do Ministério Público, o próximo Governo de Cabo Verde, liderado pelo PAICV, prosseguirá os seguintes objetivos:

- **Assegurar o respeito integral pela autonomia funcional do Ministério Público**, prevenindo qualquer forma de interferência política ou administrativa no exercício das suas atribuições;

- **Promover a escolha do Procurador-Geral da República, por Concurso, envidando todos os esforços para a adequação constitucional e legal desta solução;**

- **Reforçar os mecanismos legais e institucionais de proteção da independência dos magistrados do Ministério Público** e, concomitantemente, assegurar dotação orçamental adequada, estável e previsível ao Ministério Público, a par do reforço da sua capacidade de gestão autónoma dos respectivos recursos humanos, financeiros e patrimoniais;

- **Promover a estabilidade normativa do estatuto do Ministério Público**, evitando alterações legislativas que fragilizem a sua autonomia;

- **Garantir autonomia financeira adequada para investigações complexas** e de elevada relevância pública;

- **Reforçar a intervenção do Ministério Público na proteção da infância e juventude, das vítimas de violência, das pessoas idosas e de outros grupos em situação de vulnerabilidade;**

- **Promover práticas de planeamento estratégico e avaliação de desempenho institucional**, e investir na modernização tecnológica e digitalização dos processos do Ministério Público;

- **Promover formação contínua e especializada dos magistrados e funcionários**, e valorizar as carreiras e as condições de trabalho, no âmbito do sistema de justiça;

- **Fortalecer o Ministério Público**, enquanto instituição moderna, eficiente e credível, pelo aumento da sua produtividade e da qualidade da sua atuação institucional, com impacto na melhoria dos mecanismos de atendimento e acompanhamento das vítimas;

- **Reforçar os mecanismos de comunicação institucional e de prestação de contas à sociedade**, com a promoção da divulgação de dados estatísticos e relatórios de atividade, respeitando o segredo de justiça.

#### 5.2.4. REFORÇAR O SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CIENTÍFICA

A Modernização do Sistema de Justiça em Cabo Verde implica a qualificação da Investigação Criminal Científica, para tornar a justiça mais acessível, mais célere, mais transparente, mais eficiente e, socialmente, mais comprometida e alinhada com os princípios do Estado de Direito Democrático.

E, preconizando garantir o acesso efectivo à justiça, a par da proteção dos direitos fundamentais, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, actuará na implementação das seguintes medidas:

- **Reforço da estrutura da Polícia Judiciária, na coordenação da Investigação Criminal**, em estreita ligação com a Procuradoria-Geral da República;

- **Reforço da competência do Ministério Público no acompanhamento, de forma permanente, dos processos**

**delegados aos órgãos auxiliares de investigação criminal**, por forma a promover a redução substancial dos níveis de prescrição do procedimento criminal e a garantir a eficácia da justiça penal;

- **Fortalecimento da capacidade do Laboratório da Polícia Científica**, com recursos financeiros, humanos, materiais e técnicos adequados e suficientes, para a perícia criminal;

- **Reforço da capacidade da Polícia Judiciária**, em meios materiais especializados de investigação criminal, e **apostando na capacitação do Pessoal da Polícia Judiciária**, com especial enfoque na prevenção e no combate à grande e complexa criminalidade transnacional.

#### 5.2.5. MODERNIZAR OS SERVIÇOS DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO

A modernização dos Serviços de Registos, Notariado e Identificação continua a ser uma necessidade para melhorar o nível de prestação de serviços aos utentes e para otimizar o seu contributo na dinâmica económica do País.

Assim, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, implementará as seguintes medidas:

- **Reforçar a implementação do processo de integração digital dos Registos, Notariado e Identificação para a prática de atos online, via criação de um Portal**, através da continuação do desenvolvimento, aperfeiçoamento e implementação dos Sistemas de Informação já em funcionamento, com vista a garantir a celeridade e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos utentes, nomeadamente o SIN (Sistema de Informação Notarial), o SIRP (Sistema de Informação do Registo Predial), o SIRC (Sistema de Informação do Registo Comercial), o SIRA (Sistema de Informação do Registo Automóvel), o SIC (Sistema de Informação Criminal), e o RNI (Sistema de Informação do Registo de Nascimento e óbitos e casamentos).

- **Capacitar os funcionários e valorizar os profissionais do Sector e, concomitantemente, reforçar serviços de inspeção aos serviços dos registos, do notariado e da identificação**, para aumentar a eficiência e eficácia da sua resposta;

- **Diminuir o prazo máximo, realização de actos notariais e de registo;**

- **Reforçar o serviço de Balcão Único para as escrituras públicas**, mediante Protocolos com as Câmaras Municipais, para que, no ato da escritura, o utente possa efetuar o pagamento do IUP e dos emolumentos cobrados pelas Conservatórias.

#### 5.2.6. ACTUAR NA REINserÇÃO SOCIAL E NOS SERVIÇOS PRISIONAIS

No âmbito do serviço prisional e de reinserção social, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, implementará as seguintes medidas:

- **Melhoria do Sistema Prisional e de Reinserção Social nas suas diversas vertentes**, nomeadamente através da criação de uma escola de Estudos/Formação/Investigação de Reinserção e Serviços Prisionais, de formação inicial e contínua, para todos os grupos profissionais dos Serviços Prisionais e da Reinserção Social, fundamental para a valorização dos profissionais, recrutamento e formação de lideranças;

- **Reorganização da população feminina nos Estabelecimentos Prisionais;**

- **Reforço do nível de segurança dos Estabelecimentos Prisionais**, com enfoque no incremento da formação profissional dos agentes, e promoção do reforço das capacidades dos Serviços Penitenciários e de Reinserção Social;

- **Revisão e actualização do regime de acesso à assistência jurídica, aos cidadãos reclusos;**

- **Revisão do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade**, face à evolução da jurisprudência e do Direito Comparado, visando uma maior eficácia, concomitantemente à promoção de condições favoráveis à aplicação de penas alternativas, como o trabalho a favor da comunidade;

- **Regulamentação jurídica da relação especial de trabalho prestado por reclusos** e a implementação de medidas potenciadoras dessa prestação durante o cumprimento da pena.

### 5.2.7. PROMOVER A CONCILIAÇÃO E APOSTAR NA MEDIAÇÃO

O Sistema Judicial Cabo-verdiano enfrenta desafios crescentes relacionados com a **morosidade processual**, o **aumento da litigiosidade** e os **elevados custos de acesso à justiça**, especialmente para cidadãos em situação de vulnerabilidade e residentes em ilhas com cobertura institucional deficitária.

Neste contexto, a conciliação e a mediação emergem como **mecanismos adequados, céleres e eficazes de resolução alternativa de conflitos**, alinhados com os princípios do **Estado de Direito Democrático**, da **pacificação social** e da **boa administração da justiça**.

Assim, a criação de **Centros de Conciliação e Mediação (CCM)** em cada ilha visa garantir o acesso à justiça, promover soluções consensuais e aliviar a demanda aos tribunais judiciais, sem comprometer a tutela jurisdicional efectiva.

Pretende-se que os **Centros de Conciliação e Mediação (CCM)** estejam vinculados ao Conselho Superior da Magistratura, e **essa medida potenciará os seguintes ganhos**:

- Facilita a resolução consensual de conflitos civis, comerciais, familiares, laborais e comunitários;
- Reduz o congestionamento dos tribunais;
- Diminui os custos processuais para o Estado e para os cidadãos;
- Reforça a cultura de diálogo, consenso e responsabilidade social;
- Garante cobertura territorial equitativa em todas as ilhas;

Para isso, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, fará aprovar uma **Lei de Conciliação e Mediação**, definindo competências, procedimentos e efeitos jurídicos dos acordos, onde serão consagrados, nomeadamente:

- A previsão legal do encaminhamento obrigatório ou facultativo, para a mediação, de determinados tipos de litígios;
- O reconhecimento dos acordos homologados como títulos executivos;
- A integração dos Centros, na Política Nacional de acesso à Justiça;

Por outro lado, será promovida a criação de um **Registo Nacional de Mediadores e Conciliadores**, em condições e com requisitos, a serem definidos em diploma legal, e **cujo processo será acompanhado de iniciativas de formação** (de mediadores, conciliadores, magistrados e funcionários judiciais), de **Parcerias com universidades e centros de formação, de Programas de especialização**, tudo visando a significativa redução da pendência processual nos tribunais, uma maior celeridade na resolução de conflitos, um aumento da confiança dos cidadãos no Sistema de Justiça, e o fortalecimento da coesão social e da paz comunitária.

### 5.3. SEGURANÇA PARA TODOS

A segurança pública é um serviço universal, destinado a proteger a integridade física de todos e os seus bens, exercido por forças e serviços de segurança pública, designadamente polícias, que trabalham em conjunto com o Poder Judicial.

Os resultados dependem muito da eficácia da polícia, do funcionamento do Poder Judiciário, das políticas públicas e das condições sociais. A insegurança é um problema social e político que afeta a economia e causa desequilíbrio nas relações sociais, em todos os níveis.

Assim, a Segurança constituirá um dos pilares centrais da ação governativa, sendo responsável pela garantia da ordem pública, da segurança dos cidadãos, do funcionamento eficiente das instituições do Estado e da proteção dos direitos fundamentais. E um programa de governo sólido deve reconhecer os impactos da Segurança no desenvolvimento económico, na coesão social e na confiança nas instituições.

Neste sentido, e para inverter a tendência de insegurança, que decorre da complexificação do crime, da violência conexa e do aumento da criminalidade, ao longo de anos, o próximo Governo preconiza, para a próxima legislatura, a imple-

mentação de um pacote de medidas de política, que incluem programas, directrizes ou estratégias, de modo a garantir aos cidadãos liberdade e segurança, condições básicas para o bem-estar social e a qualidade de vida individual e coletiva.

Este novo paradigma de segurança deve basear-se em quatro pilares principais, nomeadamente a prevenção, a proximidade, a mediação e a parceria, sem descurar a vertente repressiva, que também deverá ser melhorada e enquadrada na reforma da área da segurança interna.

No quadro da reforma do Estado, serão implementadas reformas na área da segurança interna, tanto na perspectiva micro como na perspectiva macro, ciente de que o Estado não consegue, por si só, controlar e prevenir ameaças e riscos enquanto factores indutores da insegurança.

Assim,

#### **A nível das REFORMAS MACRO:**

Enquadradas numa reforma macro do sector da segurança interna, serão implementadas as seguintes iniciativas:

- **Criação de condições de distribuição de funções de segurança pública aos níveis infranacionais**, apoiando os municípios na implementação e organização da polícia municipal, auxiliando-os na formação dos seus agentes e introduzindo melhorias na legislação existente;

- **Incremento de uma coerente e articulada territorialização dos subsistemas de segurança**, de acordo com o mapeamento demográfico e criminal, de modo a facilitar a integração e a cooperação entre as diferentes forças e serviços de segurança;

- **Redefinição dos patamares políticos e administrativos de coordenação e tutela dos subsistemas policiais**, ao nível nacional e local, introduzindo melhorias na prestação de serviço da Polícia Nacional em matéria de investigação criminal, alargando as suas competências funcionais e legais nessa matéria, e fortalecendo a qualidade de uma polícia de ciclo completo;

- **Introdução de um sistema integrado de estatísticas criminais**, produzidas por diferentes forças e serviços de segurança, de modo a precaver as redundâncias prevalentes e garantir a fiabilidade dos dados apresentados, adequando a articulação da inteligência policial e dos centros de expertise, de modo a partilharem meios, saberes e infraestruturas de prevenção e controlo da insegurança e da criminalidade.

- **Na edificação de uma Política nacional de Cibersegurança e Proteção digital**, e da criação de um **Sistema Nacional de Cibersegurança**, com a instituição de um **Centro Nacional de Resposta a incidentes cibernéticos** com monitoramento 24 horas.

#### **A nível das REFORMAS MICRO:**

A reforma micro, na área da Segurança Interna, diz respeito à implementação de um novo modelo de organização policial, com novas práticas e processos de gestão, planeamento e controlo, garantindo a prestação de contas, a desconcentração e a avaliação do desempenho e da qualidade do serviço público.

Assim, o próximo Governo trabalhará:

- **Na introdução de alterações na estrutura organizacional das forças e dos serviços de segurança**, de modo a adequá-los às necessidades impostas pelas novas ameaças e riscos de insegurança e a alinhá-los com as estratégias de prevenção e controlo. Nessa perspectiva, serão reduzidas as estruturas do nível tático e os respetivos custos funcionais, que serão realocados na ampliação do nível operacional, para garantia de um policiamento ostensivo mais efetivo e com menos peso burocrático;

- **Na execução de um programa consistente de policiamento de proximidade**, analisando, avaliando e corrigindo as dicotomias e resistências existentes na implementação desse modelo moderno de policiamento proactivo;

- **No incremento nos principais centros urbanos**, de acordo com informações demográficas e com a evolução do índice de criminalidade da última década, das **unidades policiais com base territorial**, a par da redefinição das áreas de jurisdição das unidades orgânicas. Neste caso, também será considerada a elevação da Praia para um nível de comando

metropolitano, tendo em conta a rápida expansão desta cidade e a sua proximidade com as outras cidades de Santiago Sul;

- **Na revitalização e inovação das unidades especiais de intervenção e de ações táticas**, considerando a nova conjuntura de ameaças e riscos de violência e crime, de forma a poderem exercer o seu papel dissuasor e cumprir cabalmente as suas missões, em situações críticas de violência, e garantir a reposição da ordem pública e o normal funcionamento das instituições democráticas, quando necessário;

- **Na qualificação profissional dos agentes das forças e serviços de segurança, como prioridade**, o que impõe a introdução de alterações no estatuto do pessoal policial, nos regulamentos de recrutamento, seleção e formação, e no acompanhamento e na avaliação de desempenho, de forma a promover a meritocracia e a qualidade do serviço público. Será implementado um programa de formação contínua do pessoal policial, a fim de garantir o desenvolvimento das suas aptidões profissionais;

- **No aumento da prevalência de sistemas de videovigilância**, em parceria com as autarquias locais, na adopção de uma Plataforma Unificada de Segurança para Sistemas de Videovigilância.

Concomitantemente, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, actuará:

- **A nível do Tráfico de Estupefacientes**, reforçará o combate ao tráfico e aos fenómenos criminais a ele associados;

- **A nível da Protecção Civil**, reforçará a interoperabilidade tecnológica entre a Protecção Civil e as forças de segurança, reforçará a Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastres, promoverá a reorganização estrutural do Sector dos Bombeiros e estimulará a criação de associações comunitárias de bombeiros e de corpos de bombeiros voluntários.

- **A nível da Segurança Privada**, trabalhará para reestruturar o Estatuto do Vigilante de Segurança Privada e promover a revisão da lei que regula o exercício da actividade de segurança privada.

#### 5.4. DEFESA NACIONAL: UM PILAR DO ESTADO CONTEMPORÂNEO

A Defesa Nacional constitui um dos pilares estruturantes do Estado contemporâneo.

No contexto do próximo Governo de Cabo Verde, liderado pelo PAICV, a Defesa deve ser compreendida como política de Estado de longo prazo, articulada com a segurança, a economia, a ciência e a tecnologia, a política externa e o desenvolvimento sustentável. A Defesa Nacional deve, assim, ser compreendida não apenas como função militar, mas também como instrumento estruturante da soberania, da autonomia estratégica e da afirmação internacional do Estado, bem como pilar da soberania e da independência do Estado, servindo de instrumento de estabilidade interna e externa.

A soberania não se sustenta apenas na legitimidade democrática, mas também na capacidade material de defesa do território, do espaço aéreo, do espaço marítimo e do espaço cibernético.

A distinção tradicional entre defesa externa e segurança interna tende a esbater-se.

Num contexto marcado por ameaças híbridas, ciberataques, terrorismo, instabilidade regional e competição geopolítica crescente, torna-se essencial modernizar e adaptar a política de defesa.

Constitui, assim, pretensão do próximo Governo reforçar o trabalho de modernização e capacitação das nossas forças de defesa e segurança, particularmente das nossas Forças Armadas, fazendo com que estejam sempre à altura dos desafios que se colocam ao nosso País, tanto a nível interno como a nível regional e internacional.

**Neste sentido o Governo prosseguir com as medidas institucionais no âmbito da modernização das forças armadas:**

- Revisão da Legislação sobre a Programação Militar, concomitantemente ao planeamento plurianual estável, ao reforço da capacidade de projecção estratégica e à modernização de equipamentos e sistemas de comando e controlo;

- Investimento em capacidades no domínio do espaço e da vigilância marítima e, em especial, o reforço da vigilância da Zona Económica Exclusiva, com um Sistema avançado de monitorização;

- Reforço da presença em operações de manutenção de paz da ONU.
- Integração operacional entre Forças Armadas e Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;
- Reforço da inserção de Cabo Verde em sistemas de segurança cooperativa, de âmbito sub-regional, regional e internacional;
- Revisão do Serviço Militar Obrigatório, reforço do Serviço de Informação Militar e adequação do Programa “Soldado Cidadão”.

No âmbito da política externa e da vocação atlântica de Cabo Verde, o próximo Governo trabalhará, ainda, para reforçar a segurança cooperativa do Atlântico Médio e Sul, através da sua participação nos Programas de Cooperação no sector da Defesa da CEDEAO, incluindo a “Zona G”, tal como definida na Estratégia de Yaoundé, da CPLP, dos ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul), do Centro do Atlântico e do Mecanismo das PMC – Presenças Marítimas Coordenadas.

## 5.5. UMA DIPLOMACIA AO SERVIÇO DOS SUPREMOS INTERESSES DO PAÍS & UMA DIÁSPORA MERECEDORA DE RECONHECIMENTO

### 5.5.1. UMA DIPLOMACIA QUE PRIORIZE OS SUPREMOS INTERESSES DO PAÍS

O PAICV defende uma Política Externa com sentido patriótico, defensora dos supremos interesses de Cabo Verde e estribada em valores e princípios.

Defender a ordem jurídica interna, a adopção de uma geopolítica de alianças necessárias que respeitem a integridade da nossa soberania e a adopção da moral patriótica na ação diplomática devem ser pilares inegociáveis da nossa Política Externa.

Cabo Verde deve ter inteligência suficiente e estratégica para construir a persuasão, mantendo o realismo e a prudência, e desenvolver uma cooperação que respeite a reciprocidade, com um princípio fundamental que deve guiar a racionalização das relações externas entre países e os respectivos interesses soberanos.

A nova conjuntura internacional coloca, à Diplomacia Cabo-verdiana, novos desafios.

Assim, a agenda de intervenção externa tem de ser mais estratégica, mais dinâmica, mais potenciadora de resultados e focada nas prioridades.

Nesse sentido, a Política Externa Cabo-verdiana deve ser actuante e orientada para a captação de investimentos e a internacionalização da nossa economia.

Nesse âmbito e na prossecução da Agenda “CABO VERDE PARA TODOS”, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, actuará no sentido de:

- **Dar prioridade às relações bilaterais e multilaterais no espaço lusófono**, bem como nos países na sua vizinhança;
- Melhorar a **coordenação e eficácia da ajuda externa ao desenvolvimento**, e promover uma política de cooperação estruturante nos Países de CPLP, que deve incluir, por um lado, o **desenvolvimento empresarial e um maior envolvimento das Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento**, e, por outro lado, apoiar a **promoção da ação das Organizações Empresariais cabo-verdianas**;
- **Contribuir para reforçar a internacionalização e a competitividade das empresas**, assegurando uma **ação coordenada com as estruturas empresariais privadas** com presença nos mercados externos, e **potencie a “Marca Cabo Verde”**, enquanto símbolo de qualidade, bem como as marcas e o bom nome das empresas cabo-verdianas no estrangeiro;
- **Criar um modelo de Conselheiros de Comércio Externo de Cabo Verde no estrangeiro**, constituído por personalidades de reputação e disponíveis para apoiar Cabo Verde no seu relacionamento económico externo;
- **Reforçar a Parceria Especial com a União Europeia**, seja a nível do Investimento, do Crescimento e do Emprego, como também a nível da Gestão dos Oceanos e da Economia Azul, e, por fim, nas Reformas institucionais;

- Contribuir para a construção de uma nova ordem internacional, fundada na observância do Direito Internacional, no respeito dos direitos humanos, na solidariedade em relação aos países menos desenvolvidos;
- Promover o recrutamento de quadros cabo-verdianos para instituições internacionais;
- Valorizar o multilateralismo baseado na cultura, como plataforma para a internacionalização da economia cabo-verdiana;
- Reforçar a integração regional na CEDEAO com a participação visível de todas as instâncias da Comunidade, bem como a representação de quadros cabo-verdianos em órgãos e instituições da CEDEAO.

A atividade diplomática, pela sua especificidade e complexidade, exige uma atenção especial, relativamente à capacitação permanente dos seus agentes, em função do respectivo grau e percurso profissionais.

Por isso, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, promoverá:

- O esforço individual dos diplomatas para conhecer e dominar os dossiers fundamentais da política externa do âmbito internacional, designadamente no plano económico, securitário, cultural e ambiental;
- A instituição de um processo de acesso à carreira e de promoção muito seletivo, e indexado ao perfil de conhecimentos e de competências necessárias a um diplomata da era moderna;
- O reforço das valências do Instituto Diplomático, que, enquanto centro de estudos, pesquisa, projeção e análise das questões internas e externas de relevância para a política externa de Cabo Verde, desempenhará um papel central na modernização do nosso sistema de política externa.

#### 5.5.2. UMA DIÁSPORA MERECEDORA DE RECONHECIMENTO

Transformar a Diáspora Cabo-verdiana num **ator central do desenvolvimento nacional**, promovendo a sua integração plena nos países de acolhimento e criando mecanismos de participação económica, social e política na diáspora, é um compromisso.

Com efeito, a Diáspora Cabo-verdiana representa mais de 60% da população total do país e encontra-se distribuída pela Europa, pelas Américas, pela África e por outras Regiões.

Para além do “seu” peso económico, expresso nas remessas, a Diáspora tem sido um “ator” político, social e cultural, com relevância crescente.

Reconhecer essa realidade revela-se essencial para que Cabo Verde adote uma política pública integrada que, para além da visão tradicional das remessas, valorize a Diáspora como parceira estratégica do desenvolvimento nacional e como principal promotora da imagem do país no mundo.

É, pois, necessário dar um novo impulso à ligação efectiva de Cabo Verde aos seus cidadãos residentes no estrangeiro, modernizando as políticas adotadas e os serviços prestados, e apostando, simultaneamente, no valor estratégico das comunidades cabo-verdianas no estrangeiro.

Neste sentido, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, irá executar as **seguintes medidas**:

- **Reforçar a integração das comunidades cabo-verdianas nos países de acolhimento;**
- **Consolidar os mecanismos de participação social e política da Diáspora** na vida do Estado e das autarquias;
- **Reforçar o serviço do Consulado Virtual**, por forma a estabelecer uma prestação de serviços individualizada e de elevada conveniência, para os cidadãos cabo-verdianos, residentes no estrangeiro, pela via da optimização das novas tecnologias de informação;

- **Melhorar a prestação de Serviço na emissão de documentos essenciais para os Emigrantes**, nomeadamente o Cartão Nacional de Identificação (CNI) e os Passaportes Eletrónicos, e colocar o **Portal Consular ao serviço dos cabo-verdianos residentes no estrangeiro**, desenvolvendo novas soluções de governação eletrónica, para uma melhor prestação de serviço, garantindo um tratamento o mais similar possível, em termos de qualidade e de tempo, aos residentes em território nacional;
- **Promover uma maior inserção política dos cabo-verdianos nos países de residência**, através da sua participação eleitoral e em organizações locais;
- **Dinamizar o papel do Conselho das Comunidades Cabo-verdianas**, enquanto órgão consultivo do Governo para as políticas de emigração e comunidades cabo-verdianas;
- **Promover Centros de Língua e Cultura cabo-verdianas**, em parceria com universidades e associações locais;
- **Promover parcerias formais entre as Associações Cabo-verdianas na Diáspora e o Governo;**
- **Promover programas de retorno temporário para quadros Cabo-Verdianos, na Diáspora**, em áreas estratégicas para o desenvolvimento do País, com especial enfoque na Medicina;
- **Melhorar a gestão dos Processos de Deportação de cabo-verdianos** em situação de conflito com a lei;
- **Aumentar o valor da pensão concedida às comunidades emigradas em situação de vulnerabilidade**, particularmente em São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Senegal;
- **Reforçar a implementação do Estatuto do Investidor Emigrante** e aprofundar os incentivos nele consagrados;
- **Rever e adequar a Lei da Nacionalidade** às especificidades da nossa Diáspora, particularmente à Diáspora Cabo-verdiana no Continente Africano.

## 5.6. GARANTIR A INDEPENDÊNCIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL, PARA REFORÇAR A DEMOCRACIA

A comunicação social cabo-verdiana é um dos pilares fundamentais da democracia e é convicção do PAICV que só será possível qualificar a nossa democracia e participação cidadã se forem reforçados os mecanismos para o funcionamento de uma comunicação social forte, independente e de qualidade, capaz de responder aos novos desafios que a sociedade cabo-verdiana exige.

Com efeito, a liberdade de imprensa em Cabo Verde é o resultado de um percurso político e institucional que acompanhou a própria construção da democracia no país. Esse processo foi se consolidando ao longo dos anos, com o surgimento de novos órgãos de comunicação social, a afirmação de uma cultura jornalística mais crítica e o desenvolvimento de um quadro legal que, em termos formais, protege a liberdade de expressão e de imprensa. Mas, é preciso reconhecer que a liberdade de imprensa em Cabo Verde assenta hoje em equilíbrios frágeis. Por um lado, não há censura formal nem controlo directo ostensivo. Por outro, existem sinais claros de vulnerabilidade estrutural: pressões indirectas, dependência financeira, fragilidade institucional dos órgãos de comunicação social e um ambiente onde a linha entre informação e promoção institucional pode tornar-se difusa, sobretudo em contextos pré-eleitorais.

O risco real é a erosão progressiva da independência editorial através de mecanismos indirectos.

É preciso garantir a autonomia e a liberdade da comunicação social em Cabo Verde!

Isso passa, em primeiro lugar, por uma mudança de atitude no exercício do poder. Um Governo que respeite a liberdade de imprensa não é apenas aquele que não censura. É aquele que aceita o escrutínio, que não instrumentaliza os media e que não reage à crítica com pressão ou deslegitimação.

E passa, também, por:

- Reforçar a independência dos *media* - públicos e privados - face ao poder político e económico;
- Criar mecanismos que reduzam a margem de interferência e aumentem a transparência.

- Garantir condições dignas para o exercício da profissão jornalística, sem as quais a liberdade formal perde eficácia prática.

Neste sentido, o reforço dos meios de comunicação, quer públicos, quer privados, é, para o próximo Governo, liderado pelo PAICV, um imperativo do Estado, enquanto um dos pilares da democracia e do Estado de Direito Democrático.

#### 5.6.1. A COMUNICAÇÃO SOCIAL PÚBLICA

Garantir a independência e autonomia dos órgãos públicos de informação, ao mesmo tempo que se reforça a sua capacidade de atuação, com os recursos necessários para responder às exigências de um serviço Público de qualidade, é o propósito.

Para isso, o PAICV propõe que a autonomia editorial dos órgãos públicos de comunicação social seja protegida por um estatuto vinculativo, com força jurídica, que proíba, explicitamente, qualquer ingerência política, directa ou indirecta.

Relativamente à RTC, o PAICV entende ser necessário um modelo de financiamento plurianual que assegure previsibilidade e autonomia financeira, e que a modernização tecnológica da RTC seja um imperativo para melhorar a qualidade do serviço prestado, mas também para obter os recursos necessários através da monetização dos seus conteúdos e para disponibilizar os seus serviços no mundo inteiro, particularmente à nossa Diáspora.

Neste sentido, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, se propõe rever o contrato de concessão de serviço público com a RTC, devendo a missão do serviço público ser definida com precisão, e acompanhada de indicadores claros de cumprimento, mediante metas mensuráveis, em áreas como o pluralismo político, a diversidade de fontes, a cobertura territorial equilibrada, a programação cultural e educativa, a presença de jovens e minorias, e a promoção da coesão nacional.

A transparência deverá ser um princípio estruturante.

Todos os contratos de produção externa, de aquisição de conteúdos e de prestação de serviços serão, obrigatoriamente, publicados. A distinção entre conteúdos editoriais e conteúdos patrocinados será clara e verificável, devendo a gestão da RTC estar sujeita a auditorias independentes regulares, cujos resultados serão públicos.

Para além disso, e na próxima Governação, liderada pelo PAICV, o papel da entidade reguladora será reforçado.

A próxima Governação aprovará também mecanismos que reforcem a formação e a especialização dos jornalistas e a sua capacitação para o reforço do jornalismo investigativo.

Ainda, e em termos de governança da Rádio e Televisão públicas, é necessário, em concertação com todas as partes interessadas, nomeadamente os profissionais do sector, adotar um quadro administrativo e jurídico que:

- Assegure a sua autonomia e independência, de facto e de jure;
- Revisite o Estatuto dos Jornalistas para rever, entre outras, a questão das incompatibilidades e criar um regime reforçado de proteção dos jornalistas.
- Reforce a regulamentação da Carteira profissional, com vistas a colmatar as lacunas existentes e a garantir que a Comissão tenha poder efetivo de fiscalização.
- Fortaleça, em períodos eleitorais e pré-eleitorais, as exigências de imparcialidade e equilíbrio

#### 5.6.2. A IMPRENSA PRIVADA

O reforço do serviço público não dispensa um ecossistema privado forte, plural e economicamente viável. Pelo contrário, um dos maiores riscos para a democracia, em contextos como o cabo-verdiano, é a fragilidade estrutural dos media privados, frequentemente dependentes de publicidade institucional, com mercados limitados e elevada exposição a pressões políticas e económicas.

A imprensa privada em Cabo Verde tem enfrentado momentos difíceis, fruto, por um lado, das condições endógenas do País, de um mercado publicitário pequeno e em quebra ao longo de vários anos, em linha com a tendência internacional,

e, por outro, de uma redução do investimento do governo nos órgãos nos últimos dez anos.

Estes factores têm provocado a morte prematura de alguns órgãos privados de comunicação social, enquanto outros reduziram a sua capacidade de cobertura a nível nacional. Para mudar este estado de coisas, o PAICV entende que a Imprensa Privada em Cabo Verde deve sentir que o Estado é um parceiro forte na garantia da sobrevivência e do crescimento do sector.

O PAICV assume este problema de frente: sem sustentabilidade económica, não há independência editorial.

Neste quadro, o PAICV, na próxima Legislatura, propõe:

- A criação de um quadro transparente e competitivo de apoio ao desenvolvimento dos media privados, assente em critérios objetivos, públicos e auditáveis.
- A criação de um **Fundo de Desenvolvimento dos Media**, destinado a financiar projetos jornalísticos independentes, investigação, inovação digital e expansão da cobertura em regiões com menor presença mediática
- A reforma do “sistema” de publicidade institucional do Estado, para garantir a compra de publicidade institucional de forma equitativa, garantindo distribuição equilibrada, entre todos os órgãos;
- A regulamentação mais estrita da exploração do mercado publicitário por parte do operador público, evitando a concorrência desleal;
- A criação de programas permanentes de literacia mediática, com celebração de contratos-programa com os órgãos de comunicação social;
- O incentivo à adopção de modelos de autorregulação que garantam elevados padrões éticos, incluindo códigos de conduta e mecanismos internos de supervisão.

## 6. ENFRENTAR AS QUESTÕES TRANSVERSAIS, PARA CONSTRUIR UM CABO VERDE PARA TODOS

São várias as questões transversais, assumidas como essenciais, para a concretização da Agenda “CABO VERDE PARA TODOS”, porquanto entendidas como temas fundamentais que perpassam diferentes sectores de governação, políticas públicas e áreas de conhecimento.

Por isso, o objetivo dessa abordagem é garantir que esses temas cruciais são integrados, de forma sistemática e contínua, no planeamento e na execução de todas as ações da Agenda “CABO VERDE PARA TODOS”.

### 6.1. JUVENTUDE: A “FORÇA MOTORA” DA NAÇÃO

A Juventude Cabo-verdiana constitui o principal ativo demográfico, económico e social do país. O período do próximo Mandato (2026 a 2031) deverá servir para consolidar políticas estruturantes que transformem o potencial jovem em crescimento sustentável, inovação e estabilidade social.

Com efeito, Cabo Verde possui uma estrutura populacional jovem, o que configura, claramente, um bónus demográfico. Esse bónus, se devidamente aproveitado ao serviço do País, capacitando a juventude, pode ser um factor extraordinário de aumento da produtividade nacional, de impulso ao empreendedorismo, de redução da dependência externa e de fortalecimento da base fiscal do Estado.

É inequívoco que os jovens são os principais utilizadores de tecnologia e de redes digitais e, como tal, impulsionadores fulcrais da economia criativa, revelando-se, também por isso e neste contexto, como pilares fundamentais para a modernização!

Cabo Verde vive um momento decisivo. Nunca tivemos tantos jovens, nunca tivemos jovens tão qualificados, e nunca foi tão difícil para essa geração viver com dignidade no seu próprio país. Empregos precários, salários baixos, rendas incomportáveis, dificuldades de acesso à habitação, formação desligada da economia real, desigualdades digitais e uma crescente desconfiança da classe política têm marcado o quotidiano da juventude cabo-verdiana.

O próximo Governo de Cabo Verde, liderado pelo PAICV, assume um compromisso claro:

Governar com a juventude, para a juventude e a partir da juventude, colocando-a no centro das decisões estratégicas do país.

Nesta perspetiva, constituirão medidas de política prioritárias, as seguintes:

**No domínio do emprego e do empreendedorismo jovem:**

- Implementação de uma Estratégia Nacional de Emprego Jovem, com metas claras e avaliação pública.
- Combate à precariedade laboral, limitando o uso abusivo de contratos a prazo e de estágios sucessivos.
- Reforma profunda dos estágios profissionais, garantindo:
  - Incentivos fiscais efectivos, a empresas que contratem jovens;
  - Fundo de Garantia para Startups;
  - Programa Primeiro Emprego Digital;
  - Expansão das incubadoras de negócios em todas as ilhas;

**No domínio da educação, formação e qualificação profissional:**

- Formação superior gratuita, para todos, na Universidade Pública de Cabo Verde;
- Criação de um Programa Especial de Bolsas de Estudo, para os Jovens que, não transitando nas provas de Acesso à Formação Superior no Sistema Público, ingressem no Sistema de Ensino Superior Privado;
- Definição anual, e atribuição, de um “*numerus clausus*” de Bolsas, em áreas definidas como estratégicas e prioritárias para o País;

**No domínio da habitação e autonomia juvenil:**

- Uma Política Nacional de Habitação Jovem, articulada com municípios e sector privado;
- Redução significativa do IUP, na aquisição da primeira habitação de jovens e/ou jovens casais;
- Criação de um Fundo Público de Garantia para Habitação Jovem, facilitando o acesso ao crédito.
- Edificação de Programas de arrendamento acessível, para jovens trabalhadores e estudantes.
- Retoma da autoconstrução assistida, de cooperativas de habitação e de soluções sustentáveis.
- Atribuição efectiva de crédito bonificado até aos 35 anos.

**No domínio da saúde, bem-estar e proteção social:**

- Implementação de um Plano Nacional de Saúde Mental Juvenil, e a garantia de Apoio psicossocial em escolas;
- Consolidação e melhoria de Programas de prevenção ao consumo de drogas, com o reforço da Prevenção de comportamentos de risco
- Reforço da educação sexual e reprodutiva.

**No domínio da participação cívica:**

- A instituição do Orçamento Participativo Jovem;
- A criação de um Fundo Nacional para Projetos Juvenis.

**No domínio da Juventude Digital e Inovadora:**

- Internet e tecnologia acessíveis a todos, promovendo o empreendedorismo jovem, digital, criativo e sustentável, e fazendo da inclusão digital uma ferramenta para a redução de desigualdades.

**No domínio da Igualdade e Direitos:**

- Defesa dos direitos das jovens mulheres, da juventude LGBTQIA+, dos jovens com deficiência e dos imigrantes;
- Promoção da igualdade salarial e tolerância zero à violência baseada no género.

**No domínio do Desporto e Alta Competição:**

- Valorização dos atletas com proteção social, estatuto próprio e apoio à carreira desportiva;
- Apoio à alta competição, com critérios justos, diferenciados e baseados no mérito e na boa governação;
- Garantia de melhores condições para a participação de atletas e seleções em competições internacionais;
- Construção e requalificação de infraestruturas desportivas.

**A nível da Cultura e Identidade Cabo-verdiana:**

- Valorização da língua cabo-verdiana e das expressões culturais, como pilares da identidade nacional;
- Apoio à criação cultural jovem, especialmente nos bairros e comunidades mais vulneráveis;
- Assumpção da cultura como direito, e fonte de emprego para a juventude.

O nosso objetivo é garantir que os jovens tenham representação e sejam os principais actores e impulsionadores dos esforços de desenvolvimento nacional.

## 6.2. DESPORTO PARA TODOS

O desporto constitui um pilar essencial para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde, assumindo-se como instrumento estruturante para a promoção da saúde pública, da inclusão social, do desenvolvimento económico e da afirmação internacional do País. Na próxima Governação, liderada pelo PAICV, o Desporto será integrado como política transversal e, em especial, em articulação com os Sectores da Educação, da Juventude, da Saúde e da Economia, em geral.

Nesta sede, é importante frisar que a evolução do desporto em Cabo Verde está intrinsecamente ligada às mutações sociais, culturais e políticas dos novos tempos, sendo, por isso, um factor de identidade cultural, um promotor do desenvolvimento económico e um importante vector de formação das novas gerações.

Num país com uma população maioritariamente jovem, o investimento no desporto representa um investimento directo no capital humano nacional. A prática desportiva promove valores como disciplina, ética, solidariedade, trabalho em equipa e resiliência, competências fundamentais para o desenvolvimento individual e coletivo.

O desporto é um instrumento estratégico e revela-se um campo fundamental de intervenção, para os governos alcançarem todo o potencial da actividade física para o desenvolvimento pessoal e social, económico e ambiental, sendo que esse tipo de reconhecimento oferece um incentivo convincente e uma oportunidade imperdível para a adopção de medidas que, implementadas de forma integrada e articulada, conduzem ao desenvolvimento.

Neste sentido, constituirão medidas de política prioritárias, do próximo Governo, liderado pelo PAICV, as seguintes:

**No domínio do “Desporto para Todos” e inclusão social:**

- Implementação do Programa Nacional “*Desporto para Todos*”, com atividades comunitárias regulares;
- Promoção do desporto feminino com incentivos específicos e campanhas de igualdade;
- Criação de programas desportivos, em bairros vulneráveis, como ferramenta de inclusão social;
- Garantia de acesso universal à prática desportiva, em todas as ilhas e concelhos.

#### **No domínio do desporto escolar e formação de base:**

- Consolidação das Olimpíadas do Desporto Escolar em todas as ilhas, com introdução de novas modalidades, e criação de Centros Regionais de Formação Desportiva;
- Integração plena do desporto no Sistema Educativo, como ferramenta pedagógica e formativa, e implementação de bolsas de iniciação desportiva para jovens talentos.

#### **No domínio do Desporto de Alto Rendimento e excelência:**

- Reforço do Programa Bolsa Atleta, para atletas de alto rendimento;
- Criação de um Centro Nacional de Alto Rendimento, garantindo-se apoio técnico-científico nas áreas de nutrição, medicina desportiva e psicologia, com o estabelecimento de acordos internacionais para formação de treinadores e atribuição de Incentivos fiscais para Patrocinadores do Desporto Nacional, na perspectiva de projetar Cabo Verde, internacionalmente, através da excelência competitiva.

#### **No domínio das infraestruturas e modernização do sector:**

- Adopção de um Plano Nacional de Infraestruturas Desportivas, com a construção e reabilitação de campos polivalentes nas comunidades, mediante a edificação de pavilhões multiusos em ilhas com carência estrutural, e por via de promoção de parcerias público-privadas para a gestão sustentável de equipamentos;
- Implementação de uma Estratégia Nacional de Iluminação das Infraestruturas Desportivas, com recurso prioritário às energias renováveis, para garantir a redução de custos, a sustentabilidade ambiental e a melhoria das condições para a prática desportiva em todo o País.

#### **No domínio do Desporto e Desenvolvimento Económico:**

- Promoção do Turismo Desportivo (eventos internacionais, estágios e competições);
- Formação profissional em gestão desportiva, devidamente alinhada com o apoio ao empreendedorismo juvenil no sector desportivo;
- Criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento do Desporto.

#### **No domínio da valorização e proteção dos atletas:**

- Afetação de parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Desporto, para apoiar a participação de atletas e seleções nacionais em competições internacionais, garantindo igualdade de oportunidades e viabilizando a representatividade do País;
- Revisão, para a efectiva implementação, dos Estatutos do “*Estudante Atleta*” e do “*Atleta de Alto Rendimento*”;
- Efectivação do “**Estatuto do Atleta**” e do **Desportista Cabo-verdiano**, consagrando direitos, deveres, proteção social e condições de carreira;
- Implementar um **regime de proteção social para atletas e desportistas**, assegurando previdência social a curto, médio e longo prazo;
- Criar um Seguro Desportivo obrigatório para atletas e desportistas profissionais, garantindo proteção em caso de acidentes, lesões ou incapacidade.

#### **No domínio da governação, transparência e profissionalização do desporto:**

- Criação de condições legais e financeiras para a profissionalização e dedicação a tempo inteiro dos Presidentes das Federações Nacionais, reforçando a boa governação, a transparência e a eficácia na gestão desportiva;
- Atribuição do Estatuto de Utilidade Pública aos clubes desportivos que cumpram todos os requisitos jurídico-legais, facilitando o acesso a apoios, parcerias e incentivos públicos.

#### **No domínio da formação inicial e da inclusão:**

- Retoma e reforço do apoio público às **Escolas de Iniciação Desportiva (EID)**, criando um programa nacional estruturado e contínuo de financiamento, acompanhamento técnico e avaliação;

- Criação de um **Programa Integrado de Formação de Atletas** (articulando o ensino escolar, clubes desportivos e escolas de iniciação desportiva) para promover o desenvolvimento equilibrado entre educação, formação desportiva e valores cívicos.

**No domínio das Seleções Nacionais e da Diáspora Cabo-verdiana:**

- **Criação de mecanismos de apoio específico às Seleções Nacionais;**

- **Estabelecimento de um mecanismo especial e célere para a atribuição da nacionalidade cabo-verdiana e do passaporte nacional a atletas, reconhecendo o papel determinante da diáspora na representação desportiva do país.**

**No domínio dos desportos náuticos:**

- Desenvolvimento de um **Programa Nacional de Fomento dos Desportos Náuticos e Aquáticos**, integrando as vertentes desportiva, económica e empresarial, e formação profissional juvenil;

- Priorização dos polos naturais de desenvolvimento destas modalidades e promoção dos desportos náuticos como eixo estratégico da **economia azul**, do turismo sustentável e do emprego jovem.

Portanto, as dimensões educativas, sociais e económicas do desporto serão devidamente enquadradas na futura Governação, liderada pelo PAICV, a par da sua necessidade de financiamento.

### 6.3. A IGUALDADE DE GÉNERO, COMO DIMENSÃO DE UM CABO VERDE PARA TODOS

Não é possível concretizar a nossa visão de futuro, e construir um CABO VERDE PARA TODOS, sem estarmos activamente empenhados na promoção da igualdade e da equidade de género.

O empoderamento das mulheres em todos os sectores é um pré-requisito para a transformação socioeconómica que almejamos como Nação.

As mulheres representam uma parte significativa da população e dos bens do nosso país. Devemos trabalhar activamente em prol da paridade, em todos os aspetos da sociedade, incluindo a política, a economia, o desporto, entre outras dimensões.

É fundamental que Cabo Verde se consolide como um País de referência, em matéria de promoção da igualdade de género, priorizando a transição da igualdade formal (lei) para a igualdade real (prática), com destaque para o empoderamento económico e a representação política.

A violência baseada no género deve ser coisa do passado.

O nosso compromisso é, por isso, promover a revisão, para adequação aos novos tempos e aos novos desafios emergentes, da Lei que estabelece as medidas de prevenção, repressão e punição de crimes de Violência Baseada no Género (VBG), preconizando aumentar a eficácia da punição, melhorar a produção de provas para facilitar a condenação e garantir que os infractores são processados nos termos da lei.

**Simultaneamente, a próxima Governação actuará:**

- **Na autonomia económica como prevenção**, implementando projetos que integrem a capacitação profissional e financeira das vítimas, para quebrar o ciclo de dependência do agressor;

- **Com Bases de Dados Nacionais Integradas**, na perspectiva de garantir a efectiva unificação dos dados do Ministério Público, da Polícia Nacional e dos Serviços Sociais, para acompanhar o histórico do agressor e da vítima e evitar a dispersão de informações.

**Ainda, o próximo Governo implementará as seguintes medidas para reforçar o apoio às vítimas:**

- **Atendimento Integrado e Casas de Acolhimento**, em todas as Ilhas;

- Apoio Socioeconómico e Empoderamento, seja o empoderamento económico como protecção (com Programas que oferecem formação profissional, acesso a microcrédito e capacitação para inserção sócio-laboral, permitindo a independência financeira da vítima face ao agressor), seja o apoio financeiro imediato (mediante a criação de fundos de

emergência para vítimas, garantindo recursos para alimentação, habitação e necessidades básicas imediatas).

#### 6.4. O AMBIENTE, COMO PILAR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Cabo Verde, enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, enfrenta desafios ambientais estruturais, marcados pela escassez de recursos hídricos, pela vulnerabilidade às alterações climáticas, dependência energética externa e pela pressão sobre os ecossistemas costeiros.

A sustentabilidade ambiental constituirá, por isso, um eixo estratégico central da próxima Governação.

O PAICV assume o compromisso de fortalecer a resiliência climática nacional, proteger os recursos naturais e consolidar um modelo de desenvolvimento sustentável, alinhado com o Acordo de Paris e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável promovidos pela Organização das Nações Unidas.

Reconhecemos que os desafios ambientais contemporâneos, como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade, a degradação dos recursos hídricos e a gestão inadequada de resíduos, exigem respostas firmes, coordenadas e baseadas em evidências científicas.

A elevada dependência de combustíveis fósseis importados impõe custos económicos e vulnerabilidade externa. Cabo Verde tem potencial significativo para energias renováveis, nomeadamente a solar e a eólica. O Governo promoverá uma transição energética progressiva e sustentável, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e incentivando fontes renováveis.

Neste sentido, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, assumirá, como prioritárias, as seguintes medidas de política:

##### **A nível da transição energética e autonomia sustentável:**

- Acelerar a meta nacional de elevada penetração de energias renováveis na matriz elétrica, na perspectiva de Cabo Verde chegar, pelo menos, a 70%, até 2031, e 100% no horizonte de 2040;

- Incentivar a microprodução solar residencial e empresarial e modernizar as redes elétricas para integração eficiente de renováveis;

- Eletrificar, progressivamente, a frota pública e promover a mobilidade sustentável nas ilhas;

- Desenvolver soluções de armazenamento de energia adaptadas ao contexto insular;

- Implementar o Plano Nacional de Energia Renovável, com metas anuais de expansão solar e eólica;

- Atribuir incentivos fiscais e financeiros para micro e minigeração distribuída;

- Implementar um Programa Nacional de Eficiência Energética, em edifícios públicos;

- Criar mecanismos regulatórios para o mercado de carbono.

##### **A nível da proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros:**

- Promover a economia azul como uma estratégia importante para Cabo Verde, reforçando as áreas marinhas protegidas e as zonas costeiras, combatendo a pesca ilegal, protegendo as zonas costeiras contra a erosão e a subida do nível do mar e incentivando a investigação científica marinha.

##### **A nível da Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar:**

- Expandir os sistemas de irrigação gota-a-gota, apoiando práticas agroecológicas, criando programas de seguro agrícola climático;

- Proteger as bacias hidrográficas.

##### **A nível da gestão de resíduos e economia circular:**

- Universalizar a recolha e o tratamento adequados de resíduos sólidos, implementando sistemas de reciclagem e valorização, reduzindo progressivamente o uso de plásticos descartáveis e incentivando parcerias público-privadas para soluções inovadoras.

#### **A nível da educação ambiental e governança climática:**

- Integrar educação ambiental nos currículos escolares;
- Estabelecer indicadores públicos de desempenho climático;
- Implementar o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas;
- Mapear e requalificar as áreas de risco.

### **6.5. O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, COMO FACTOR DE QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL**

O ordenamento do território constitui um dos pilares fundamentais das políticas públicas modernas, especialmente em países com limitações geográficas e vulnerabilidades ambientais, como Cabo Verde.

Cabo Verde, enquanto país arquipelágico, caracterizado pela fragmentação territorial, forte pressão urbana e elevada exposição a riscos climáticos, enfrenta desafios estruturais que exigem uma gestão integrada e sustentável do espaço físico.

O ordenamento do território pode ser entendido como o conjunto de instrumentos legais, técnicos e administrativos que regulam o uso, a ocupação e a transformação do solo. Trata-se de uma política transversal, que articula dimensões urbanísticas, ambientais, económicas e sociais. E, num país com limitações territoriais e elevada vulnerabilidade ambiental, a gestão racional do espaço é condição indispensável para assegurar o crescimento equilibrado, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população.

Assim, na próxima Governação, liderada pelo PAICV, o ordenamento do território assumirá um papel estratégico na concretização de metas como o desenvolvimento sustentável, a coesão social, a habitação digna e a resiliência ambiental.

Neste sentido, importa realçar a sua importância e analisar os fundamentos políticos, sociais e económicos, que sustentarão esta prioridade governamental, bem como as medidas de política pública previstas para a sua implementação, a diversos níveis:

#### **A nível da sustentabilidade ambiental e resiliência climática:**

- Evitar construções em zonas de risco;
- Proteger áreas costeiras e ecossistemas sensíveis;
- Integrar critérios de adaptação climática nos instrumentos de planeamento;
- Estipular regras mais rigorosas para ocupação de áreas sensíveis.

#### **A nível da coesão territorial e redução de desigualdades:**

- Promover equilíbrio na distribuição de investimentos públicos;
- Reduzir as assimetrias regionais;
- Garantir o acesso equitativo a infraestruturas e serviços básicos.

#### **A nível da atualização Cartográfica Nacional em Grandes Escalas**

- Definição de prioridades territoriais (zonas urbanas, costeiras e agrícolas);
- Extensão da cobertura cartográfica a todo o território nacional;
- Integração com o cadastro e os sistemas municipais.

#### **A nível de sistema nacional de toponímia**

- Organização administrativa do território;
- Criação do Código Geográfico Nacional;
- Normalização da toponímia.

**A nível da organização do crescimento urbano, e do reforço dos instrumentos de planeamento:**

- Consolidar a Política Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo;
- Rever a conceptual da DNOT;
- Atualizar os EROTs;
- Harmonizar os instrumentos de planeamento, com a estratégia climática e económica;
- Adequar e implementar os Planos Directores Municipais (PDM);
- Planear a expansão urbana de forma estruturada;
- Elaborar e executar planos específicos para zonas costeiras.

**A nível da regeneração urbana e habitação:**

- Executar Programas de habitação social integrados ao planeamento urbano;
- Promover a reabilitação de bairros informais e degradados;
- Promover o arrendamento subsidiado, como instrumento de inclusão social.

## 6.6. A AÇÃO CLIMÁTICA - UMA IMPOSIÇÃO DO FUTURO

Cabo Verde, enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, enfrenta desafios estruturais associados às alterações climáticas, incluindo secas recorrentes, escassez hídrica, erosão costeira e aumento da frequência de fenómenos meteorológicos extremos. Estes desafios representam riscos significativos para o crescimento económico, a segurança alimentar, os recursos hídricos, as infraestruturas e o bem-estar das populações.

O próximo Governo, liderado pelo PAICV, assume a ação climática como um pilar estratégico do desenvolvimento sustentável, integrando políticas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas em todos os sectores da governação pública.

A próxima Legislatura será, assim, marcada pela aceleração da transição energética, pela construção de infraestruturas resilientes e pela promoção de uma economia verde e azul inclusiva.

A ação climática será implementada de forma transversal, assegurando a proteção dos ecossistemas, o reforço da resiliência das comunidades e o aproveitamento das oportunidades económicas associadas à transição climática.

Neste sentido, o PAICV, na Governação, irá implementar as seguintes medidas:

**A nível da transição energética e descarbonização:**

- Expansão de energias renováveis - solar e eólica - e, ainda, o reforço dos sistemas de armazenamento;
- Modernização da rede elétrica;
- Alargamento de incentivos fiscais para a utilização de “energia limpa”;
- Promoção da mobilidade elétrica;
- Redução da dependência de combustíveis fósseis.

**A nível da gestão sustentável da água:**

- Expansão da dessalinização com energia renovável;
- Construção de reservatórios e barragens;
- Alargamento de sistemas de irrigação eficientes;

- Expansão da reutilização de águas residuais tratadas;
- Proteção das bacias hidrográficas.

**A nível da agricultura resiliente ao clima:**

- Promoção da segurança hídrica, para agricultura e consumo humano, e de culturas resistentes à seca;
- Aposta na agricultura de conservação, no reforço da reflorestação e na recuperação de solos;
- Criação de sistemas de seguro agrícola climático.

**A nível da proteção das zonas costeiras:**

- Construção de infraestruturas de proteção costeira;
- Alargamento da recuperação de dunas e ecossistemas marinhos;
- Análise, para reforço e adequação, do ordenamento do território costeiro;
- Expansão da monitorização da erosão costeira e da proteção dos ecossistemas marinhos.

**A nível do desenvolvimento da economia azul sustentável:**

- Promoção da gestão sustentável da pesca;
- Reforço da proteção da biodiversidade marinha;
- Estímulo do turismo ecológico e sustentável;
- Aposta na inovação, pela via da aquacultura.

**A nível das infraestruturas resilientes:**

- Integração dos riscos climáticos no planeamento urbano;
- Construção de estradas e portos resilientes;
- Modernização e expansão de sistemas de drenagem e controlo de cheias;
- Actualização e reforço de sistemas de alerta precoce para desastres naturais.

**A nível da inclusão social e justiça climática:**

- Implementação efectiva de programas de proteção social para comunidades vulneráveis;
- Promoção de formação em empregos verdes;
- Integração da dimensão de género nas políticas climáticas;
- Educação ambiental nas escolas;
- Garantia de transição climática justa e inclusiva.

**A nível dos instrumentos de financiamento climático:**

- Reforço do Fundo Climático Nacional, pela via do aumento do seu capital, através da diversificação e multiplicação de Parceiros Credores (bilaterais e multilaterais) de Cabo Verde, por via da reconversão da dívida externa do País, em investimento climático;
- Investimento na capacitação do País, para reforçar o acesso ao Fundo Verde para o Clima (Internacional);
- Promoção dos Títulos Verdes (green bonds), por meio do reforço de incentivos fiscais.

## 6.7. A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA - UMA PRIORIDADE

O PAICV está convicto que a única forma de resolver o desafio energético, em Cabo Verde, é ser ousado.

Depois da evolução registada entre 2001 e 2016, em que o acesso à energia aumentou de cerca de 58% para 90% de cobertura, e depois de se garantir 100% de acesso, a redução do custo da energia e a promoção da eficiência no sector, o desafio, agora, é transformar Cabo Verde num País livre de combustível fóssil, com uma grande aposta nas energias renováveis.

Com efeito, Cabo Verde, enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, apresenta uma elevada dependência da importação de combustíveis fósseis para satisfazer as suas necessidades energéticas, o que torna o sistema energético vulnerável às flutuações dos preços internacionais do petróleo e gera pressões significativas sobre a balança de pagamentos.

Assim, a transição energética constituirá um dos principais desafios estratégicos, a serem assumidos pelo próximo Governo de Cabo Verde, liderado pelo PAICV, preconizando o desenvolvimento sustentável do País.

A segurança energética é um dos principais fundamentos da transição energética em Cabo Verde. O sistema energético nacional depende, em grande medida, da importação de combustíveis fósseis, para a produção de electricidade e para o sector dos transportes.

Essa dependência apresenta diversos desafios, nomeadamente a elevada exposição às variações dos preços internacionais do petróleo, os elevados custos de produção de electricidade, a pressão sobre as finanças públicas e a vulnerabilidade a choques externos.

Por isso, a diversificação da matriz energética, através do aumento da participação das energias renováveis, permitirá reduzir essa dependência e aumentar a autonomia energética do país.

Para além disso, isso representará um forte impulso para o desenvolvimento sustentável do País, pois, ao mesmo tempo que contribui para a redução do custo médio de produção da electricidade, reforçará a competitividade da nossa economia, melhorando o ambiente de negócios e atraindo investimento estrangeiro.

Assim, o próximo Programa de Governo, liderado pelo PAICV, estabelecerá metas claras para a transformação do sector energético e que visarão, nomeadamente:

- Aumentar a participação das energias renováveis na produção de electricidade;
- Reduzir, progressivamente, a dependência de combustíveis fósseis;
- Melhorar a eficiência energética em todos os sectores da economia;
- Promover a mobilidade eléctrica e sustentável;
- Garantir o acesso universal à energia moderna, fiável e a preços acessíveis;
- Posicionar Cabo Verde como referência regional em energia limpa.

Neste contexto, a transição para fontes de energia renováveis surge como uma prioridade nacional, permitindo reforçar a segurança energética, reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) e promover um modelo de crescimento económico mais sustentável e competitivo.

Por isso, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, empenhar-se-á fortemente em aproveitar o grande potencial do País nas energias renováveis (solar e eólica) e trabalhará estrategicamente para que, no horizonte de 2031, o País atinja 70% de penetração, com a perspectiva de chegar a 100% até 2040, numa plena assumpção da transição energética como prioridade nacional.

Para isso, o próximo Governo irá implementar as seguintes medidas:

### **A nível da expansão da produção de energias renováveis**

- Construção de parques solares e eólicos, em todas as ilhas;

- Instalação efectiva, e ulterior expansão, de sistemas híbridos renováveis, com armazenamento em baterias;
- Promoção de microgeração e autoconsumo residencial e empresarial;
- Realização de leilões competitivos, para a produção de energia renovável;
- Aumento progressivo da participação das energias renováveis na produção de eletricidade, e redução gradual da dependência de combustíveis fósseis.
- Melhoria da eficiência energética, em todos os sectores da economia;
- Promoção da mobilidade eléctrica sustentável;
- Garantia do acesso universal à energia moderna, fiável e a preços acessíveis;
- Posicionamento de Cabo Verde como referência regional em energia limpa.

#### **A nível da modernização do sistema eléctrico**

- Modernização das redes de transporte e distribuição, e concomitante instalação de sistemas de armazenamento energético, para respectiva estabilização;
- Expansão da introdução de redes inteligentes (smart grids);
- Reforço e aceleração da integração digital do sistema energético.

#### **A nível da reforma institucional e regulatória do sector energético**

- Reforço da regulação, preconizando a promoção da concorrência e o estímulo à participação do sector privado;
- Revisão do quadro tarifário;
- Melhoria da governação e eficiência das empresas energéticas;
- Reforma das instituições públicas de regulação e de administração no sector da energia, visando à desburocratização, à aceleração de processos de licenciamento e de autorização e ao reforço da fiscalização.

#### **A nível da mobilidade eléctrica**

- Alargamento de incentivos fiscais para veículos eléctricos;
- Criação de uma Rede Nacional de postos de carregamento eléctrico;
- Promoção da eletrificação gradual dos transportes públicos, frotas governamentais e táxis;
- Implementação do Programa “Bairros mais Sustentáveis”, para combater a pobreza energética, apoiando famílias vulneráveis;
- Criação da “Tarifa-Zero”, como instrumento de promoção da dignidade e combate às desigualdades sociais, aplicável até um determinado limite de consumo.

## **6.8. UMA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS QUE BENEFICIE A TODOS**

Cabo Verde é um País árido, que se insere na zona do Sahel, e regista baixos níveis de precipitação, com secas prolongadas que se têm agravado devido às mudanças climáticas.

Assim sendo, a gestão sustentável dos recursos hídricos constitui um dos maiores desafios estruturais para o desenvolvimento de Cabo Verde, como um Pequeno Estado Insular, que enfrenta limitações naturais na disponibilidade de água, agravadas pela irregularidade das chuvas e pela crescente pressão das alterações climáticas.

Neste contexto, a água assume um papel estratégico, não só para garantir o bem-estar da população, como também para

potenciar o desenvolvimento económico e garantir a preservação ambiental. Ademais, o acesso à água potável e ao saneamento básico consubstanciam elementos essenciais para a saúde pública, a dignidade humana e a qualidade de vida da população, sendo inegável que a gestão eficiente dos recursos hídricos permite reduzir riscos sanitários, prevenir doenças e melhorar as condições de vida das comunidades.

Por outro lado, no sector agrícola, a disponibilidade de água é um factor determinante para o aumento da produção e para a redução da dependência de importações alimentares, podendo o uso eficiente da água contribuir, grandemente, para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

Neste âmbito, impõe-se reforçar a gestão integrada da água como prioridade, para assegurar o acesso universal e equitativo aos serviços de abastecimento de água e de saneamento em todo o território nacional.

Assim, e na próxima Governação, liderada pelo PAICV, a política nacional de recursos hídricos deverá orientar-se pelos seguintes objetivos estratégicos:

- Garantir segurança hídrica sustentável para toda a população,
- Promover o uso eficiente e racional da água em todos os sectores,
- Reforçar a resiliência do país face às alterações climáticas,
- Melhorar a governança e a gestão integrada dos recursos hídricos
- Expandir o acesso universal à água potável e ao saneamento.

Por isso, e na perspectiva de fortalecimento das políticas públicas de gestão da água, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, irá implementar as seguintes medidas:

#### **A nível do reforço da segurança hídrica nacional**

- Construção e modernização de infraestruturas de captação, armazenamento e distribuição de água;
- Modernização das redes de distribuição para reduzir perdas de água;
- Expansão de barragens, reservatórios e sistemas de retenção de águas pluviais;
- Reforço da monitorização permanente dos aquíferos e dos recursos subterrâneos.

#### **A nível da expansão da dessalinização e uso de energias renováveis**

- Ampliação das centrais de dessalinização nas ilhas com maior escassez de água;
- Integração de energias renováveis (solar e eólica) na produção de água dessalinizada para reduzir custos energéticos;
- Expansão de investimentos em tecnologias inovadoras para a produção de água.

#### **A nível do uso eficiente da água na agricultura**

- Massificação de sistemas de irrigação eficientes (gota-a-gota);
- Reforço dos incentivos à produção agrícola com menor consumo de água;
- Expansão da reutilização de águas residuais tratadas para fins agrícolas;
- Reforço da implementação de programas de monitorização do consumo de água no sector agrícola;
- Reforçar o investimento na monitorização do estado ecológico das massas de água subterrâneas e superficiais, através da ampliação da rede de monitorização, garantindo dados em tempo real e a respetiva divulgação pública.

#### **A nível da reutilização e tratamento de águas residuais**

- Construção e modernização de estações de tratamento de águas residuais (ETAR);
- Massificação da reutilização de águas tratadas na agricultura, jardinagem urbana e indústria;

- Promoção da economia circular da água.

#### **A nível da governação e gestão integrada da água**

- Implementação de políticas integradas de recursos hídricos;
- Reforço da regulação e monitorização dos serviços de água e saneamento;
- Rever a Lei da Água, com vista a atualizar o quadro legal.

### **6.9. UMA GESTÃO DE RESÍDUOS, QUE POTENCIE A TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA CIRCULAR**

A perspectiva do PAICV é transformar Cabo Verde numa economia circular insular resiliente, sustentável e inclusiva, onde os resíduos são valorizados como recursos e contribuem para o desenvolvimento económico e social do país. Cabo Verde, enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, enfrenta desafios estruturais relacionados com a escassez de recursos naturais, a elevada dependência de importações e a crescente pressão sobre o ambiente. E o aumento da produção de resíduos sólidos urbanos, industriais e especiais constitui uma ameaça à sustentabilidade ambiental, à saúde pública e à competitividade económica, sobretudo no sector do turismo.

Assim, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, define, como propósitos estratégicos:

- Reduzir a produção de resíduos sólidos urbanos e aumentar a taxa de reciclagem e reutilização;
- Promover a valorização económica dos resíduos;
- Melhorar os sistemas de gestão e governação ambiental;
- Incentivar a inovação e o empreendedorismo verde.

Neste contexto, a transição para um modelo de economia circular apresenta-se como uma prioridade estratégica, alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com os compromissos internacionais em matéria de ação climática.

Neste sentido, o próximo Governo irá implementar as seguintes medidas:

#### **A nível das reformas institucionais e regulatórias**

- Efectivação do princípio “poluidor-pagador”;
- Adequação da responsabilidade alargada do produtor (embalagens, eletrónicos, plásticos);
- Reforço da fiscalização ambiental e municipal;
- Regulamentação das compensações financeiras a atribuir aos municípios pela instalação de infraestruturas de tratamento de resíduos nos respetivos territórios.

#### **A nível das infraestruturas e sistemas de gestão de resíduos**

- Criação de Centros Integrados de Gestão de Resíduos, em todas as ilhas;
- Expansão de sistemas de recolha seletiva (*eco-pontos*);
- Reforço de investimentos em reciclagem, compostagem e valorização energética;
- Ampliação, com urgência, dos aterros existentes através de soluções de reengenharia e otimização de capacidade;
- Modernização e requalificação das unidades de Tratamento Mecânico e Biológico, aumentando a sua eficiência na recuperação de recicláveis e da fração orgânica a encaminhar para valorização;
- Abertura, ao Sector Privado, da gestão de resíduos, em regime de complementaridade.

#### **A nível dos incentivos económicos e financiamento verde**

- Ampliação de incentivos fiscais para empresas de reciclagem e reutilização;

- Subsídios ao transporte inter-ilhas de resíduos recicláveis;
- Promoção de parcerias público-privadas.

## 7. UMA NOVA AGENDA ECONÓMICA, PARA CONSTRUIR UM CABO VERDE PARA TODOS

Cabo Verde precisa de uma Nova Agenda Económica, estribada num Crescimento Inclusivo e promotora do Desenvolvimento Sustentável.

Com efeito, uma Nova Agenda Económica será determinante para garantir um crescimento robusto, em que a liberdade económica, a iniciativa privada e a ética pública gerem prosperidade económica sustentável para todos, e que seja, simultaneamente, sustentável e com impactos na geração de empregos.

E, com essa Nova Agenda Económica, o PAICV, na Governação, se propõe trabalhar, com determinação, na assumpção de estratégias, e na implementação de medidas, que assegurem um Estado Social, Económico, Cultural e Politicamente sólido, capaz de enfrentar e de agir, perante os desafios resultantes da transformação.

E isso deve incluir a definição de prioridades, que se destinem a garantir a credibilidade económica e financeira do País.

O País precisa de uma política económica virada para o crescimento, o desenvolvimento, a competitividade e o emprego, que controle, gradualmente, os excessos de endividamento externo e da dívida pública, que garanta, a prazo, a sustentabilidade das finanças públicas, que revitalize o empreendedorismo, na estrutura produtiva do País nos sectores dos bens e serviços transacionáveis, que aumente o valor acrescentado nacional, incorporado nas nossas exportações, que atue sobre todos os factores críticos de competitividade, e que crie condições para a recuperação do investimento empresarial, nacional e estrangeiro.

### 7.1. REDEFINIR OS OBJETIVOS E ESTABELEECER AS PRIORIDADES

O próximo Governo de Cabo Verde, liderado pelo PAICV, está ciente de que são as pessoas - nomeadamente, os Empresários, o Estado, os Empreendedores, os Trabalhadores e as Famílias – que fazem a Economia.

É na sua iniciativa, criatividade e resiliência que assentam as bases de um futuro mais próspero e inclusivo.

Portanto, gerar riqueza para desenvolver o País e melhorar a vida de TODOS os cabo-verdianos não é apenas um objetivo económico — é um desígnio nacional.

Esse será, pois, o caminho para mitigar assimetrias sociais, gerar oportunidades para todos e assegurar a sustentabilidade do modelo social que se propõe.

Esta é, assim, a ambição que orientará a ação do próximo Governo, liderado pelo PAICV: transformar Cabo Verde para melhorar a vida dos cabo-verdianos, com uma economia dinâmica, inovadora e centrada nas pessoas, que valorize o conhecimento e aposte na competitividade.

Uma Economia forte, que potencie o crescimento inclusivo.

Uma Economia concorrencial e inovadora, que cresça nas cadeias de valor, aproveitando o potencial dos trabalhadores mais qualificados e o conhecimento gerado no sistema científico e tecnológico.

Uma Economia enquadrada num contexto institucional altamente competitivo e caracterizada por elevada conectividade internacional, que estimule o investimento nacional e estrangeiro e o crescimento das empresas.

Uma Economia com um quadro regulatório com efectiva autonomia, que permita fixar, em Cabo Verde, empresas nacionais e estrangeiras, com ambição e operações a nível global.

Uma Economia ancorada num Sistema de Ensino Superior, Científico e Tecnológico, que responda às necessidades de formação da economia e que estabeleça relações próximas com as empresas para a partilha do conhecimento e a promoção da inovação.

Uma Economia com um Sistema Fiscal voltado para as empresas, que incentive o reinvestimento e com benefícios fiscais precisos, previsíveis e eficazes, evitando a pulverização de pequenos benefícios e regimes excepcionais, que promovem incerteza e elisão fiscal.

Uma Economia que reforce a atração de investimento, em particular do investimento directo estrangeiro e de emigrantes, e de projetos de dimensão, escala e inovação, que permitam alavancar a capacidade e a produtividade nacionais.

Para uma economia aberta como a cabo-verdiana, é fundamental que a legislação laboral permita às empresas responder celeremente a alterações do mercado e do seu modelo de negócio, não se constituindo, pois, como uma barreira à atração dos investimentos dos emigrantes e do investimento directo estrangeiro, mas, simultaneamente, procurando responder aos desafios que se colocam aos trabalhadores e suas famílias, por via de relações laborais estáveis e potenciadoras de uma melhor conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

Na actual conjuntura, ainda com a Governação do MPD, a “fuga” massiva dos jovens para o estrangeiro tem provocado escassez de mão-de-obra e de competências-chave para responder aos desafios actuais e futuros, que se apresentam a Cabo Verde. E, por isso, também importa investir na qualificação e requalificação da força laboral, no sentido de garantir o alinhamento das competências às necessidades do mercado de trabalho e das empresas, com o propósito de impulsionar a sua competitividade, traduzida numa maior inovação e numa melhor produtividade, com melhores salários, tudo com foco na promoção de um crescimento económico sustentável.

Entretanto, só será possível o País avançar, com uma Nova Agenda Económica, e com Reformas Estruturantes, construindo esse compromisso com o Povo, e mobilizando a Nação para esse desiderato, em diálogo com a sociedade civil, com os operadores económicos, com todos os Partidos Políticos e Órgãos de Soberania, pois é necessária uma grande dinâmica de acções comportamentais e de incentivo ao investimento, revelando-se determinante, neste sentido:

- *A capitalização das vantagens comparativas e naturais de Cabo Verde, e resultantes da sua localização geoestratégica e das suas especificidades arquipelágicas, próprias de um País Insular*
- *A promoção de um consenso nacional, sobre as prioridades de desenvolvimento a longo prazo*
- *A promoção de uma economia moderna, baseada em serviços, com desenvolvimento de vários sectores de atividades como motores do crescimento*
- *A consolidação do sector do Turismo, e o relançamento dos sectores da Agricultura, das Pescas e da Cultura, pelo seu potencial de emprego e partilha de benefícios*
- *A reestruturação das Empresas Públicas e fortalecimento do sector privado*
- *O acompanhamento e a gestão dos dividendos demográficos, sobretudo no que poderá significar para a expansão da força de trabalho*
- *A realocação das despesas de investimento de capital, na qualificação e especialização do capital humano*
- *A realocação dos desperdícios da Administração Pública, Directa e Indirecta, na luta contra a pobreza e na promoção da igualdade social*
- *A aposta continua na melhoria do capital humano, na sua qualificação e especialização, fundamental para a qualidade da prestação de serviços de alto valor acrescentado, focada na produtividade, na inovação e no trabalho*
- *Uma gestão séria e estratégica das Infraestruturas, considerando os interesses estratégicos do País e respeitando a soberania de Cabo Verde*
- *Uma Política Fiscal e um ambiente de negócios que se traduza na atração de IDE e na promoção de negócios*
- *O Financiamento do desenvolvimento, assegurando-se a estabilidade monetária, o reforço da regulamentação financeira, a resolução do problema de financiamento do sector privado, e colocando as Finanças Públicas em ordem*

Neste sentido, é preciso redefinir os principais objetivos, com uma Nova Agenda Económica, que serão:

- a. Promover um crescimento inclusivo, e que seja sentido por todos, no horizonte 2026 a 2031;
- b. Orientar a alocação de recursos, na economia, para os sectores produtores dos bens e serviços transaccionáveis;
- c. Adaptar a Política Energética;
- d. Revitalizar a estrutura produtiva;
- e. Reduzir o endividamento nacional e o défice externo;
- f. Fomentar a poupança nacional;
- g. Redefinir a política de captação do investimento externo e redesenhar a política de atração do capital dos emigrantes;
- h. Redefinir a política de apoio ao tecido empresarial privado;
- i. Qualificar o Turismo;
- j. Modernizar, para empresarializar, a Agricultura;
- k. Redefinir e ajustar a política da “Economia Azul”, para ganhar o mar;
- l. Valorizar a nossa identidade, através da Cultura;
- m. Reindustrializar o País, de forma sustentável, e com foco em indústrias de transformação e de produção de valor acrescentado;
- n. Criar zonas económicas especiais para atração de investimentos;
- o. Redesenhar a Estratégia de Crescimento e de Redução de Pobreza;
- p. Criar um Banco Investimento Agro-Azul;
- q. Promover a liberdade económica com regras claras, mérito, trabalho e produtividade.

## 7.2. UMA ECONOMIA IMPULSIONADA PELA INOVAÇÃO, COM UM SECTOR PRIVADO COMO MOTOR

O PAICV está convicto que a inovação e a digitalização constituem, no contexto actual, dois eixos estruturantes da transformação económica, social e produtiva.

Num mundo marcado pela globalização, pela transição energética e pela revolução tecnológica associada à chamada “Indústria 4.0”, estes factores deixaram de ser apenas opções estratégicas e passaram a ser condições essenciais para a competitividade e sustentabilidade da economia, sendo certo que, por essa via, as empresas e as organizações gerarão mais valor e criarão mais riqueza, ganharão vantagens competitivas nos mercados, tirarão melhor proveito das qualificações e das competências dos trabalhadores, e assegurarão melhores salários.

Esta aposta é particularmente relevante para um País que vê na globalização, associada ao “digital”, a oportunidade de otimizar a sua posição geoestratégica, edificando uma nova centralidade e fazendo do “digital” um grande instrumento de coesão territorial, pela via da eliminação de assimetrias de desenvolvimento e contrariando a “litoralização” da sua economia.

A inovação é, ainda, extraordinariamente relevante na exploração da capacidade científica e tecnológica gerada nos últimos tempos e na valorização dos recursos humanos altamente qualificados, o que tem feito desta geração, a mais capaz de sempre.

**Assim, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, irá:**

1. *Reforçar o Plano de Ação para a Transição Digital, que, apesar de cumprido no essencial, deve ser atualizado, em linha com a evolução do mercado e com o objetivo de posicionar Cabo Verde como player, a nível internacional em matéria de digitalização;*

2. Apoiar o investimento em inovação, otimizando os recursos nacionais para o financiamento da inovação empresarial, promovendo a coerência da oferta das linhas de apoio existentes, e reforçando a oferta de instrumentos financeiros oferecidos pelas instituições financeiras de apoio à economia;

3. Criar um Banco de Investimento Agro-Azul, para diversificar as fontes de financiamento das empresas das áreas de agricultura e pescas, e na redução da sua dependência do financiamento do sistema bancário;

4. Prosseguir a implementação das medidas de apoio e incentivo à capitalização do sector empresarial, aprofundando as iniciativas para a concentração/fusão de empresas, reforçando a discriminação positiva da capitalização com capital próprio, criando instrumentos de financiamento (que incluam lógicas de partilha de risco, a taxa reduzida, para apoiar aumentos de capital de empresas e ponderando mecanismos de conversão das Garantias do Estado em capital próprio, mediante o cumprimento de um conjunto de pré-requisitos);

5. Promover uma fiscalidade que incentive o investimento na modernização produtiva, incentivando o investimento privado em I&D empresarial e reforçando a atratividade internacional de Cabo Verde;

6. Acelerar a digitalização da economia, incentivando e promovendo ações que se enquadrem num novo paradigma de desenvolvimento, facilitando a sua transição para o digital num contexto económico de concorrência internacional;

7. Internacionalizar a economia cabo-verdiana e aumentar as exportações, usando recursos digitais, estimulando a internacionalização das empresas cabo-verdianas (com a criação de programas de investimento e de linhas de apoio à internacionalização, aproximando as grandes empresas com larga experiência no processo de internacionalização, e incentivando o uso de tecnologia e de produtos desenvolvidos por pequenas empresas cabo-verdianas especializadas no seu processo de abordagem a mercados internacionais), fomentando a utilização do comércio eletrónico no tecido empresarial cabo-verdiano através de programas e incentivos à formação e apoio ao uso destas ferramentas;

8. Apoiar a criação de plataformas digitais que permitam acelerar a capacidade exportadora das empresas cabo-verdianas, com um investimento firme em infraestruturas inteligentes com análise preditiva, disponibilizando mais informação relativa a mercados externos através das agências e organismos do Estado, apoiando a criação de um ecossistema digital onde todas as áreas de digitalização sejam combinadas, combatendo a infoexclusão;

9. Incentivar e dinamizar programas de digitalização e de presença online para o tecido empresarial cabo-verdiano e direcionar incentivos à aquisição de meios digitais que permitam aumentar a atividade exportadora.

### 7.2.1. O EMPREENDEDORISMO COMO FACTOR DE TRANSFORMAÇÃO

O PAICV está consciente de que o crescimento e o desenvolvimento económico de uma nação dependem da sua capacidade de gerar riqueza de forma sustentável, de aumentar a produtividade e de melhorar a qualidade de vida da população.

Neste contexto, a **inovação empresarial**, o **empreendedorismo** e as **tecnologias** assumem um papel estratégico e estruturante, funcionando como motores dinâmicos da transformação económica.

#### **Assim, o próximo Governo irá:**

1. Melhorar as condições estruturantes que potenciam o investimento em inovação, e criar respostas de promoção da qualificação da gestão nas PME's;

2. Incentivar o Empreendedorismo, iniciando um novo ciclo da Estratégia Nacional de Empreendedorismo, tendo por objetivo duplicar os principais indicadores, número de startups, peso no PIB, postos de trabalho e captação de investimento, que são metas ambiciosas, mas viáveis, com base numa aposta clara na formalização rápida das micro e pequenas empresas (que compõem mais de 97% do tecido empresarial), na simplificação administrativa e na capacidade de atrair investimento da diáspora cabo-verdiana;

3. Promover as tecnologias emergentes, apoiando projetos que demonstrem real valor para a economia e para os serviços que o Estado presta às empresas e aos cidadãos;

4. Promover a criação de programas e de laboratórios de experimentação destas tecnologias, agilizando a disponibilização de fundos e programas de financiamento para a instalação de provas de conceito e projetos-piloto nestas áreas;

*5. Simplificar os serviços digitais da Administração Pública para empreendedores internacionais, disponibilizando todos os sites em língua portuguesa, inglesa e francesa;*

*6. Apoiar a divulgação, no exterior, da tecnologia e dos conhecimentos produzidos em Cabo Verde, bem como das empresas nacionais;*

*7. Promover Plataformas de Inovação Aberta para estimular o encontro entre oferta e procura de tecnologias e a valorização do conhecimento no mercado, difundindo, junto de alunos universitários, o empreendedorismo de base tecnológica e industrial.*

## 7.2.2. A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO TECIDO EMPRESARIAL

A transformação digital tem-se afirmado como um dos principais vectores de modernização das economias contemporâneas.

Num contexto marcado pela globalização, com avanços tecnológicos acelerados e uma crescente competitividade internacional, a digitalização do tecido empresarial constitui um factor determinante para o crescimento económico sustentável e para o desenvolvimento estrutural dos países.

O conceito de transformação digital ultrapassa a simples adopção de tecnologias, implicando uma mudança profunda nos modelos de negócio, nos processos organizacionais e na cultura empresarial.

### **Assim, o Governo irá:**

*1. Reforçar apoios a startups e atrair talento, concretizando um programa de residência digital, simplificando os processos de acolhimento de imigrantes, para aquisição e retenção de talentos estrangeiros;*

*2. Reforçar o estímulo à digitalização e à integração das cadeias de valor dos fornecedores e parceiros das grandes empresas e das PME líderes nos temas Empresas + Digitais, divulgando e facilitando o acesso a instrumentos e mecanismos de investimento e financiamento orientados a suportar a evolução da maturidade digital das nossas PMEs;*

*3. Reforçar a cibersegurança das empresas, nas vertentes das infraestruturas digitais e operacionais, bem como o desenvolvimento de competências, tanto gerais como especializadas, dos recursos humanos;*

*4. Estimular a digitalização de PME, com foco em microempresas do sector comercial, com vista a ativar os seus canais de comércio digital e incorporar tecnologia nos modelos de negócio;*

*5. Impulsionar a digitalização da economia do oceano, reformatando o funcionamento da Janela Única Portuária (JUP), assente num novo conjunto de mecanismos de colaboração e digitalização das comunidades portuárias e logísticas, aprofundando a digitalização a bordo das embarcações de pesca e da marinha mercante, maximizando e potenciando os portos como ecossistemas de inovação para a economia azul.*

## 7.3. UM AMBIENTE FISCAL AMIGO DO CONTRIBUINTE E ORIENTADO PARA O DESENVOLVIMENTO

A definição de um Programa de Governo exige a articulação de várias dimensões estratégicas, entre as quais se destaca a gestão das finanças públicas.

No caso de Cabo Verde, enquanto pequeno Estado insular em desenvolvimento, caracterizado por elevada dependência externa e vulnerabilidade a choques externos, a visão das finanças assume um papel central na orientação das políticas públicas.

Assim, a elaboração de um Programa de Governo para a próxima Legislatura deve assentar numa abordagem financeira sólida, capaz de garantir, simultaneamente e de forma consistente, a estabilidade macroeconómica, o crescimento sustentável e a inclusão social.

**A boa gestão das finanças públicas é fundamental para assegurar a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida pública.**

Cabo Verde apresenta um histórico de níveis elevados de endividamento, o que exige uma gestão rigorosa do défice orçamental e da dívida. Uma estratégia financeira bem definida permite reforçar a credibilidade do país junto dos parceiros internacionais, ao mesmo tempo que cria condições para o enfrentamento de eventuais crises externas, como choques no turismo ou flutuações económicas globais.

**As finanças públicas constituem a base do crescimento económico sustentável.**

A eficiência na mobilização de receitas internas, aliada a uma gestão racional da despesa pública, possibilita a criação de espaço orçamental para investimentos estratégicos. Estes investimentos são essenciais para o desenvolvimento de sectores-chave da economia cabo-verdiana.

**Outro aspecto relevante refere-se à melhoria da qualidade dos serviços públicos.**

A forma como os recursos financeiros são alocados influencia directamente sectores fundamentais como a saúde, a educação e a proteção social. Uma gestão eficiente das finanças públicas contribui para aumentar a qualidade de vida da população, promovendo o acesso equitativo a serviços essenciais e reduzindo desigualdades sociais.

**Além disso, a visão das finanças é determinante para a captação de financiamento externo e o fortalecimento da confiança internacional.**

Cabo Verde depende, significativamente, do apoio de parceiros multilaterais e bilaterais, sendo que a transparência, a disciplina fiscal e a boa governação são condições essenciais para garantir esse apoio. Uma política financeira sólida reduz o risco percebido pelos financiadores e facilita o acesso a recursos em condições favoráveis.

**O equilíbrio orçamental e a redução da dívida pública são uma condição fundamental para um desenvolvimento económico e social sustentável.**

A promoção de equilíbrio orçamental tem de estar baseada numa economia com maior produtividade e competitividade, geradora de mais crescimento económico. Isso possibilitará a redução da carga fiscal, sobretudo para as famílias e as empresas e, em simultâneo, garantirá recursos para o fornecimento e a disponibilização de serviços públicos de qualidade, dignificando o estatuto e as carreiras dos respetivos prestadores.

A competitividade da economia cabo-verdiana é transversal a todos os domínios da governação. Mas, é inequívoco que passa, também, por uma política financeira potenciadora do crescimento.

**Importa ainda destacar o papel das finanças públicas na promoção da inclusão social e na redução da pobreza.**

Através de políticas fiscais adequadas, o Governo pode direccionar recursos a programas sociais que beneficiem os grupos mais vulneráveis, contribuindo para um desenvolvimento mais justo e equilibrado.

**Por fim, a transparência e a boa governação financeira são elementos indispensáveis para o fortalecimento da democracia.**

A implementação de mecanismos de controlo, de prestação de contas e de combate à corrupção aumenta a confiança dos cidadãos nas instituições públicas, promovendo uma gestão mais responsável e eficaz dos recursos do Estado.

Assim, a Reforma Fiscal que o próximo Governo, liderado pelo PAICV, pretende levar a cabo, tem como objetivo uma gestão mais eficiente da despesa pública.

A redução do peso dos impostos sobre o rendimento é uma prioridade assumida, devendo ser implementada de modo gradual e sustentável. O esforço de redução de impostos será concentrado no IRPS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares), sobre especialmente o rendimento do trabalho, pensões e poupança, e no IRPC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas), de forma a atrair mais investimento, gerar mais e melhores empregos e melhores salários.

Além do efeito da redução fiscal na aceleração do crescimento económico (que, por um princípio de prudência, não deve ser sobrevalorizado), a sustentabilidade orçamental desta redução de impostos é reforçada pela racionalização dos benefícios fiscais dispersos, numa ótica de ampliação das bases tributárias.

Assim, incluem-se nesta orientação, as seguintes medidas:

- **Rever os escalões de IRPS** (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares), de forma a garantir que os mesmos se encontram adaptados à realidade da economia cabo-verdiana;
- **Introduzir uma noção sintética e abrangente de rendimento sujeito a IRPS** (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares), que permita um maior desagravamento das taxas marginais;
- **Alargar contas-poupança isentas de impostos**, adotando um regime em que um certo nível de contribuições dos trabalhadores e das suas entidades empregadoras sejam livres de IRPS, salvo se, e quando, forem distribuídas, pagas, ou, de qualquer forma, apropriadas pelos respetivos titulares;
- **Reduzir as taxas de IRPC** (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas), **de forma gradual, até aos 17%, no final da legislatura;**
- **Promover, em sede do IVA** (Imposto sobre o Valor Acrescentado), **o alargamento da base tributária** (por forma a evitar a regressão de imposto e criar espaço orçamental para fazer justiça social fora da fiscalidade, focado em quem realmente necessita), **reformular o regime do comércio eletrónico**, visando à sua operacionalização, e **reforçar o sistema de administração e os meios de diminuição da evasão fiscal;**
- **Criar, em sede de Benefícios Fiscais, um único regime jurídico para o Centro Internacional de Negócios (CIN) e as Zonas Económicas Especiais (ZEE)**, de forma harmoniosa e alinhada com as melhores práticas internacionais;
- **Garantir um regime geral de taxas e demais contribuições financeiras, que seja efectivamente cumprido**, por todas as Entidades, nomeadamente na criação, aplicação e cobrança de taxas, com um reforço da fiscalização;
- **Promover a reforma para a simplificação e redução dos custos de cumprimento das obrigações declarativas**, passando pela simplificação e racionalização das plataformas informáticas ao serviço da Autoridade Tributária, em especial, as interfaces existentes no “Portal das Finanças”, a racionalização e redução da litigância entre a Autoridade Tributária e os contribuintes, a promoção do cumprimento voluntário das obrigações fiscais e a implementação de estratégias dirigidas a estimular a colaboração entre a Autoridade Tributária e os contribuintes, sejam estas pessoas individuais ou coletivas;
- **Proceder a uma forte simplificação fiscal**, eliminando exceções, regimes especiais e incentivos fiscais dispersos (em particular, os que dependem de condições não observáveis ou inverificáveis), em todos os códigos tributários, reduzindo, assim, a ineficiência e complexidade, diminuindo os custos de cumprimento das obrigações fiscais pelos agentes económicos, e melhorando a justiça redistributiva;
- **Fortalecer a estabilidade tributária** (para impedir uma mini reforma fiscal a cada orçamento) e garantir a previsibilidade no pagamento de impostos;
- **Reformular a justiça tributária**, com o intuito de reduzir drasticamente a litigância e as pendências judiciais em matéria tributária, aumentando a eficiência dos tribunais tributários (em termos humanos e materiais, de forma a reduzir as pendências judiciais em matéria tributária), aumentando, numa primeira fase, o limiar de vinculação da arbitragem tributária, bem como um levantamento dos entraves processuais ao recurso à arbitragem fiscal;
- **Reforçar o equilíbrio da relação entre a Autoridade Tributária e os contribuintes**, mediante a adequação dos sistemas de incentivos atuais (que poderão contribuir para a litigância), a articulação com a administração da segurança social e o estímulo ao cumprimento voluntário;
- **Reforçar o combate à fraude e evasão fiscais**, assegurando, ao mesmo tempo, maiores níveis de equidade fiscal, garantindo sempre os direitos dos contribuintes, e **garantir a implementação das normas que refletem as ações do projeto BEPS** (Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros), visando garantir que os lucros sejam tributados no local de ocorrência das atividades económicas geradoras de valor;
- **Reforçar o controlo do cumprimento tempestivo das decisões judiciais por parte da Autoridade Tributária**, bem como a devolução célere dos impostos pagos que tenham sido anulados por decisões administrativas ou judiciais, e a divulgação/publicação, de forma autonomizada, dos valores pagos anualmente em juros de mora agravados.

#### 7.4. A INFRAESTRUTURAÇÃO, COMO CONDIÇÃO “SINE QUA NON”, DE UMA NOVA AGENDA ECONÓMICA

Cabo Verde é um arquipélago disperso geograficamente, onde a mobilidade entre as ilhas (terrestre, marítima e aérea) se revela essencial para integrar os mercados internos, garantir o acesso a serviços básicos, reduzir os custos logísticos e fomentar o turismo e o comércio.

Investimentos em portos, aeroportos e estradas resilientes fortalecem essa conectividade e reduzem o isolamento territorial, impulsionando as atividades económicas.

Assim sendo, **uma política de infraestrutura sólida contempla**, desde logo, **a transição energética e a construção de redes de energia mais eficientes**, resilientes e com maior participação de fontes renováveis, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis, diminuindo os custos na produção de energia e fortalecendo a segurança energética, todos os pilares da sustentabilidade económica e ambiental.

Por seu lado, **a infraestrutura digital** é considerada fundamental para a transformação social e económica do País. O acesso à internet de alta velocidade e os sistemas de conectividade entre ilhas, data centers e parques tecnológicos criam as condições para a edificação de uma economia digital competitiva, potenciam a atracção de investimentos, promovem a inovação e a inclusão e facilitam a prestação de serviços públicos e privados.

**Modernizar portos, aeroportos e redes de transporte transforma Cabo Verde num ponto logístico estratégico no Atlântico Médio**, integrando-o a corredores regionais e internacionais. Isso atrai investimentos, otimiza o comércio e fortalece a posição geopolítica e económica do país.

**Projetos de infraestrutura urbana** — incluindo o saneamento, a habitação, a iluminação pública e a requalificação de espaços — contribuem directamente para a qualidade de vida das populações, reduzem as desigualdades e promovem o desenvolvimento sustentável em áreas urbanas e rurais.

Com efeito, as infraestruturas fortalecem a conectividade entre ilhas e com o mundo, a eficiência logística e a competitividade económica, a sustentabilidade energética e ambiental, a inclusão digital e social, e promovem o desenvolvimento urbano e a coesão territorial.

**Por essa razão, a infraestruturação do País constituirá um dos pilares centrais do próximo Programa do Governo, liderado pelo PAICV, pois estrutura a base material e tecnológica sobre a qual a economia pode crescer, a sociedade pode prosperar e o País pode se integrar, mais fortemente, no espaço regional e global.**

Neste sentido, constituirão medidas de políticas públicas, as seguintes:

- **Elaboração do Plano Nacional de Infraestruturas**, com foco na identificação e priorização de infraestruturas críticas para o período 2026-2031, para racionalizar investimentos, aumentar a eficiência e melhorar a alocação de recursos públicos e privados, mediante a audição e discussão públicas (sobre as grandes obras);

- **Reforço de parcerias estratégicas, com a União Europeia e outros parceiros internacionais**, para a mobilização de recursos financeiros destinados a portos, energia renovável e conectividade digital, integrando iniciativas nacionais com financiamento externo, para a aceleração de obras com impacto social e económico;

- **Promoção de planos governamentais para a expansão de acesso digital, implantação de 5G e ampliação de fibra óptica**, além de zonas económicas especiais tecnológicas e parques de inovação, que reforçam a infraestrutura digital, como um vector de crescimento e inserção no mercado global;

- **Execução de investimentos estruturados em infraestrutura**, com foco especial na redução das desigualdades regionais, como factor essencial para a coesão territorial e a promoção do desenvolvimento equilibrado entre todas as ilhas e áreas do país;

- **Modernização de serviços governamentais e de prestação de serviços públicos**, através da infraestrutura digital para garantir processos mais ágeis, melhor governança e maior transparência, e aumentar a confiança dos cidadãos e investidores;

- **Reabilitação e expansão de Portos estratégicos, como o Porto Grande (em São Vicente), o Porto do Porto Novo (em Santo Antão), o Porto da Palmeira (no Sal), e o Porto da Praia (em Santiago)**, e fortalecimento da eficiência nos serviços portuários;

- **Modernização de instalações, sistemas de energia e logística;**
- **Impulso à segurança, à competitividade e à sustentabilidade da economia azul.**

## 7.5. OS TRANSPORTES, COMO CONDIÇÃO DE COESÃO TERRITORIAL E FACTOR DE SOBERANIA NACIONAL

Cabo Verde é um país arquipelágico, composto por várias ilhas dispersas no Oceano Atlântico. Essa geometria territorial faz com que os transportes (aéreos, marítimos e terrestres) sejam verdadeiros factores de coesão territorial e social, conectando pessoas, serviços e oportunidades entre as ilhas, distribuindo bens e serviços essenciais, garantindo o acesso a cuidados de saúde, à educação, a mercados, à energia e a outros serviços, bem como à integração económica e à competitividade.

Garantir essa coesão territorial é facilitar o movimento de mercadorias e de turistas, além de sustentar sectores estratégicos, como o turismo e o comércio.

Num país arquipelágico, como Cabo Verde, a mobilidade não pode, por isso, ser regulada exclusivamente pelas leis do mercado.

Ciente disso, e assumindo as suas responsabilidades, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, irá trabalhar o sector de transporte alicerçado, fundamentalmente, em três pilares:

- **A Coesão Territorial** - o transporte interilhas é um serviço público essencial para garantir que um cidadão da Brava ou de São Nicolau tenha o mesmo direito à mobilidade que um da Praia ou do Mindelo;

- **A Soberania e a Segurança** - a dependência excessiva de operadores externos únicos fragiliza o Estado. É necessário um papel regulador forte sobre as ligações vitais;

- **A Plataforma Logística Digital e Verde** - alinhar os transportes com a transição energética e a economia digital, tendo como prioridade resolver a instabilidade das ligações e os elevados custos logísticos que asfixiam o comércio local.

Neste sentido, o Governo irá implementar as seguintes medidas:

**A nível dos transportes marítimos, como “autoestrada” das ilhas:**

- **Garantir regularidade, segurança, eficiência e acessibilidade ao transporte marítimo de pessoas e bens**, o que pressupõe maior frequência, cumprimento de horários e embarcações adequadas às condições do mar de Cabo Verde, mediante a revisão do modelo de concessão;

- **Resolver o problema da instabilidade das ligações** e dos elevados custos logísticos que asfixiam o comércio local;

- **Instituir um tecto máximo no valor de passagens marítimas, para residentes, de ECV - 500\$00** (quinhentos escudos), subsidiado pelo Estado, para garantir a circulação de pessoas;

- **Melhorar a mobilidade marítima, com foco na aquisição de navios próprios**, para reduzir dependências externas e custos operacionais e fortalecer a operacionalidade das ligações inter-ilhas;

- **Alavancar o surgimento de uma Frota de Cabotagem Moderna:** Incentivar a aquisição de navios Roll-on/Roll-off modernos e eficientes, com capacidade para carga refrigerada, dotando o País de uma frota moderna e segura, para dar resposta aos transportes marítimos, a nível nacional e regional, e apoiando o abastecimento do mercado local, maxime a nível agrícola e pesqueiro;

- **Investir na Modernização Portuária: Reabilitar e expandir Portos estratégicos**, como o Porto Grande (em São Vicente), o Porto do Porto Novo (em Santo Antão), o Porto da Palmeira (no Sal), e o Porto da Praia (em Santiago), e integrar sistemas digitais de gestão, para reduzir o tempo de desembaraço de mercadorias;

- **Reformar os sistemas logísticos e portuários**, mediante a sub-concessão dos serviços portuários, a redução das taxas para os exportadores e o aumento de capacidade do sistema portuário cabo-verdiano;

- **Reforçar a competitividade dos portos e a capacidade logística nacional**, através de um conjunto de

medidas destinadas à sua promoção internacional;

- **Simplificar o tarifário cobrado aos utilizadores dos portos**, bem como a conversão das diversas taxas num único valor, a ser objeto de distribuição em back office pelos diversos beneficiários;
- **Retomar e modernizar o processo de Registo Internacional de Navios**;
- **Promover Cabo Verde como um centro de excelência na formação marítima**, transformando, efectivamente, a Escola do Mar, num Centro de Referência e de prestação de serviços, para todas as valências da economia marítima;
- **Promover, na nossa sub-região, em especial com os países da CEDEAO, a complementaridade entre os portos**, favorecer o transbordo, e ainda, a nível interno, reforçar as políticas de complementaridade dos portos, sem descuidar a competitividade que deve existir entre eles;
- **Adotar um Plano Estratégico para o Subsetor Portuário**, para minimizar os custos da descontinuidade territorial e evitar os custos da multiplicação de estruturas;
- **Reforçar a capacitação contínua dos marítimos**, através da criação de condições institucionais para assegurar a sua formação contínua;
- **Promover a competitividade no sector**, através de uma política de preços e de tarifação transparentes e de um serviço de qualidade.

**A nível dos transportes aéreos “Céus abertos, povo conectado”:**

- **Regular o Mercado Doméstico**, promovendo a entrada de novos operadores nas rotas interilhas, e, simultaneamente, garantir obrigações de serviço público nas rotas menos rentáveis;
- **Garantir operações aéreas estáveis e soberanas, com aquisição de aeronaves próprias (ATR), para reforçar a ligação aérea entre ilhas** — um factor essencial para a circulação de pessoas e mercadorias, com impacto directo na economia doméstica;
- **Instituir um tecto máximo no valor de passagens aéreas, para residentes, de ECV – 5.000\$00** (cinco mil escudos), subsidiado pelo Estado, para garantir a circulação de pessoas;
- **Priorizar a construção e operacionalização do Aeroporto de Santo Antão**, como motor do turismo sustentável e do escoamento de produção;
- **Priorizar a construção do Aeroporto Internacional, de Médio Porte, do Fogo**, como motor do turismo e factor de ligação com a Diáspora;
- **Garantir a ligação, de forma eficiente e regular, entre as Ilhas e as Ilhas com o mundo**, e, em especial, com a Diáspora Cabo-verdiana;
- **Ampliar terminais, modernizar pistas e melhorar a eficiência operacional** dos aeroportos domésticos e internacionais;
- **Elevar a experiência do utente e a segurança** nos serviços de transporte aéreo.

**A nível dos transportes terrestres e da mobilidade urbana:**

- **Reforçar o Programa de Mobilidade Elétrica: conferir isenção total de impostos (aduaneiros e IVA), para a importação de veículos elétricos destinados ao transporte público (táxis e autocarros)**;
- **Implementar o Plano Nacional de Estradas de Desencravamento: Concluir a asfatação de vias de acesso a zonas de produção agrícola e turística encravadas, garantindo a ligação “última milha”**;
- **Criar a Autoridade Nacional de Mobilidade**, para coordenar e fiscalizar a qualidade do transporte público urbano, uniformizando os padrões de segurança;
- **Criar um conjunto de incentivos fiscais para a reposição de frotas de táxis, rádio táxis, taxímetros**

e materiais para formação, com vista à melhoria da prestação de serviços aos utentes, reconhecendo-se a relevância desse serviço, enquanto serviço público, em áreas como o turismo, a mobilidade dos cidadãos e o rendimento das famílias;

- Implementar, com efectividade, a Carteira Profissional, como uma condição de acesso ao exercício de condutor profissional nesse ramo de atividade, precedida de um programa de formação profissional, com requisitos de conhecimento geral nas áreas culturais e linguísticas, de entre outras;

- Reforçar os dispositivos que regulam a concessão de licenças aos novos operadores, visando à manutenção de um parque automóvel de qualidade, através do licenciamento, mediante concurso público fundamentado;

- Reforçar o sistema de fiscalização, que previna e evite a concorrência ilegal e defenda o utilizador, através de um regime rigoroso de registo e identificação de táxis, exigência de praça de táxis, taxímetros e rádios táxis;

- Promover os sistemas de rádio táxis, dependentes de uma ou mais centrais telefónicas, para reforçar a segurança deste tipo de transporte e melhorar a oferta, sobretudo à noite.

- Reforçar o serviço de transporte coletivo de passageiros interurbanos e de carga, através da criação de um programa de formação dos condutores e do conseqüente reforço dos requisitos da carteira profissional, para o exercício dessa atividade;

- Criar incentivos com vista à melhoria do parque de automóveis utilizados no transporte coletivo de passageiros, urbanos e interurbanos, com novas opções em termos de capacidade e conforto para os passageiros.

## 7.6. A CONECTIVIDADE – UM MEIO PARA O DESENVOLVIMENTO

Na Governação, o PAICV estará determinado a garantir que Cabo Verde se torne uma Nação plenamente conectada, inclusiva e digital, onde todos os cidadãos, empresas e instituições públicas tenham acesso universal, acessível, seguro e de alta qualidade à internet e aos serviços digitais, independentemente da ilha ou da localização geográfica.

Assim, até 2031, o País deverá consolidar uma infraestrutura moderna de telecomunicações, baseada em redes de banda larga de alta velocidade, na expansão de fibra óptica entre ilhas, na cobertura móvel avançada (4G/5G) e na integração com cabos submarinos internacionais, permitindo que Cabo Verde se posicione como Centro Digital e Tecnológico no Atlântico Médio.

A conectividade (digital, física e institucional) é hoje, e indubitavelmente, um dos pilares do desenvolvimento sustentável de Países Insulares como Cabo Verde.

Na próxima Governação, liderada pelo PAICV, a conectividade será tratada como um eixo estratégico transversal, pois tem impactos directos na economia, na inclusão social, na competitividade e na integração internacional do país. Ela deve, por isso, ser considerada uma infraestrutura estratégica para o desenvolvimento nacional.

Ao investir, simultaneamente, em conectividade digital, transportes e integração internacional, Cabo Verde poderá acelerar a sua diversificação económica, promover a inclusão social e reforçar a sua competitividade global.

Neste sentido, o Governo irá implementar as seguintes medidas:

### **A nível da conectividade digital:**

- Tornar Cabo Verde um Centro Digital no Atlântico Médio:

- Transformar Cabo Verde num porto seguro de dados e de serviços digitais, entre a África, a Europa e as Américas.

- Reforçar a infraestrutura digital estratégica, para a ligação a cabos submarinos internacionais, e a criação de centros de dados nacionais, para garantir redundância e baixar o custo do tráfego internacional de dados;

- Expandir a banda larga nacional com a universalização do 5G, através da implementação de incentivos fiscais para as operadoras expandirem a cobertura 5G para 95% da população até 2030, incluindo zonas rurais e polos piscatórios;

- **Expandir o “Cabo Verde Digital Nomad Visa 2.0”**, com incentivos para empresas tecnológicas instalarem sedes operacionais no Parque Tecnológico de Praia e Mindelo;

- **Implementar o Programa “Internet para Todos”**, com tarifas sociais para famílias de baixo rendimento e acesso gratuito em escolas, centros de saúde e bibliotecas;

- **Promover a economia digital**, com incentivos fiscais para startups tecnológicas e a criação de parques tecnológicos e de incubadoras.

#### **A nível da conectividade interilhas (transportes):**

- Garantir mobilidade regular e acessível entre as ilhas;

- Reformar o sistema de transportes interilhas, melhorar a regulação do transporte marítimo e aéreo, e garantir o serviço público;

- Reformatar os Hub Aéreos do Sal e da Praia para reforçar a conectividade aérea regional, transformando os aeroportos internacionais em pontos de escala para rotas Sul-Sul e Transatlânticas;

- Optimizar as Linhas de Cabotagem, através da implementação de uma frota moderna de navios de carga e passageiros, essencial para a segurança alimentar interilhas, com horários regulares e previsíveis;

- Reforçar a modernização portuária e aeroportuária, através da expansão e modernização dos portos e da melhoria da logística de carga;

- Garantir a subsídio da mobilidade, com a redução de tarifas para residentes e o incentivo à mobilidade estudantil e profissional.

#### **A nível da conectividade internacional:**

- Posicionamento de Cabo Verde como hub atlântico;

- Expansão de rotas aéreas internacionais, através de acordos de aviação com novos mercados, e incentivo a companhias aéreas internacionais;

- Desenvolvimento de plataforma logística, através do reforço das infraestruturas portuárias e da facilitação do transbordo marítimo;

- Diplomacia económica para a conectividade, através de parcerias estratégicas com a Europa, a África e as Américas.

#### **A nível da conectividade institucional e governança digital:**

- Edificação de um Estado digital integrado;

- Garantia da Interoperabilidade de sistemas públicos, através da integração de bases de dados governamentais;

- Aposta na Cibersegurança nacional;

- Modernização da Governança Digital, através da implementação da estratégia “Digital First” em todos os serviços públicos, com a digitalização de serviços públicos e identidade digital para todos os cidadãos, e eliminando-se a necessidade de deslocações físicas para tratar de documentação legal.

#### **A nível da capacitação e inclusão digital:**

- Garantia de que todos os cidadãos beneficiam da conectividade;

- Massificação da Alfabetização digital nacional, através da formação digital para jovens e adultos;

- Promoção de programas de competências tecnológicas, com formação em programação, dados e inteligência artificial;

- Reforço dos equipamentos em todo o Sistema Educativo.

## 7.7. UMA NOVA APOSTA EM SECTORES ESTRATÉGICOS DA ECONOMIA

A complexidade e os desafios desses novos tempos exigem uma capacidade colectiva de análise e a adopção atempada de estratégias, de modo a potenciar a adopção de novos modelos que tragam consigo novos atributos competitivos e novas vantagens comparativas, sempre tendo em vista a criação de riqueza nacional e a promoção de uma distribuição justa e equilibrada dos recursos gerados.

Somos, pois, todos interpelados a trabalhar arduamente para que o País esteja apto a assumir os desafios de uma Nova Agenda Económica, que potencie um crescimento sustentável, gera mais e melhores empregos, e garanta mais prosperidade para Todos.

E essa Nova Agenda implica uma nova aposta em sectores estratégicos, para transformar os nossos recursos naturais – como a nossa localização estratégica, o mar, o sol e o vento – em vantagem competitiva.

### 7.7.1. TURISMO: CABO VERDE COMO DESTINO DE REFERÊNCIA

A visão estratégica do Governo de Cabo Verde para o Turismo, na próxima Legislatura, assenta na construção de um turismo sustentável, diversificado, resiliente e inclusivo, capaz de gerar valor económico e social para todo o arquipélago.

Com efeito, o turismo tem-se afirmado, nas últimas décadas, como um dos sectores mais dinâmicos da economia mundial, desempenhando um papel fundamental na promoção do crescimento económico, na criação de emprego e na valorização cultural dos territórios. Para muitos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, como Cabo Verde, o turismo constitui um sector estratégico capaz de impulsionar o desenvolvimento sustentável e reforçar a integração do país na economia global.

No contexto cabo-verdiano, o turismo assumiu uma importância crescente desde o início dos anos 2000, tornando-se num dos principais motores da economia nacional. A localização geográfica privilegiada do arquipélago no Atlântico, a estabilidade política, a segurança, a hospitalidade da população e a riqueza natural e cultural constituem factores que reforçam o potencial turístico do país.

Perante este cenário, o turismo é reconhecido pelo PAICV como um pilar fundamental das políticas públicas de desenvolvimento e será integrado como prioridade estratégica no próximo Programa de Governação, liderado pelo PAICV. É que a aposta no turismo se justifica não apenas pelo seu impacto económico directo, mas também pelo seu efeito multiplicador em diversos sectores da economia, como os transportes, o comércio, a construção civil, a agricultura, as pescas, a cultura e os serviços.

Assim, torna-se essencial fundamentar a importância do turismo no contexto de um programa governamental, destacando a sua relevância para o crescimento económico, a geração de emprego, o desenvolvimento territorial equilibrado e a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Efectivamente, o turismo constitui um dos principais pilares do desenvolvimento económico de Cabo Verde, assumindo-se como um sector estratégico para a diversificação e a dinamização da economia nacional. O sector tem um peso significativo no Produto Interno Bruto (PIB), representando cerca de 20% a 25% da economia nacional, além de ser responsável por uma parcela relevante do emprego e das exportações do país.

Neste contexto, o turismo assume-se como um catalisador do desenvolvimento económico, social e territorial, com impacto directo na criação de emprego, na atração de investimento estrangeiro, no desenvolvimento de infraestruturas e na promoção da imagem internacional de Cabo Verde.

É evidente, pois, que o turismo é o núcleo da economia nacional.

Mas, apesar do rápido crescimento no sector do turismo ter gerado um boom em Cabo Verde, também gerou um risco sistémico, dada a especialização do nosso País no turismo e os altos níveis de concentração no sector.

Com efeito, o Turismo enfrenta, no presente, pelo menos 4 desafios, nomeadamente o da Competitividade, o da Sus-

tentabilidade, o da Concentração e o da necessidade de Maximização do impacto sobre a riqueza e o bem-estar dos cabo-verdianos.

É preciso, portanto:

- *Vencer o desafio da Competitividade;*
- *Ganhar o desafio da sustentabilidade;*
- *Combater a concentração;*
- *Garantir a maximização do seu impacto líquido.*

O baixo valor acrescentado nacional no sector do turismo limita os ganhos para os nacionais; isso também constitui um desafio, visto que os benefícios para Cabo Verde são limitados. A cadeia de abastecimento é integrada e os consumos provêm, em grande parte, do exterior.

Diante dessas realidades, a nossa aposta será transformar o sector do turismo.

O nosso plano é continuar a fazer crescer o sector, mas com ênfase no crescimento do turismo de elevado padrão, com maior valor acrescentado para as empresas nacionais. E isso exigirá diversificação em vários níveis: na oferta de produtos, na origem dos turistas e no destino dos turistas em Cabo Verde.

A nossa estratégia é, finalmente, concretizar o slogan “*10 ilhas, 10 destinos*” e incluir o desenvolvimento de novas ofertas para aumentar o número de turistas culturais e ecoturistas, edificar o sector do turismo de eventos, através da especialização em eventos relacionados com a ciência e a tecnologia, enquanto trabalhamos para garantir um maior envolvimento dos cabo-verdianos na gestão e na apropriação do sector.

O próximo Governo, liderado pelo PAICV, actuará para posicionar Cabo Verde como um destino turístico de referência, reconhecido pela qualidade e diversidade da sua oferta, pela sustentabilidade ambiental e pela autenticidade e valorização da cultura cabo-verdiana.

Neste sentido, o próximo Governo irá implementar as seguintes medidas:

**A nível da diversificação da oferta turística:**

- Redução da dependência do turismo de sol e praia, através do desenvolvimento de novos segmentos turísticos, tais como o turismo cultural e patrimonial, o turismo de natureza e o ecoturismo, o turismo náutico, o turismo rural e comunitário, o turismo de eventos e negócios, e o turismo desportivo;
- Estímulo à valorização da música, da gastronomia, dos festivais e das tradições culturais cabo-verdianas, com o objetivo de enriquecer a experiência turística e aumentar o tempo de permanência dos visitantes.

**A nível do desenvolvimento territorial equilibrado:**

- Promoção da distribuição, mais equilibrada, do turismo, pelas diferentes ilhas do arquipélago;
- Aposta no desenvolvimento de novos polos turísticos, em ilhas com menor fluxo turístico;
- Apoio a projetos de turismo comunitário;
- Execução de investimentos em infraestruturas turísticas, nas ilhas menos desenvolvidas;
- Redução das desigualdades regionais e ampliação dos benefícios económicos do turismo.

**A nível da melhoria das infraestruturas e conectividade:**

- Promoção da modernização de aeroportos e portos;
- Melhoria dos transportes interilhas;
- Expansão da rede de estradas;

- Melhoria dos serviços de água, energia e saneamento nas zonas turísticas.

**A nível da formação e qualificação profissional:**

- Qualificação do capital humano, para garantir a qualidade dos serviços turísticos, e aumentar a competitividade do destino Cabo Verde;
- Reforço e expansão, com especial enfoque nas ilhas com especial vocação turística, dos programas de formação profissional, em hotelaria e turismo;
- Criação de Centros de Formação especializada, em especial nas Ilhas com particular vocação turística;
- Reforço de parcerias com universidades e instituições internacionais;
- Promoção do empreendedorismo jovem no sector turístico.

**A nível da sustentabilidade ambiental:**

- Promoção do crescimento do turismo, acompanhada por políticas de proteção ambiental e gestão sustentável dos recursos naturais;
- Promoção de práticas de turismo sustentável;
- Incentivo à certificação ambiental de hotéis;
- Proteção de áreas naturais e ecossistemas costeiros;
- Promoção do uso de energias renováveis no sector turístico.

**A nível da promoção internacional do destino Cabo Verde:**

- Promoção do destino Cabo Verde, nos mercados internacionais, através de estratégias de marketing turístico e parcerias com operadores internacionais;
- Participação em feiras internacionais de turismo;
- Realização, com regularidade, e de forma direcionada e especializada, de campanhas de promoção digital;
- Reforço de parcerias com companhias aéreas e operadores turísticos;
- Fortalecimento da marca “Cabo Verde” como destino de referência.

**7.7.2. AGRICULTURA: MODERNIZAR, EMPRESARIALIZAR, E CONTRIBUIR PARA UM CABO VERDE PARA TODOS**

A Agricultura constitui um sector estratégico para o desenvolvimento económico sustentável, sobretudo em países em desenvolvimento, como Cabo Verde, com características geográficas específicas. Apesar das limitações naturais associadas à escassez de água, à irregularidade das chuvas e às restrições de terras cultiváveis, o sector agrícola desempenha um papel essencial na geração de rendimento, na segurança alimentar, na criação de emprego e no desenvolvimento das zonas rurais.

Com efeito, o mundo já está a enfrentar um aumento da imprevisibilidade do impacto das mudanças climáticas. E países como Cabo Verde enfrentam secas mais frequentes e prolongadas e, quando chove, o risco de inundações aumenta. Isso tem implicações significativas para a agricultura.

A situação em Cabo Verde torna-se mais desafiadora devido à limitação de solo arável e a muitos outros constrangimentos que dificultam o desenvolvimento do sector agrícola. Muitos cabo-verdianos, especialmente os das áreas rurais, dependem grandemente da agricultura. Muitos dos nossos jovens poderiam ganhar a vida e investir na produção de alimentos para consumo local ou em produtos de alto valor acrescentado para a exportação e para o sector do turismo. Mas o que é claro agora é que as secas recorrentes, induzidas pelas mudanças climáticas, provavelmente irão piorar.

Para o próximo Governo de Cabo Verde, liderado pelo PAICV, a valorização da Agricultura assume importância central,

como instrumento de diversificação económica, de redução da dependência externa e de promoção da resiliência económica e social do país.

O fortalecimento desse Sector estratégico permite ampliar a base produtiva nacional, dinamizar as cadeias de valor agrícolas e aumentar a capacidade de geração de riqueza interna.

A agricultura tem impacto directo na economia nacional, contribuindo para o Produto Interno Bruto (PIB), as exportações e a geração de rendimento. Em vários países, o sector agrícola é responsável por impulsionar o crescimento económico e estimular outras atividades económicas conexas, como o transporte, o comércio e a agroindústria.

Além disso, estudos demonstram que o sector agrícola pode estimular o crescimento do PIB e aumentar a produção nacional, tornando-se um motor importante da economia.

Portanto, apostar na Agricultura significa não só ampliar a base produtiva, como também reduzir a dependência de importações alimentares e, concomitantemente, promover a diversificação económica e potenciar o desenvolvimento regional sustentável.

Constitui, assim, um objetivo claro: transformar a agricultura num sector de oportunidades para os jovens. Um Sector que crie emprego justo e decente, que gere rendimentos e, sobretudo, que contribua para a redução das desigualdades, da pobreza e das assimetrias regionais.

O próximo Governo estará, por isso, determinado a trabalhar para promover uma agricultura moderna e competitiva, capaz de atrair investimento privado, reforçar a sua contribuição para a segurança alimentar e penetrar no mercado turístico, com os olhos postos na exportação.

Por isso, o PAICV, na Governação, irá implementar as seguintes medidas:

**A nível da modernização e inovação agrícola:**

- Promoção e expansão da agricultura de precisão;
- Expansão das tecnologias de irrigação eficiente (gota-a-gota);
- Digitalização da informação agrícola e meteorológica;
- Introdução de tecnologias agrícolas modernas;
- Apoio à investigação científica agrícola.

**A nível da expansão das infraestruturas agrícolas:**

- Construção e reabilitação de barragens e reservatórios;
- Melhoria das estradas de acesso às zonas agrícolas;
- Criação de centros de armazenamento e conservação de produtos agrícolas;
- Massificação de construção de centrais de energias renováveis para industrialização.

**A nível do financiamento e crédito agrícola:**

- Criação do **Banco de Investimento Agro-Azul**, para concessão de linhas de crédito específicas para o Sector;
- Implementação de seguros agrícolas contra riscos climáticos, e considerando a sazonalidade da actividade;
- Alargamento e adequação dos incentivos fiscais para investimentos no sector agrícola;
- Reforço dos sistemas de concessão de apoio financeiro às cooperativas agrícolas.

**A nível do desenvolvimento da agroindústria:**

- Promoção da transformação local de produtos agrícolas;
- Incentivo à criação de pequenas, médias e grandes empresas agroalimentares, por via de parcerias público-privada;
- Apoio à certificação e qualidade dos produtos nacionais;
- Promoção da exportação de produtos agrícolas com valor acrescentado;
- Criação de pequenas, médias e grandes empresas de avicultura, através de parcerias público-privadas, para abastecer mercados turísticos.

**A nível da formação e capacitação técnica:**

- Alargamento de Programas de formação profissional para agricultores;

- Reforço dos serviços de extensão rural;
- Apoio ao empreendedorismo agrícola jovem;
- Estímulo à investigação por meio de parcerias com universidades e centros de investigação.

#### **A nível da promoção da agricultura sustentável:**

- Incentivo à agricultura biológica;
- Promoção da utilização eficiente da água e energias renováveis, na agricultura, e recuperação de solos degradados;
- Adopção de programas de adaptação às mudanças climáticas;
- Massificação da dessalinização do mar, da água salobra, da reutilização das águas residuais tratadas na agricultura e do recurso à energia fotovoltaica, para a industrialização da agropecuária;
- Promoção da empresarialização de sistemas produtivos agrícolas, sejam unidades familiares, cooperativas de produção ou empresas, tornando-as, tecnologicamente, modernas e rentáveis, e, ambientalmente, sustentáveis;
- Reforço do sistema de assistência, através de contratualização com técnicos de áreas como a agronomia, veterinária, fitossanidade, zootecnia, para a prestação de serviços aos agricultores mediante participação do Estado;
- Promoção da agricultura digital de precisão, enquanto factor de redução de custos, aumento da produtividade, e gerador de empregos de qualidade;
- Reforço ao combate de pragas e doenças, mediante o reforço e a adequação do sistema de inspeção fitozoosanitária, pela via da regulamentação, da formação e da construção de infraestruturas de quarentena, próximas dos pontos de entrada;
- Reforço da investigação sobre novas práticas de produção que minimizem os impactos das mudanças climáticas e garantam a sustentabilidade da produção agrícola.

#### **7.7.3. GANHAR O MAR & DESENVOLVER A “ECONOMIA AZUL”**

Cabo Verde é um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento cuja geografia, economia e identidade estão profundamente ligadas ao mar. Com uma área terrestre relativamente reduzida, mas uma vasta Zona Económica Exclusiva (ZEE), o país possui enorme potencial para desenvolver atividades económicas baseadas nos recursos marinhos. Neste contexto, urge “Ganhar o Mar” e fazer da Economia Azul um dos pilares estratégicos do crescimento sustentável e da transformação estrutural da economia cabo-verdiana.

A economia azul refere-se ao uso sustentável dos recursos oceânicos para promover o crescimento económico, a melhoria dos meios de subsistência e a preservação dos ecossistemas marinhos. Para Cabo Verde, este conceito assume particular relevância, pois o mar representa um espaço de oportunidades económicas, científicas e ambientais, sendo indelével que a localização geográfica de Cabo Verde no Oceano Atlântico constitui uma vantagem estratégica significativa.

A ZEE de Cabo Verde é mais de 180 vezes superior à sua área terrestre, e o seu Território Marítimo representa mais de 99% do território do país, oferecendo, pois, vastos recursos marinhos que podem ser explorados de forma sustentável. Esta posição geográfica também coloca o arquipélago numa rota marítima importante entre África, Europa e América, criando oportunidades para o desenvolvimento de atividades como o transporte marítimo, a logística portuária, o comércio internacional e os serviços marítimos.

Entretanto, a economia cabo-verdiana tem sido historicamente dependente de sectores como o turismo, os serviços e as remessas da diáspora. Mas, apesar de esses sectores serem importantes, essa dependência torna o país vulnerável a choques externos, como crises económicas globais ou pandemias.

Neste sentido, o desenvolvimento da Economia Azul constitui uma estratégia essencial para diversificar a base produtiva

do País, estimulando novos sectores económicos ligados ao mar, como a pesca e a transformação de pescado, a aquacultura, a biotecnologia marinha, o turismo marítimo, as energias renováveis oceânicas e o transporte marítimo e a logística portuária.

O PAICV assume que a diversificação económica contribui para aumentar a resiliência económica e para potenciar o crescimento sustentável do país.

Neste sentido, no âmbito do próximo Programa do Governo, liderado pelo PAICV, a Economia Azul será considerada uma prioridade estratégica para promover a diversificação económica, criar emprego, reforçar a segurança alimentar e garantir a sustentabilidade ambiental.

A economia azul tem grande potencial para gerar emprego, particularmente nas comunidades costeiras. Sectores como a pesca, o turismo marítimo, a aquacultura e os serviços portuários podem criar oportunidades de trabalho para jovens, mulheres e populações locais. Além disso, o desenvolvimento de pequenas, médias e grandes empresas ligadas ao mar pode estimular o empreendedorismo e promover maior inclusão económica.

Por outro lado, o sector das pescas desempenha um papel importante na segurança alimentar de Cabo Verde. O consumo de peixe constitui uma componente essencial da dieta da população, fornecendo proteínas e nutrientes importantes.

O fortalecimento das pescas industriais e o desenvolvimento da aquacultura aumentam as exportações de produtos do mar, reduzindo a dependência de importações e fortalecendo a segurança alimentar nacional.

Assim, para o desenvolvimento da Economia Azul, aproveitando todas as oportunidades que o Mar oferece, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, irá implementar as seguintes medidas:

#### **A nível da modernização do Sector das Pescas:**

- Criação e modernização da frota semi-industrial e industrial pesqueira, através de parcerias público-privadas;
- Melhoria das infraestruturas de conservação e processamento do pescado;
- Fortalecimento da fiscalização marítima, para combater a pesca ilegal;
- Promoção da certificação internacional dos produtos do mar;
- Reforço da implementação da Zona Económica Especial Marítima em São Vicente (ZEEMSV), através de projetos relacionados com o desenvolvimento portuário, das pescas, da reparação e construção navais, do bunkering, do conhecimento e da indústria do turismo ligada ao mar, desportos náuticos e de recreio;
- Atualização do Código Marítimo de Cabo Verde, por forma a aumentar a competitividade, a nível do comércio internacional;
- Criação do Banco de Investimento Agro-Azul, para financiar as atividades industriais ligadas ao mar;
- Reforço dos mecanismos de mobilização de financiamento à economia azul;
- Apoio à pesca e à aquicultura inovadoras e sustentáveis, com reestruturação e modernização da frota pesqueira;
- Promoção e desenvolvimento de novas concessões de aquicultura, nas áreas de expansão previstas no plano de situação do ordenamento do espaço marítimo nacional;
- Promoção da reindustrialização dos sectores tradicionais, através da biotecnologia azul, apoiando a iniciativa de constituição em Cabo Verde de um hub internacional de Bioeconomia Azul, com especial enfoque em projetos empreendedores de biotecnologia azul sustentável, que permitam o desenvolvimento de novos produtos alimentares do mar e a criação de unidades fabris que aproveitem e valorizem os subprodutos da pesca e aquicultura;
- Desenvolvimento de uma efectiva economia azul circular, promovendo modelos de negócio baseados

na recolha de lixo marinho e na sua valorização industrial e comercial;

- Promoção da produção das energias renováveis oceânicas, e apoio a projetos de inovação oceânica;
- Incremento da indústria nacional de reparação e construção naval, promovendo a sua capacidade junto de segmentos de mercado específicos.

**A nível do desenvolvimento da Aquacultura:**

- Criação de zonas específicas para aquacultura, para aumentar a produção de pescado e reduzir a pressão sobre os recursos marinhos naturais;
- Expansão de incentivos fiscais para investimentos privados no sector;
- Estímulo à investigação científica sobre espécies marinhas adequadas ao cultivo.

**A nível do desenvolvimento da infraestrutura portuária:**

- Expansão e modernização dos portos nacionais;
- Melhoria dos serviços logísticos e de transporte marítimo;
- Digitalização dos processos portuários;
- Criação de zonas económicas ligadas aos portos;
- Criação do Centro Logístico Marítimo Regional.

**A nível da promoção do Turismo Azul:**

- Desenvolvimento do turismo de mergulho e observação de fauna marinha;
- Promoção do turismo náutico;
- Valorização das áreas marinhas protegidas;
- Incentivo ao turismo ecológico e sustentável.

**A nível da formação e investigação científica:**

- Criação de programas universitários ligados à Economia Azul e apoio à investigação oceanográfica e climática;
- Formação profissional em atividades marítimas, e estabelecimento de parcerias com centros internacionais de investigação marinha;
- Reforço de sistemas de monitorização da ZEE e desenvolvimento de estatísticas e dados marítimos;
- Promoção do aumento da atractividade do Sector das Pescas, mediante aposta contínua na investigação, para o aprofundamento do conhecimento dos recursos e da sua evolução, visando à promoção de uma pesca sustentável e de longo prazo, com o reforço da utilização de artes de pesca seletivas e biodegradáveis, que promovem a competitividade, a renovação geracional e a formação adequada dos trabalhadores;
  - Implementação de Programas inovadores de ciências e tecnologias do mar para o reforço da observação e da investigação oceânicas.

#### 7.7.4. CULTURA: VALORIZAR A NOSSA IDENTIDADE E ACRESCENTAR VALOR AO NOSSO POTENCIAL

No próximo Governo de Cabo Verde, liderado pelo PAICV, a cultura afirma-se como um dos pilares estratégicos do desenvolvimento sustentável do país. Mais do que um património simbólico, a cultura cabo-verdiana constitui um recurso estruturante da identidade nacional, um instrumento de coesão social e um sector com elevado potencial económico.

Num país arquipelágico marcado pela diáspora, pela diversidade insular e por uma forte tradição artística, investir na cul-

tura representa, simultaneamente, preservar a memória coletiva e projetar Cabo Verde no mundo. A identidade cultural cabo-verdiana, expressa através da morna, do funaná, da coladeira, do crioulo cabo-verdiano, das festas tradicionais e do património histórico, constitui um elemento unificador da nação.

A consagração internacional da morna como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO reforça a centralidade da cultura como elemento distintivo do país no cenário global. Assim, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, reconhece que a cultura reforça o sentimento de pertença e de unidade nacional, valoriza a diversidade cultural entre as ilhas e fortalece os laços com a diáspora cabo-verdiana.

A cultura não é apenas um valor simbólico; está a ser tratada como um motor de diversificação económica e de geração de rendimento. As indústrias culturais e criativas (música, artes plásticas, cinema, design, artesanato) são uma aposta estratégica para gerar empregos, atrair investimentos e explorar produtos culturais no mercado internacional. Aqui está uma fundamentação clara da importância da cultura num Programa do Governo de Cabo Verde, liderado pelo PAICV, incluindo medidas de políticas concretas que sustentam essa importância.

Assim:

#### **No domínio da literatura**

- Fomentar a criação da Literatura Infantil;
- Traduzir as obras dos clássicos e facilitar a sua divulgação no exterior utilizando as nossas redes de Casas-de-Cultura e representações diplomáticas no exterior;
- Apoiar a criação de Bibliotecas Municipais e locais em todos os Municípios do país, para fomentar a leitura na sua “horizontalidade global”.

#### **No domínio da música**

- Introduzir a disciplina de Educação Musical no Sistema de Ensino, do básico ao superior, para acabar com o “amadorismo-crónico” que prevalece na nossa cultura musical;
- Introduzir uma percentagem de música-nacional-tradicional, em todas as Rádios Nacionais, protegendo e valorizando a nossa música-tradicional, e, concomitante e consequentemente, facilitar a criação e cimentação de uma indústria musical-nacional.

#### **No domínio das artes plásticas (pintura e artesanato) e outras artes performativas**

- Promover a Educação Artística, desde tenra idade, e fomentar atividades direcionadas à camada infanto-juvenil;
- Redinamizar os Centros Culturais existentes e criar Galerias-de-arte, nas diversas ilhas do país, que funcionarão, também, como espaços de exposição e venda da arte e do artesanato, e facilitadores da circulação de obras-de-arte e do artesanato, melhorando a qualidade dos “stands” e contribuindo para a divulgação;
- Apostar no artesanato “Made in Cabo Verde”.

#### **No domínio da dança**

- Proceder ao recenseamento dos Grupos de Dança existentes no país e ao respectivo registo, preconizando a promoção da formação activa e permanente desses Grupos, para elevar o seu nível performativo e concertar com as Câmaras Municipais políticas ativas para a refundação dos Grupos de Dança, concomitantemente à promoção de concursos de dança bienais a nível nacional, no quadro das Bienais de Arte.

#### **No domínio do teatro**

- Aumentar os subsídios dos diferentes Grupos Teatrais, no país;
- Fomentar e facilitar a formação dos Agentes de Teatro;
- Fomentar a criação de grupos Teatrais em todas as ilhas e facilitar a sua mobilidade entre as ilhas e a diáspora;
- Criar mais espaços de espetáculos e apoiar a produção de conteúdos para o Teatro.

#### **No domínio do Carnaval**

- Analisar com os Agentes-do-Carnaval o “Estado-d’Arte” do Carnaval Nacional, para a promoção de uma efectiva concertação, sobre as medidas de política promotoras do Carnaval;
- Criação de estaleiros permanentes para os Grupos de Carnaval;
- Criação de Espaços de Exposição permanentes do Carnaval, criando um verdadeiro circuito turístico do Carnaval nas ilhas, transformando-o numa das principais ofertas culturais para o Turismo em Cabo Verde.

#### **No domínio do Património construído**

- Proceder à inventariação do Património Nacional, a sua protecção, valorização e promoção;
- Rever a legislação que declarou os Centros Históricos Património Nacional;
- Revisitar a Lista Indicativa dos Bens constantes da Lista Indicativa apresentada à UNESCO.

#### **No domínio do Património Imaterial**

- Valorizar o Património Imaterial Nacional, implementando festivais de música tradicional;
- Inventariar o Património Humano Vivo e proceder à sua valorização;
- Valorizar a Gastronomia Nacional, declarando alguns pratos cabo-verdianos, Património Nacional;
- Inventariar as principais manifestações culturais do país, e proceder à sua valorização;

#### **No domínio das Infraestruturas Culturais**

• Reafectar espaços públicos para a criação de infraestruturas culturais nacionais e municipais, nomeadamente Auditórios Nacionais e Municipais, Museus Nacionais e Municipais, Escolas de Dança e de Teatro, Cinemas e outras artes performativas;

- Criar infraestruturas de raiz para Museus, Galerias-de-arte, Teatro e Cinema.

No domínio da divulgação e promoção da Cultura na diáspora;

• Reforçar a Diplomacia Cultural, nomeadamente através da criação de mais “Casas de Cultura” (*em concertação com as Embaixadas e Representações Consulares*), e ponderar outras formas de cooperação e apoio, nomeadamente na tradução de clássicos e de obras de carácter científico;

- Facilitar o intercâmbio e a movimentação de artistas nacionais.

#### **No domínio da cooperação internacional**

O Governo fará melhor uso da Cooperação Internacional para a efectivação de sua Política Cultural, apoiar nomeadamente a sua internacionalização, apoiando a formação de profissionais de todas as áreas da Cultura, fomentando a tradução de obras de carácter literário e científico, e estimulando o retorno de bens ao País.

O Turismo vem ganhando cada vez mais peso na economia nacional. Já é uma das principais fontes de receita do Estado. Entretanto, o País não se preparou para essa nova onda de turistas. Não há uma oferta cultural que satisfaça, em níveis aceitáveis, as perspectivas desses turistas visitantes e as potencialidades daí advenientes.

Nesta conformidade, o Governo irá fomentar a criação de condições para o surgimento de uma Oferta Cultural de qualidade no Sector do Turismo, cada vez mais exigente.

Assim, a música, a dança, o teatro, o Carnaval, a gastronomia, nosso Património Imaterial, na sua transversalidade, serão valorizados e promovidos para o real aproveitamento dessa potencialidade, para o País, e a valorização da experiência do Turista, que visita Cabo Verde e deve querer regressar!

Os Museus, as Salas de Espectáculo, e as Galerias de Arte serão, igualmente, integrados, nessa promoção de se poder oferecer uma oferta turística de mais qualidade e com maior diversidade.

**Ainda, na Governação, serão empreendidas as seguintes medidas estratégicas:**

- Reforço do financiamento às indústrias culturais e criativas;
- Implementação plena do Estatuto do Artista e garantia de acesso efectivo à proteção social;
- Expansão do Programa Bolsa de Acesso à Cultura (BA-Cultura);
- Estímulo à exportação de produtos culturais.

Com efeito, um elevado crescimento económico, embora importante, não é suficiente para erradicar a pobreza.

Neste contexto, novos modelos e novas fontes de financiamento são decisivos para que o crescimento económico reduza a pobreza de forma sustentável e duradoura.

A Cultura, e as economias criativas têm, pela sua natureza, um grande potencial para reduzir as desigualdades socioeconómicas, emergindo como um sector de actividade ainda não explorado, mas altamente gerador de empregos.

Para além disso, a Cultura cabo-verdiana tem sido o maior elo de definição da nossa cabo-verdianidade, em qualquer parte do mundo, assumindo-se como a nossa verdadeira identidade.

Assim, investir em infraestruturas artísticas e inovar os circuitos para estimular a criação e a difusão, a circulação e a distribuição, e o consumo e a fruição do produto da nossa cultura serão uma aposta prioritária!

#### 7.7.5. POTENCIALIZAR O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL

##### 7.7.5.1. A NECESSÁRIA RETOMA DA APOSTA NA INDUSTRIALIZAÇÃO

O PAICV sabe que Cabo Verde precisa de voltar a produzir, a inovar e a exportar com valor agregado. Assim, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, assume que, na próxima Legislatura, serão prioridades nacionais a reconstrução e modernização da indústria e o fortalecimento do comércio interno e externo, como pilares do crescimento sustentável.

Nenhuma Nação alcançou prosperidade duradoura sem uma base industrial sólida e um comércio dinâmico. Experiências internacionais demonstram que o planeamento estratégico, o investimento em tecnologia e a integração comercial são determinantes para o crescimento económico, como comprovam países como a Coreia do Sul e a Alemanha, que transformaram as suas economias por meio de políticas industriais consistentes.

O sector industrial enfrenta desafios importantes, relacionados com o acesso ao financiamento, a qualificação e especialização dos recursos humanos, a logística de transporte, as infraestruturas, o nível tecnológico, a gestão da qualidade e da inovação, para além de constrangimentos institucionais.

Estando convicto de que a industrialização pode ser um dos principais motores do crescimento e do desenvolvimento económicos sustentáveis do País, o **próximo Governo, liderado pelo PAICV, considera estratégica a retomada da aposta na industrialização de Cabo Verde, como dimensão essencial do novo modelo de crescimento económico, para aumentar a capacidade exportadora.**

Com efeito, por um lado, Cabo Verde possui vantagens comparativas e potencialidades decorrentes da sua localização geográfica no meio do Atlântico e, por outro lado, por beneficiar de um leque de acordos internacionais relevantes para as exportações, como o AGOA (EUA), SPG+ (UE), e a integração na CEDEAO, consolidando-se como uma plataforma de comércio entre a Europa e África. E a sua adesão à Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZCLCA/AfCFTA) oferece oportunidades de expansão de exportações para um mercado alargado.

**Assim, e na Governação, o PAICV tomará as seguintes medidas:**

- **Promover uma nova etapa de desenvolvimento produtivo**, baseada em inovação, sustentabilidade, competitividade e geração de empregos de qualidade;

- **Adotar políticas proativas, de apoio às indústrias para elevar a produtividade nas empresas, centradas no desenvolvimento e na modernização da indústria**, a consolidação dos sectores existentes e o desenvolvimento de novos

sectores emergentes e apostas em sectores inovadores;

- **Promover o empreendedorismo na indústria**, para responder à procura induzida pelo sector do turismo e pela exportação de bens e serviços;

- **Apoiar a inovação e o desenvolvimento tecnológico**, desenvolvendo esforços para dotar Cabo Verde dos meios necessários para acompanhar os novos métodos e processos industriais, nomeadamente os introduzidos pelo conceito da Indústria 4.0.

- **Reforçar e atualizar o Sistema IGRP** – Licenciamento Industrial, tornando mais eficientes os processos de registo no cadastro e de autorização da importação industrial;

- **Reforçar o Centro Internacional de Negócios (CIN)**, introduzindo uma nova dinâmica no processo de promoção de exportações, em que se enquadra o conceito de Zona Industrial e Logística;

- **Reforçar e massificar a implementação do Programa de Eficiência Energética nas Unidades Industriais**, nomeadamente a produção fotovoltaica para autoconsumo conectada na rede;

- **Apoiar as empresas exportadoras da indústria conserveira de produtos de pesca**, criando as condições para ultrapassar os constrangimentos provocados pelas derrogações das regras de origem para a exportação para a UE, e estimular a indústria de transformação do pescado e produtos de aquacultura para a exportação;

- **Reforçar a diplomacia económica para a penetração de produtos da indústria cabo-verdiana**, em países africanos da CPLP e da CEDEAO, nomeadamente a indústria farmacêutica, no quadro da Plataforma Internacional de Saúde;

- **Promover condições para o desenvolvimento da indústria extrativa, como a indústria de pedra bruta, do sal, pozolana e a mineração** do solo submarino.

#### 7.7.5.2. POTENCIALIZAR O COMÉRCIO, OS SERVIÇOS E A RESTAURAÇÃO

O desenvolvimento económico de um País depende da dinâmica e da articulação entre os diferentes sectores de atividade. Entre eles, o comércio, os serviços e a restauração assumem um papel fundamental, pois contribuem directamente para a criação de riqueza, a geração de emprego e a melhoria da qualidade de vida da população.

Em primeiro lugar, o comércio é essencial para garantir a circulação de bens entre produtores e consumidores. Ao facilitar a distribuição de produtos, promove-se o aumento da produção e estimula-se o consumo, impulsionando a economia. Além disso, o comércio gera receitas fiscais importantes para o Estado por meio de impostos, permitindo o financiamento de serviços públicos essenciais, como a saúde e a educação. A nível local, o comércio dinamiza centros urbanos e contribui para o desenvolvimento regional.

Por outro lado, o sector dos serviços representa, actualmente, a maior parcela do Produto Interno Bruto (PIB) na maioria dos países desenvolvidos. Atividades como a banca, os transportes, o turismo, a educação e a tecnologia são indispensáveis ao funcionamento da economia moderna. Este sector promove a inovação, a qualificação profissional e a modernização tecnológica, factores essenciais para aumentar a competitividade de um país no mercado global.

Relativamente à restauração, esta assume um papel particularmente relevante, em economias com forte componente turística, como a de Cabo Verde. Para além de gerar emprego, contribui para valorizar a cultura e a gastronomia locais, atraindo visitantes e incentivando o consumo de produtos nacionais. A restauração também dinamiza outros sectores, como a agricultura, a pesca e a indústria alimentar, criando um efeito multiplicador na economia.

Assim, o comércio, os serviços e a restauração são pilares estruturais do desenvolvimento económico.

Estes sectores não só criam emprego e geram riqueza, como também promovem inovação, competitividade e coesão social.

**Assim, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, irá promover as seguintes medidas:**

- **Investir no fortalecimento dessas atividades**, para garantir crescimento sustentável e progresso económico;

- **Aprovar e dinamizar a agenda para a competitividade do comércio**, documento estratégico integrado de médio-prazo para a valorização destas atividades;

- **Rever o Regime Jurídico de acesso e exercício a atividades de comércio, serviços e restauração**, e de outros regimes especiais;

- **Elaborar o Mapa do comércio, serviços e restauração**, enquanto instrumento de identificação e georreferenciação dos estabelecimentos destes sectores;

- **Promover um programa que identifique e projete destinos de compras em território nacional**, através da apresentação diferenciada do comércio de produtos cabo-verdianos, como factor de atração turística;

- **Promover e dinamizar iniciativas de valorização da oferta nacional**, aproximando os consumidores das marcas e dos produtos cabo-verdianos.

- **Promover a transição verde e a criação de referenciais de eficiência**, estimulando a adoção de soluções energeticamente mais sustentáveis e a requalificação dos estabelecimentos.

## 8. GOVERNAR PARA TODOS

O combate à pobreza, a inclusão e a coesão social constituíram, desde sempre, bandeiras do PAICV, nos seus propósitos.

Assim, a construção de uma Nação mais justa e solidária – o CABO VERDE PARA TODOS – estará na centralidade da próxima Governação do PAICV, já que colocará várias dimensões da vida humana, tais como o acesso a rendimentos, à habitação, à educação, à saúde, à água e à energia e, em suma, o direito a uma vida decente, como foco da sua actuação.

Assim como o crescimento económico e o desenvolvimento, o combate à pobreza interpela-nos, a todos, para uma actuação concertada e com o envolvimento efetivo de todos.

E o próximo Governo de Cabo Verde, liderado pelo PAICV, actuará, de forma decidida, na garantia do acesso à Educação, à Saúde, à Habitação e à Dignidade, promovendo uma Governação verdadeiramente inclusiva, em que ninguém fique para trás.

### 8.1. EDUCAÇÃO PARA TODOS

Um compromisso inabalável do próximo Governo de Cabo Verde, liderado pelo PAICV, é transformar Cabo Verde numa sociedade do conhecimento, inclusiva e digital, onde a educação de qualidade, a ciência, a inovação e a tecnologia impulsionam o desenvolvimento económico sustentável, a empregabilidade dos jovens e a competitividade global do país.

A educação é o principal instrumento para compensar as desigualdades sociais, um elevador social para a igualdade e a justiça social, para formar cidadãos responsáveis e exigentes, para o desenvolvimento económico e para a melhoria da saúde pública. Essa natureza multidimensional faz da educação o pilar fundamental para uma sociedade progressista, livre e crítica, que confia em si e no seu futuro. Além disso, é um factor decisivo no desenvolvimento pessoal, para que todos possamos nos enriquecer com o conhecimento e a cultura.

Para alcançar esse objetivo, é prioritário fortalecer a equidade e a inclusão educacional, bem como adaptar a educação às novas demandas de empregabilidade e a uma sociedade cada vez mais complexa. Isso exige garantir a qualidade das ofertas educativas, da profissão docente e do conteúdo curricular, bem como o alinhamento entre os múltiplos subsistemas.

A Educação começa desde a tenra idade.

Por isso, o PAICV, enquanto Governo, irá assumir, na plenitude, o pré-escolar no sistema formal de educação e, na estreita colaboração com as autarquias locais, dotá-las, onde for necessário, de mecanismos e recursos pedagógicos, técnicos e financeiros, para implementar uma carreira no pré-escolar muito mais eficiente.

As escolas públicas são espaços para todos, onde todos são bem-vindos e, portanto, constitui responsabilidade do Estado apostar na formação contínua dos educadores de infância.

O próximo Governo de Cabo Verde, liderado pelo PAICV, reforçará as políticas públicas orientadas para a qualificação da população, o desenvolvimento científico e tecnológico e a criação de um ecossistema de inovação capaz de gerar oportunidades económicas e sociais.

Neste sentido, torna-se essencial estruturar medidas que consolidem o sistema educativo, fortaleçam o ensino superior e promovam a investigação científica, a inovação e a transformação digital.

#### 8.1.1. O ENSINO PRÉ-ESCOLAR, BÁSICO E SECUNDÁRIO

**A nível do Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário, a próxima Governação, liderada pelo PAICV, trabalhará para:**

- **Reforçar a qualidade do ensino básico e secundário**, com currículos atualizados e focados em competências digitais, pensamento crítico e resolução de problemas;
- **Expandir o acesso à educação pré-escolar**, garantindo igualdade de oportunidades desde a infância;
- **Promover políticas de inclusão educativa**, assegurando apoio a alunos com necessidades especiais e de contextos socioeconómicos vulneráveis;
- **Rever o Estatuto do Aluno**, pois o estatuto atual, de natureza essencialmente disciplinar e reativa, está desajustado de uma educação mais humana, moderna e transformadora, que priorize a formação de cidadãos ativos, autónomos, responsáveis e conscientes do seu papel na sociedade;
- **Reforçar a autonomia curricular e pedagógica das escolas**, para que estas possam adaptar estratégias às necessidades dos seus alunos e ao contexto em que estão inseridas.
- **Reformular a lei da organização, gestão e funcionamento dos estabelecimentos de ensino**, para que se construa, em diálogo com a comunidade educativa, um modelo de gestão das escolas que melhor se adapte ao contexto atual;
- **Promover a inclusão do ensino de línguas estrangeiras desde o 1º Ciclo**, por forma a preparar os jovens para saberem comunicar em outras línguas, visando a sua melhor integração social e profissional num mundo cada vez mais globalizado, e uma maior promoção de valores como a tolerância, o respeito e a compreensão da diversidade;
- **Rever o atual modelo de avaliação das aprendizagens**, de modo a garantir uma educação de qualidade, inclusiva e alinhada com as exigências contemporâneas, através de um sistema avaliativo moderno, diversificado, que dê primazia à avaliação formativa, centrado no aluno e orientado para o desenvolvimento integral;
- **Combater as desigualdades sociais na educação**, através do aumento da dotação destinada à FICASE, por forma melhorar a eficácia e eficiência dos seus programas socioeducativos;
- **Adequar a formação e o paradigma de funcionamento dos centros de formação contínua de professores**, para que possam responder às reais necessidades dos professores e das escolas, valorizando assim a especificidade, a diversidade de contextos e desafios, bem como a autonomia das escolas e dos municípios na elaboração dos seus planos de formação;
- **Criar um modelo de concurso, de remuneração e de avaliação dos Directores das Escolas**, por forma a promover o mérito, valorizar e reconhecer o importante papel desempenhado pelos dirigentes escolares;
- **Adequar a formação inicial de professores**, de modo a estar em sintonia com as reais necessidades do sistema educativo.
- **Criar um programa de requalificação das escolas públicas**, por forma a evitar que o estado do parque escolar coloque em causa a segurança da comunidade educativa e a qualidade da educação.
- **Criar um Plano Tecnológico da Educação**, através do reforço das infraestruturas e equipamentos, a par da dotação adequada, em pessoal qualificado que assegure a sua implementação e manutenção.
- **Reforçar os jogos escolares, a nível nacional**, e criar as condições para que o campeão nacional dos jogos escolares possa participar em intercâmbios, no âmbito dos jogos escolares da CPLP;

- **Reforçar as competências da Inspeção Geral de Educação**, com mais recursos humanos, financeiros e materiais por forma a garantir uma maior qualidade de ensino e uma melhor gestão dos estabelecimentos das Instituições de Ensino Básico e Secundário;

- **Declarar tolerância zero ao Bullying**;

- **Reforçar a presença de especialistas em saúde mental**, nas Escolas;

- **Fomentar a criatividade**, o amor pela aprendizagem e pelo empreendedorismo, e estimular a leitura;

- **Instituir prémios nacionais de educação ambiental e sustentabilidade**, para incentivar a participação de alunos e professores em projectos ambientais.

Para o PAICV, é fundamental valorizar a Classe Docente!

Face aos novos desafios da globalização e da competitividade, revela-se essencial ter Professores motivados, capacitados e amplamente reconhecidos, para alcançar a excelência educacional.

**O melhor sistema educacional precisa dos melhores professores para alcançar melhores resultados. E, para isso, é preciso:**

- Continuar a promover um corpo docente de alta qualidade, valorizando, progressivamente, os níveis profissionais entre os diferentes corpos docentes;

- Promover o ensino e a avaliação em ambientes virtuais, a formação em competências digitais e metodologias ativas e colaborativas, com o objetivo de fomentar uma abordagem interdisciplinar e globalizada e facilitar o ensino específico da disciplina a partir de uma perspectiva baseada em competências;

- Elaborar um plano de formação inicial e contínua para professores de línguas estrangeiras, com metodologias específicas para as disciplinas lecionadas em línguas estrangeiras.

**Ainda, há que trabalhar, para:**

- **Promover a reclassificação automática dos professores**, como forma de valorizar o mérito e o esforço dos que adquirem novas habilidades e competências académicas. Os professores sem licenciatura, que adquiram o grau de licenciatura, serão reclassificados num prazo máximo de 90 dias, com efeitos na execução orçamental seguinte; os professores com o grau de licenciatura, que adquiram o grau de Mestre, serão reclassificados no prazo máximo de 90 dias, com efeitos na execução orçamental seguinte; e os professores, com o grau de mestre, que adquiram o grau de Doutor, serão reclassificados no prazo máximo de 90 dias, com efeitos na execução orçamental seguinte;

- **Promover uma nova grelha salarial para os docentes**. A valorização do sistema educativo implica reconhecer o desgaste da classe docente e recentrar o papel dos professores cabo-verdianos. Cabo Verde é o que é hoje graças à educação e aos esforços dos seus professores ao longo da história. Por isso, durante a próxima Legislatura, o Governo liderado pelo PAICV irá aumentar, gradualmente, o salário da Classe Docente, na educação básica e secundária, atingindo a cifra-base dos 108 mil escudos mensais;

- **Analisar a reivindicação dos professores aposentados antes da publicação do Plano de Carreiras, Funções e Remunerações (PCFR)**, através da Lei n.º 46/X/2025, de 6 de Março, que estabelece o Estatuto do Pessoal Docente integrado no regime especial da Administração Pública.

### 8.1.2. O ENSINO TÉCNICO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O desemprego, particularmente entre os jovens, continua a ser um dos maiores desafios para o desenvolvimento. Uma das principais causas desta situação é o desajuste entre as competências adquiridas no sistema educativo e as necessidades reais da economia. Nesse sentido, a formação profissional surge como um instrumento estratégico para melhorar a empregabilidade, aumentar a produtividade e promover a inclusão social.

Ao investir numa política forte de formação profissional, com foco nas necessidades estratégicas do País, estar-se-á a promover oportunidades para que jovens e adultos adquiram competências técnicas e desenvolvam capacidades empreende-

doras e, assim, otimizem as suas condições de integração no mercado de trabalho ou na criação do seu próprio negócio.

Neste sentido, o PAICV, na Governação, irá implementar as seguintes medidas:

#### **A nível da expansão e modernização dos Centros de Formação:**

- Promover novos modelos de formação profissional, precisando da transformação do modelo de produção, desenvolvendo infraestruturas de formação adaptadas às necessidades dos diferentes sectores económicos e, pela via da sua modernização, conferir maior autonomia para a adaptação e actualização de conteúdos e perfis, para potenciar uma integração facilitada no tecido empresarial.
- Promover, através da cooperação entre o governo e as autarquias locais, um aumento substancial e progressivo da oferta de formação profissional, em todas as suas modalidades;
- Modernizar os centros existentes com equipamentos tecnológicos atualizados.

A nível do alinhamento da formação com o mercado de trabalho:

- Estabelecer mecanismos permanentes de diálogo entre governo, empresas e instituições de formação;
- Priorizar áreas estratégicas como turismo, economia digital, energias renováveis, economia azul, agricultura moderna e serviços,
- Promover cursos técnicos e profissionais alinhados às necessidades do mercado de trabalho.

A nível do sistema nacional de estágios profissionais:

- Adequar os programas de estágios profissionais para jovens recém-formados;
- Incentivar a participação do sector privado na formação prática dos jovens;
- Garantir estágios com acompanhamento técnico e remuneração adequada.

A nível dos incentivos às empresas para formação:

- Adequar os incentivos fiscais para empresas que invistam na formação dos seus trabalhadores;
- Apoiar empresas que participem de programas de aprendizagem e de qualificação profissional.

A nível da promoção do empreendedorismo e inclusão

- Promover o ensino técnico e a formação profissional gratuitos, nos Centros Públicos de Formação;
- Reforçar os programas de apoio à criação de pequenos negócios por jovens formados;
- Facilitar o acesso a microcrédito e assistência técnica;
- Desenvolver programas específicos para mulheres, pessoas com deficiência e desempregados de longa duração.

A nível do reconhecimento e certificação de competências:

- Expandir os sistemas de reconhecimento das competências adquiridas através da experiência profissional.
- Valorizar o conhecimento prático de trabalhadores com experiência, permitindo a sua certificação.

### **8.1.3. O ENSINO SUPERIOR**

Neste sentido, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, reconhece o ensino superior como um pilar estratégico para a transformação do país, destacando a necessidade de reforço da qualidade da formação universitária, de ampliação do acesso à educação e de fortalecimento da investigação científica e tecnológica.

O fortalecimento do Ensino Superior visa formar profissionais qualificados, estimular a inovação e contribuir para a diversificação da economia nacional. Assim, o Governo pretende aumentar a taxa de jovens no ensino superior, através de implementação do **ensino gratuito na universidade pública, de um Programa específico de Bolsas de Estudo, para as Instituições de Ensino Privado**, para promover maior inclusão social, especialmente para estudantes de famílias com menos recursos e de diferentes ilhas. Além disso, busca fortalecer a ligação entre universidades, investigação científica e mercado de trabalho, promovendo inovação, empreendedorismo e maior empregabilidade dos graduados.

Nesta óptica, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, irá implementar as seguintes medidas:

#### **A nível da expansão do acesso ao ensino superior**

- Aumentar a taxa de jovens matriculados no ensino superior;
- Promover ensino superior gratuito nas Universidades Públicas;
- Reforçar o sistema de bolsas de estudo para estudantes de famílias com baixos rendimentos, nas universidades e institutos do ensino superior privados;

- Construir novas residências universitárias e infraestruturas académicas;
- Facilitar a mobilidade de estudantes entre as diferentes ilhas do país, através dos transportes marítimos;
- Expandir e diversificar a oferta de cursos universitários e técnicos, alinhados às necessidades do mercado de trabalho.

#### **A nível da melhoria da qualidade do ensino**

- Reforçar a qualificação académica do corpo docente e incentivar a formação de professores com doutoramento e pós-graduação;
- Modernizar os currículos universitários de acordo com as necessidades do mercado de trabalho;
- Adequar os sistemas de avaliação e de acreditação da qualidade do ensino superior;
- Reforçar a formação pedagógica e científica dos docentes;
- Aumentar o número de professores com doutoramento.

#### **A nível da promoção da investigação científica**

- Criar fundos nacionais de apoio à investigação científica;
- Incentivar a publicação científica e a produção de conhecimento local, promover parcerias entre universidades, empresas e instituições públicas, e incentivar a investigação aplicada voltada para áreas estratégicas como economia azul, turismo sustentável, energias renováveis e tecnologias digitais;
- Promover a divulgação e a cultura científicas na sociedade.

#### **A nível da digitalização e inovação educativa**

- Reforçar o ensino superior digital e a educação à distância;
- Reforçar e integrar tecnologias digitais e plataformas de aprendizagem online;
- Expandir a infraestrutura digital e o acesso à internet de alta velocidade em todas as ilhas;
- Implementar políticas de governo digital e serviços públicos online.

#### **A nível da articulação entre ensino superior e mercado de trabalho**

- Reforçar programas de estágios profissionais para estudantes universitários;
- Desenvolver cursos alinhados com as necessidades da economia nacional;
- Promover incubadoras de empresas nas universidades.

#### **A nível da internacionalização das universidades**

- Reforçar parcerias internacionais;
- Reforçar a mobilidade académica;
- Reforçar programas de intercâmbio e de investigação conjunta.

#### **A nível do reforço da regulação do ensino superior**

- Fazer a revisão do quadro legal de regulação e reforçar a capacidade de intervenção da entidade reguladora do ensino superior, de modo a produzir efeitos indutores da qualidade a nível das instituições e dos produtos académicos, constituem medidas relevantes para o sector.
- Reforçar as competências da entidade de regulação, para desempenhar as suas funções essenciais, nomeadamente as de acreditação das instituições e dos cursos superiores e de avaliação da qualidade de desempenho das instituições e dos produtos académicos (cursos, atividades de investigação e de extensão).

#### 8.1.4. CIÊNCIAS, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Para Cabo Verde, os investimentos em ciência e inovação são particularmente relevantes devido a vários factores estruturais, como as limitações de recursos naturais.

O desenvolvimento de sectores baseados no conhecimento permitirá reduzir as vulnerabilidades económicas e criar oportunidades de crescimento.

Assim, para alcançar essa visão, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, define, como objetivos estratégicos, os seguintes:

- Fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Aumento do investimento público e privado, em investigação científica e desenvolvimento tecnológico;
- Promoção da transferência de conhecimento, entre universidades, centros de investigação e sector empresarial;
- Estimulo ao empreendedorismo tecnológico e ao crescimento de *startups* inovadoras;
- Aplicação da ciência e da tecnologia, como instrumentos fundamentais para o enfrentamento dos desafios nacionais prioritários.

Neste sentido, o PAICV se propõe implementar, na Governação, as seguintes medidas:

##### **A nível de fortalecimento da investigação científica:**

• Criação, como prioridade, do **Fundo Nacional para a Ciência, Tecnologia e Inovação, alimentado com uma verba correspondente a 0,2% do PIB;**

- Apoio à formação de doutorados e de pós-doutorados.

A nível do desenvolvimento de ecossistemas de Inovação:

• Promoção da criação de um ecossistema dinâmico de inovação, apto a conectar universidades, empresas, centros de investigação e empreendedores;

- Criação de mais Centros de Inovação, considerando a realidade arquipelágica do País;
- Apoio à criação de incubadoras e aceleradoras de startups;
- Programas de financiamento, para a inovação empresarial;
- Incentivos fiscais para empresas que invistam em Investigação e Desenvolvimento (I&D).

##### **A nível da transformação digital como elemento central da modernização económica e da melhoria da governação pública.**

- Expansão da infraestrutura de conectividade digital, e reforço do desenvolvimento de serviços públicos digitais;
- Promoção da economia digital e das tecnologias emergentes.

##### **A nível da formação de capital humano, para acompanhar o desenvolvimento científico e tecnológico.**

- Reforço do ensino de ciência e tecnologia nas escolas;
- Promoção de programas STEM (*ciência, tecnologia, engenharia e matemática*);
- Reforço de bolsas de estudo em áreas estratégicas;
- Incentivo ao regresso de investigadores da Diáspora cabo-verdiana.

## 8.2. SAÚDE PARA TODOS

O PAICV, na próxima Governação, assume a necessidade de valorizar o mérito, destacar o talento e premiar a dedicação dos profissionais de saúde, a par da modernização das infraestruturas, como pilares essenciais no grande desígnio nacional, nesta matéria, que deve ser garantir o acesso gratuito e universal à saúde a todos os cabo-verdianos.

Com efeito, saúde é direito, e não luxo! Constitui um direito fundamental da pessoa humana e um pilar essencial do desenvolvimento sustentável. E, no contexto de Cabo Verde, a universalização dos serviços de saúde, com gratuidade, representa um compromisso estratégico com a dignidade humana, a equidade social e o progresso nacional.

Garantir o acesso gratuito e universal à saúde significa eliminar barreiras económicas que, ainda, limitam o acesso de famílias de baixa renda, populações rurais, idosos, crianças e pessoas com doenças crónicas a esse direito. E a desigualdade no acesso aos cuidados de saúde contribui para perpetuar ciclos de pobreza, compromete o capital humano e enfraquece o crescimento económico.

Nesse sentido, investir na universalização da saúde é muito mais do que uma política social: é uma medida estruturante para o desenvolvimento.

Uma população saudável representa maior produtividade, apresenta menor absentismo laboral, tem maior capacidade de aprendizagem e confere maior estabilidade social. Assim, a saúde pública deve ser entendida como um investimento estratégico, e não apenas como uma despesa orçamental.

O próximo Governo, liderado pelo PAICV, trabalhará para consolidar um sistema de saúde universal, eficiente, equitativo e sustentável, em Cabo Verde, alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar.

Pretende-se fortalecer a capacidade de resposta do sistema de saúde às necessidades da população, melhorar a qualidade da prestação de serviços e promover a inovação.

Cabo Verde, no universo de 2031, estará mais próximo de um Sistema de Saúde universal, resiliente e orientado para a qualidade e equidade, garantindo o direito à saúde PARA TODOS!

Estabelecer um sistema nacional de saúde universal, gratuito, com cobertura equitativa em todas as ilhas, que assegure o acesso universal a cuidados primários de saúde, a disponibilidade gratuita de medicamentos essenciais, o atendimento digno, eficiente e humanizado e a redução significativa das desigualdades regionais em saúde é urgente e prioritário.

Para isso, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, irá implementar as seguintes medidas de política pública:

### **A nível de Política Pública:**

- Criação de um Fundo Nacional de Saúde Universal, com financiamento proveniente do Orçamento do Estado;
- Implementação de mecanismos de tributação seletiva sobre produtos nocivos à saúde (tabaco, álcool e bebidas açucaradas), direcionando as receitas para o financiamento do sistema;
- Reforço da cooperação internacional, para investimento em infraestruturas hospitalares, maquinarias, e capacitação técnica e científica;
- Criação das condições para que a complementaridade entre o SNS e o sector privado de saúde seja efetivada de uma forma estruturada, transparente e previsível, incluindo o papel da segurança social, gerida através do INPS, na promoção da prestação privada de serviços de saúde;
- Criação das condições para estimular a participação de quadros especializados na Diáspora, nos sectores da saúde, em Cabo Verde;
- Reforço de parcerias com as ordens profissionais da área da saúde;

- Promoção da saúde mental e do bem-estar social, através da comparticipação do INPS nas consultas de psicologia;
- Reforço da mobilização do investimento nacional, estrangeiro e da diáspora, para desenvolver serviços de turismo de saúde e bem-estar, a indústria farmacêutica e um centro de assemblagem e manutenção de equipamentos de saúde, numa lógica de prestação de serviços de saúde internacionais e regionais.

**A nível do reforço da infraestrutura e cobertura territorial:**

- Construção e reabilitação de hospitais e centros de saúde nas zonas urbanas, rurais e comunidades mais isoladas;
- Modernização tecnológica dos hospitais centrais e regionais;
- Garantia de abastecimento regular e gratuito de medicamentos essenciais;
- Expansão de serviços de diagnóstico básico em todas as ilhas e concelhos.

**A nível da valorização e formação dos profissionais de Saúde:**

- Criação de incentivos para fixação de profissionais nas ilhas e zonas mais remotas;
- Parcerias, com instituições de ensino superior, para o fortalecimento da formação médica, de enfermagem e de técnicos especializados;
- Melhoria das condições salariais e de trabalho no sector público.

**A nível da digitalização e inovação em saúde:**

- Implementação do Prontuário Clínico Eletrónico Nacional;
- Expansão da telemedicina, para garantir acesso especializado, em todas as ilhas;
- Criação de um sistema integrado de gestão hospitalar para otimização de recursos;
- Desenvolvimento de aplicativos móveis de saúde, para monitoramento e educação.

**A nível da promoção da saúde e prevenção de doenças:**

- Reforço dos programas nacionais de vacinação;
- Reforço de Programas de prevenção de doenças crónicas não transmissíveis;
- Fortalecimento de estratégias de combate à desnutrição e de promoção de hábitos alimentares saudáveis.
- Reforço do sistema de médico e enfermeiro de Família, na rede de cuidados de saúde primários bem como o conceito de saúde familiar com a constituição de equipa pluridisciplinar para atendimento à família;
- Reforço da cobertura nacional de saúde mental e psiquiátrica na rede de cuidados primários do país.

**A nível da governança e monitorização:**

- Criação de um Sistema Nacional de Avaliação de Desempenho do Sector da Saúde;
- Estabelecimento de metas anuais claras e de indicadores mensuráveis.

O próximo Governo, liderado pelo PAICV, com a implementação da sua Visão, estará determinado a transformar a Saúde num direito, até o fim da legislatura (2031), e alcançar os seguintes resultados:

- Cobertura universal de cuidados primários de saúde;**
- Redução significativa da mortalidade materna e infantil;**
- Diminuição das hospitalizações evitáveis;**
- Aumento da esperança média de vida;**

**e. Redução das desigualdades regionais, no acesso aos cuidados médicos;**

**f. Consolidação de um sistema de saúde resiliente e preparado para emergências sanitárias.**

O Governo assume que a universalização dos serviços de saúde gratuitos até 2031 é um compromisso nacional inadiável. Trata-se de um investimento no capital humano, na justiça social e no futuro de Cabo Verde.

### 8.3. HABITAÇÃO PARA TODOS, NUM TERRITÓRIO MAIS EQUILIBRADO E INCLUSIVO

Garantir o acesso universal à habitação digna, adequada e financeiramente acessível é fundamental para promover a coesão territorial, a Justiça social, a sustentabilidade ambiental, a estabilidade económica e a equidade intergeracional.

A habitação condigna constitui um direito fundamental, consagrado na Constituição da República de Cabo Verde, e um pilar essencial da dignidade humana, da estabilidade social e do desenvolvimento económico.

O próximo Governo, liderado pelo PAICV, sabe que desenvolver uma política de habitação para todos não é apenas uma resposta à crise imobiliária, mas sim uma estratégia estruturante de desenvolvimento nacional.

Os desafios de Cabo Verde, em matéria de habitação, são imensos, quer nos territórios dos principais centros urbanos, sujeitos a uma pressão habitacional generalizada e a focos de maior desfavorecimento, quer nos territórios mais periféricos. O Estado deve ter um papel ativo e relevante, tanto como agente de políticas públicas de promoção directa quanto como regulador do mercado.

São desafios particularmente prementes para os jovens, as jovens famílias e as famílias de menores rendimentos.

A Política de Habitação é, pois, uma política-chave para o acesso ao bem-estar e para o dinamismo e equilíbrio demográfico. Assim, constituem medidas de política prioritárias as seguintes:

#### **A nível do reforço da oferta pública de habitação:**

- Criar um Plano Nacional de Construção e Reabilitação Pública 2026–2031, que inclua a eliminação das chamadas “casas de lata”, ao nível de todo o país, com particular incidência nas ilhas de São Vicente, Sal, Boa Vista e Santiago;
- Aumentar estruturalmente o parque habitacional público;
- Reabilitar imóveis devolutos do Estado;
- Estabelecer parcerias com autarquias e sector cooperativo para construção de habitação;
- Promover a componente de cooperativismo na habitação;
- Conferir prioridade à reabilitação e à regeneração urbana, ao nível das políticas de promoção directa e da promoção privada;
- Adotar respostas de curto prazo à actual crise de habitação, nomeadamente através de apoios ao arrendamento privado.

#### **A nível do arrendamento acessível e estabilidade contratual:**

- Garantir previsibilidade e acessibilidade, no mercado de arrendamento;
- Expandir o Programa de Arrendamento Acessível;
- Criar Incentivos fiscais para contratos de arrendamento de longa duração;
- Criar mecanismos efectivos de Garantia Pública ao Arrendamento Jovem.

#### **A nível da coesão territorial e fixação no interior**

- Promover o equilíbrio demográfico e económico;

- Criar incentivos financeiros à fixação, em territórios de baixa densidade.

#### **A nível da juventude e emancipação:**

- Facilitar o acesso à primeira habitação, mediante linhas de crédito bonificado efetivas, para jovens;
- Reforço da rede de residências estudantis.

#### **A nível de regulação, transparência e estabilidade do mercado:**

- Garantir o equilíbrio entre o direito à habitação e a dinâmica económica, pela via da monitorização, territorial, dos preços;
- Combater a especulação imobiliária, e promover a regulação do alojamento local, em zonas de pressão urbanística.

#### **A nível da inclusão e proteção dos vulneráveis;**

- Reforçar os programas para pessoas “sem-abrigo”;
- Investir na Habitação adaptada para pessoas com deficiência;
- Implementar programas específicos para vítimas de violência baseada no género;
- Reforçar apoio habitacional a idosos isolados.

### **8.4. UMA GOVERNAÇÃO VERDADEIRAMENTE INCLUSIVA**

#### **8.4.1. UM ESTADO QUE AMPARA A TODOS**

O trabalho e o emprego constituem elementos fundamentais para o desenvolvimento económico e social de qualquer país. No contexto de Cabo Verde, um pequeno Estado insular em desenvolvimento, a promoção do emprego assume um papel ainda mais relevante devido às limitações estruturais da economia, à dependência de sectores específicos e aos desafios relacionados com o desemprego, sobretudo entre os jovens.

O trabalho desempenha um papel central na organização da sociedade e no desenvolvimento económico. Através do emprego, os indivíduos conseguem satisfazer as suas necessidades básicas, melhorar a sua condição de vida e contribuir para o progresso da comunidade.

Do ponto de vista económico, o emprego é um dos principais motores do crescimento. Se houver mais pessoas empregadas, a produção de bens e serviços aumenta, o consumo interno fortalece-se e as oportunidades de investimento expandem-se.

Além disso, o emprego contribui para o aumento da arrecadação fiscal do Estado, o que possibilita financiar políticas públicas em áreas essenciais, como a saúde, a educação e a proteção social.

No caso específico de Cabo Verde, o trabalho assume importância estratégica devido à necessidade de diversificar a economia e reduzir a dependência de sectores como o turismo. A promoção do emprego qualificado e produtivo fortalece a resiliência económica do país e cria oportunidades em sectores emergentes como a economia digital, as energias renováveis, a economia azul e os serviços tecnológicos.

Outra dimensão fulcral do emprego é a social. Efectivamente, o desemprego prolongado pode gerar desigualdades sociais, potenciar a pobreza e propiciar a exclusão.

Por isso, a forma mais directa e digna de promover a igualdade é trabalhar para que cada cidadão tenha acesso a um emprego digno, que lhe garanta, por um lado, rendimentos para a satisfação da sua condição de vida e, por outro, a oportunidade de contribuir, com o seu saber e fazer, para o desenvolvimento do País.

Nesse sentido, as políticas de emprego devem ser concebidas de forma integrada, envolvendo educação, formação profissional, inovação e apoio ao empreendedorismo.

E, na próxima Governação, liderada pelo PAICV, a estratégia será reforçar as políticas públicas orientadas para a criação

de empregos dignos, a valorização do capital humano e a promoção de oportunidades económicas sustentáveis, perspectivando-se o trabalho não apenas como uma fonte de rendimento, mas também um factor de inclusão social, de dignidade humana e de estabilidade económica.

Mas, num País como Cabo Verde, importa reconhecer que ainda existe uma camada da população que não acede às oportunidades e apresenta índices de pobreza elevados.

E o Projecto “CABO VERDE PARA TODOS”, pretende sê-lo, de facto: Para Todos!

Por isso, ciente dessa realidade e determinado a promover a inclusão social, o próximo Governo de Cabo Verde, liderado pelo PAICV, actuará de forma decidida no combate à pobreza, através de um conjunto de medidas destinadas a promover a dignidade humana em várias dimensões, norteando as suas ações para a construção de uma sociedade inclusiva, em que ninguém fique para trás.

Assim, o PAICV, na Governação, implementará medidas para a criação e a diversificação do emprego digno, o reforço das pensões mais baixas, como o suplemento extraordinário das pensões, e o direito a medicamentos gratuitos para os beneficiários desse complemento e, ainda, estabelecerá o direito à atualização das novas pensões.

Também serão implementadas políticas de garantia dos direitos, de promoção das condições de vida e de garantia do cuidado às pessoas idosas, bem como de valorização do estatuto do cuidador informal e do reforço dos apoios públicos às instituições do Sector social e solidário, que asseguram, em grande parte, as tarefas de cuidado e assistência aos idosos e dependentes.

Ainda, na construção de uma Sociedade inclusiva, perspectivada pelo Projecto “Cabo Verde Para Todos”, importa realçar as medidas destinadas às pessoas com deficiência e às pessoas em situação de “*sem abrigo*”.

A Segurança Social continua a manter uma relação complexa, excessivamente burocrática e nem sempre transparente com as famílias cabo-verdianas.

Neste âmbito, o Governo irá implementar várias medidas para inverter este quadro, em concretização de um ambicioso programa de melhoria substancial da transformação digital do sistema de segurança social - considerando especialmente os desafios demográficos e da sustentabilidade financeira - o que envolverá a modernização tecnológica, o aumento da cobertura do sector informal e a interoperabilidade de dados, para promover a simplificação e a eficiência da relação entre os beneficiários, os contribuintes individuais e empresariais, e os serviços da Segurança Social, tornando o sistema mais justo.

Neste sentido, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, propõe-se prosseguir medidas, repartidas por diversas áreas:

**A nível da valorização do trabalho e do emprego dignos, como instrumento de combate à pobreza:**

- Garantir o aumento do Salário Mínimo Nacional para 30.000\$00, até 2031, e em alinhamento com a duração do trabalho, e criar condições para a evolução do salário médio;
- Rever o regime de proteção social na eventualidade do desemprego, de forma a torná-lo mais justo e transparente, e incentivando a reentrada rápida no mercado de trabalho;
- Reforçar os programas de estágio profissional remunerado, justo e digno, para recém-formados;
- Promover programas de empreendedorismo jovem e *startups*, concomitantemente, o reforço dos centros de formação profissional, ao alinhamento da formação com as necessidades do mercado e em áreas estratégicas para o desenvolvimento, como as áreas digitais, o turismo sustentável, as energias renováveis e a economia azul;
- Criar programas de reconversão profissional para trabalhadores desempregados;
- Reforçar linhas de microcrédito para jovens e mulheres empreendedoras;
- Desenvolver incubadoras de empresas e centros de inovação;
- Implementar políticas ativas para a inclusão de mulheres, pessoas com deficiência e grupos vulneráveis no mercado de trabalho;

- Promover igualdade salarial e oportunidades iguais no acesso ao emprego;
- Incentivar investimentos, em sectores estratégicos, nas diferentes ilhas (turismo, agricultura, pesca, energias renováveis);
- Criar programas de emprego comunitário e de economia social.

**A nível da igualdade de oportunidades e de tratamento, entre mulheres e homens, no trabalho e emprego:**

- Modificar o regime das licenças de parentalidade e demais medidas de apoio à parentalidade e à conciliação entre a vida profissional e familiar, de modo equilibrado entre mães e pais;
- Reduzir a diferença salarial, não explicável entre homens e mulheres;
- Reforçar a legislação sobre quotas de liderança feminina nas empresas e organizações.

**A nível da reestruturação do sistema de formação profissional e a prossecução da reforma do serviço público de emprego:**

- Reforçar os mecanismos de controlo de qualidade da formação profissional, de modo a garantir maior empregabilidade, aumento da produtividade e consequente valorização salarial;
- Reforçar o papel da formação e qualificação profissional, incluindo a componente de formação em contexto de trabalho, em combinação com medidas ativas de emprego, dirigidas a pessoas com deficiência ou incapacidade;
- Promover programas específicos de emprego e de requalificação profissional, para os trabalhadores de atividades económicas cujos modelos de produção e de negócio registem maior dificuldade de adaptação a uma economia circular e descarbonizada, pela via da promoção do desenvolvimento de “competências verdes”, junto desses trabalhadores;
- Criar programas de formação profissional para a capacitação de imigrantes, em sectores-chave do mercado de trabalho;
- Reforçar e valorizar a Economia Social, dedicada à proteção e integração dos imigrantes;
- Alargar a oferta de formação, para adultos, de forma a permitir a sua requalificação e adaptação às novas condições do mercado de trabalho.

**A nível das políticas de família, ação social e da inclusão, e visando a melhoria das políticas de protecção das famílias, e, em especial, da parentalidade, e das crianças, e de outros dependentes:**

- Massificar o Programa “Creche” e simplificar os procedimentos de acesso;
- Rever o regime das licenças de parentalidade e demais medidas de apoio à parentalidade e à conciliação entre a vida profissional e familiar, de modo equilibrado entre mães e pais;
- Reforçar o combate à pobreza infantil e a todas as formas de exclusão no período da infância e juventude, para uma maior equidade e melhoria dos indicadores de educação, formação e qualificação;
- Valorizar e apoiar o cuidador informal, reforçando designadamente as condições de apoio, de descanso e de acompanhamento aos cuidadores;
- Promover programas de formação, certificação e expansão da oferta de cuidadores informais;
- Promover um envelhecimento ativo, respeitado e valorizado por toda a sociedade;
- Fortalecer a articulação entre as áreas governamentais da saúde e da segurança social, no âmbito do serviço de apoio domiciliário, da rede nacional de cuidados continuados integrados, da saúde mental e da demência.

**A nível das políticas de apoio às pessoas com deficiência, e com foco na eficácia dos apoios e das parcerias:**

- Alterar o sistema de atribuição de produtos de apoio e desenvolver uma rede de bancos de produtos de apoio;
- Rever a atribuição do subsídio de educação especial, para garantir que chega, atempadamente, a quem precisa;

- Rever a Lei de Bases da Prevenção, Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência;
- Promover a revisão do regime jurídico das acessibilidades e reforçar a fiscalização do cumprimento das normas de acessibilidades;
- Criar um projecto, com intervenção a três níveis (emergência, acompanhamento e avaliação), e de preparação para a autonomia, das pessoas em situação de sem-abrigo;
- Promover a formação profissional dos trabalhadores das instituições sociais, nomeadamente na área da Economia do Cuidado;
- Capacitar as instituições do sector social para oferecer respostas inovadoras que privilegiem a autonomia, o apoio domiciliário e o papel dos cuidadores informais, em detrimento da institucionalização dos utentes.

#### **A nível da segurança social, e para promover um sistema de proteção social mais justo e universal:**

- Aproximar o regime de proteção social dos trabalhadores independentes e em novas formas de emprego ao regime dos trabalhadores por conta de outrem;
- Rever as normas contributivas, no sentido da harmonização, simplicidade e previsibilidade, tendente a garantir bases contributivas maiores e taxas contributivas menores, bem como uma maior correlação entre contribuições e benefícios;
- Simplificar o regime das prestações sociais não contributivas, através da sua agregação económica, englobando complementos em prestações e/ou agregando prestações de natureza;
- Garantir maior justiça na distribuição dos apoios sociais com reforço da transparência e clareza da informação;
- Criar um sistema digital centralizado, permitindo a consulta e o acesso rápido aos beneficiários de apoios sociais, com requisitos de elegibilidade claros e tornando claro que as ajudas não são retiradas abruptamente quando os rendimentos aumentam ligeiramente, em linha com o redesenho dos vários apoios sociais;
- Reforçar e adequar sistemas de interoperabilidade que permitam o cruzamento de dados e o aperfeiçoamento de instrumentos já existentes, nomeadamente ao nível da interligação directa entre o sistema de informação dos agentes económicos, das áreas governamentais das Administrações Públicas (dando prioridade às áreas das Finanças, Justiça e Saúde) e o sistema de informação da Segurança Social;
- Reforçar o combate à fraude e à evasão contributiva no sistema de prestações sociais, nomeadamente, utilizando soluções tecnológicas inovadoras com recurso à inteligência artificial, e robustecer as medidas de exigência, transparência e ajuste de equilíbrio das prestações sociais não contributivas.

#### **8.4.2. O COMBATE À POBREZA, COMO DESÍGNIO NACIONAL**

O PAICV considera que o combate à pobreza deve ser considerado como um “**desígnio nacional**”, envolvendo Estado, municípios, empresas, ONG’s, igrejas e famílias, na construção de **uma sociedade inclusiva, com igualdade de oportunidades e qualidade de vida para todos**, e onde nenhuma pessoa permaneça em situação de pobreza extrema.

Essa visão baseia-se na ideia de que o crescimento económico, o emprego e a proteção social devem caminhar juntos para reduzir as desigualdades.

A redução da pobreza constitui um dos maiores desafios para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde. Apesar dos progressos alcançados desde a Independência Nacional em termos de crescimento económico, estabilidade política e melhoria dos indicadores sociais, ainda persistem situações de vulnerabilidade social que afetam uma parte significativa da população.

Nesse contexto, a luta contra a pobreza deve ser considerada uma prioridade estratégica da próxima Governação, liderada pelo PAICV, com políticas públicas integradas que promovam a inclusão social, a geração de emprego e a melhoria das condições de vida da população.

Além disso, o combate à pobreza está alinhado com os compromissos internacionais assumidos pelo país no âmbito da Organização das Nações Unidas, especialmente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que estabelecem, como primeira meta global, a erradicação da pobreza em todas as suas formas.

Assim, o combate à pobreza deve ocupar um lugar central no próximo Programa de Governo, pois está directamente ligado ao desenvolvimento económico, à justiça social e à estabilidade do país.

Neste sentido, o próximo Governo, liderado pelo PAICV, irá implementar as seguintes medidas:

**A nível da promoção do emprego e empreendedorismo, para reduzir a pobreza, e potenciar a criação de oportunidades de emprego digno**

- Expandir programas de incentivo ao empreendedorismo jovem;
- Reforçar linhas de financiamento para micro, pequenas e médias empresas;
- Desenvolver programas de formação profissional alinhados com as necessidades do mercado de trabalho;
- Incentivar o desenvolvimento de sectores estratégicos da economia, como o turismo, a economia azul, a agricultura e a economia digital.

**A nível do reforço da proteção social, para reduzir a pobreza, e aumentar a proteção das populações mais vulneráveis**

- Expandir os programas de apoio social, às famílias de baixo rendimento;
- Reforçar as pensões sociais para idosos em situação de vulnerabilidade para o valor de 10.000\$00;
- Criar programas de apoio a pessoas com deficiência;
- Implementar políticas de inclusão social para grupos marginalizados;
- Aumentar o Salário Mínimo Nacional, para 30.000\$00, no horizonte de 2031, e de forma combinada com a duração do trabalho;
- Criar um modelo inovador de sinalização e acompanhamento das crianças e jovens em situação de risco;
- Reforçar os meios e instrumentos à disposição dos serviços que trabalham na proteção de crianças e jovens em situação de risco;
- Renovar os instrumentos de gestão integrados de combate à pobreza, articulando melhor as respostas sociais com as políticas de habitação, formação e emprego, e implementar os investimentos nas operações integradas, em áreas desfavorecidas, nos Concelhos e Ilhas;
- Criar os instrumentos necessários, no âmbito da descentralização das competências, para os municípios, na área da ação social, a fim de garantir um padrão de respostas sociais que assegure a igualdade dos cidadãos no acesso a esses serviços em todo o território nacional;
- Reestruturar o programa de apoio ao acesso à habitação, com vista a erradicar as principais carências habitacionais;
- Elaborar uma Estratégia Nacional para a Integração das pessoas em situação de Sem-Abrigo.

**A nível do investimento na educação e formação para quebrar o ciclo intergeracional da pobreza**

- Promover a redução do abandono escolar;
- Expandir a formação técnica e profissional.
- Reforçar os programas de bolsas de estudo, para estudantes de famílias de baixo rendimento, nas escolas privadas;
- Investir na modernização do sistema educativo.

#### **A nível do desenvolvimento rural e da segurança alimentar**

- Garantir apoio técnico e financeiro aos agricultores familiares;
- Reforçar o investimento em sistemas de irrigação e tecnologias agrícolas;
- Fortalecer os programas de segurança alimentar;
- Incentivar a comercialização de produtos agrícolas locais.

#### **A nível da expansão do acesso a serviços básicos**

- Garantir o acesso universal a serviços essenciais para as famílias;
- Garantir o acesso gratuito à água potável e à luz, até um certo limite de consumo, e ao saneamento, às famílias de baixo rendimento;
- Reforçar o programa de habitação social para famílias de baixo rendimento;
- Melhorar a qualidade e a cobertura dos serviços de saúde;
- Garantir o fornecimento gratuito de serviços de saúde a todos.

#### **A nível da inclusão digital e inovação**

- Expandir o acesso à internet, em zonas rurais e periféricas;
- Promover programas de capacitação digital para jovens e mulheres;
- Incentivar o desenvolvimento de startups e promover a inovação tecnológica.

### **8.4.3. O REFORÇO DO PAPEL DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA**

O próximo Governo, liderado pelo PAICV, assume a Economia Social e Solidária como um pilar estratégico para a construção de um modelo de desenvolvimento inclusivo, sustentável e territorialmente equilibrado, centrado nas pessoas, na cooperação e na valorização dos recursos locais. Assim, a economia social e solidária é assumida como um instrumento fundamental para promover a inclusão económica e social de grupos vulneráveis, especialmente jovens, mulheres e comunidades rurais, e a dinamização do desenvolvimento local e comunitário, através da valorização dos recursos endógenos de cada ilha e território, pela via da criação das oportunidades de emprego sustentável, do fortalecimento de cooperativas e empresas sociais, e do reforço do papel das organizações da sociedade civil na implementação de políticas públicas de reforço da coesão social.

O PAICV sabe que a economia social e solidária tem um papel determinante na dinamização económica e social e na criação de emprego. Para melhorar o dinamismo, a visibilidade e a capacidade das entidades da economia social, importa aumentar a eficácia e a eficiência da sua atuação e, simultaneamente, garantir a sua sustentabilidade económica e financeira, salvaguardando os princípios e as dinâmicas próprias das organizações da economia social.

Para a próxima Legislatura, o PAICV compromete-se a fortalecer o sector da economia social, promovendo um ecossistema favorável ao desenvolvimento de cooperativas, associações, mutualidades, fundações, empresas sociais e outras organizações da sociedade civil.

Neste sentido, o próximo Governo irá implementar as seguintes medidas:

#### **A nível do reforço do quadro institucional e legal da economia social**

- Regular e atualizar a Lei de Bases da Economia Social e dinamizar o Conselho Nacional da Economia Social e Solidária;
- Estabelecer um Observatório Nacional da Economia Social, para monitorizar e avaliar o sector;
- Criar um registo nacional das organizações da economia social.

#### **A nível do financiamento e incentivos à economia social**

- **Criar o Fundo Nacional de Apoio à Economia Social e Solidária**, com a implementação de linhas de crédito bonificado para cooperativas e empresas sociais;

- Reforçar benefícios fiscais para organizações da economia social e aprofundar os mecanismos de investimento de impacto social;

- Expandir os programas de microfinanças para iniciativas comunitárias.

#### **A nível do empreendedorismo social e inovação**

- Criar incubadoras de empreendedorismo social nas ilhas com maior incidência da pobreza e apoiar startups sociais e comunitárias;

- Criar uma rede de incubadoras sociais, que favoreçam o nascimento e acompanhamento de novos projetos da economia social, de modo a promover o seu dinamismo e rejuvenescimento;

- Estabelecer prémios nacionais de empreendedorismo social.

#### **A nível do desenvolvimento de cooperativas em sectores estratégicos**

- Apoiar a criação de cooperativas agrícolas e agroalimentares e de produção de energias renováveis;

- Promover cooperativas de pescadores para valorização da pesca artesanal;

- Desenvolver redes de turismo comunitário e sustentável nas ilhas e nos Concelhos.

#### **A nível das compras públicas sociais**

- Priorizar cooperativas locais no fornecimento de produtos para programas públicos;

- Promover a integração das organizações da economia social na prestação de serviços sociais.

#### **A nível da digitalização e modernização da economia social**

- Dinamizar plataformas digitais de comercialização de produtos da economia social;

- Apoiar a transformação digital das cooperativas e associações;

- Promover programas de literacia digital para organizações comunitárias.